

André de Carvalho Bandeira Mendes

**O LAZER DOS JOVENS TRABALHADORES DA CRUZ
VERMELHA BRASILEIRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS: uma análise das compreensões, vivências e
relações sociais**

Belo Horizonte

2013

André de Carvalho Bandeira Mendes

**O LAZER DOS JOVENS TRABALHADORES DA CRUZ
VERMELHA BRASILEIRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS: uma análise das compreensões, vivências e
relações sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lazer.

Área de concentração: Lazer, Cultura e Educação.

Linha de pesquisa: Lazer, Cidade e Grupos Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Claudia Porfírio Couto

Belo Horizonte - MG

2013

M538l Mendes, André de Carvalho Bandeira
2013 O lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais: uma análise das compreensões, vivências e relações sociais. [manuscrito] / André de Carvalho Bandeira Mendes – 2013.
161f., enc.: il.
Orientador: Ana Cláudia Porfírio Couto
Mestrado (dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 139-148
1. Lazer - Teses. 2. Jovens – Teses. 3. Ambiente de trabalho – Teses. 4. Redes de relações Sociais. I. Couto, Ana Cláudia Porfírio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação *O lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais: uma análise das compreensões, vivências e relações sociais* de autoria do mestrando André de Carvalho Bandeira Mendes defendida e aprovada em 26 de março de 2013, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:

Acpcouto
Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto (Orientadora)
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Universidade Federal de Minas Gerais

Heber Eustáquio de Paula
Prof. Dr. Heber Eustáquio de Paula
Centro Desportivo
Universidade Federal de Ouro Preto

Walter Ernesto Ude Marques
Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

*Aos jovens trabalhadores que participaram da
pesquisa, assim como aos que por qualquer
motivo não o quiseram.*

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Minas Gerais, que me permitiu realizar este trabalho e forneceu todos os meios.

Não é possível agradecer a todos os que tornaram viável esta pesquisa, mas alguns são fundamentais.

Para a Sofia, luz dos meus olhos, minha filha. Para a Ornela, pelo amor e compreensão nessa etapa da vida. Sem vocês eu não conseguiria. Sinto pelas ausências, mas foi necessário. Para minha família pela paciência e apoio.

Para a Ana Claudia Porfírio Couto, orientadora que suportou minhas dúvidas e angústias nesse período. Espero ter atendido as expectativas.

Ao professor e mestre Walter Ernesto Ude Marques, fundamental na minha formação plena; valeu meu amigo. A Professora Christiane Luce Gomes, que sempre instigou a nunca fugir do debate. Ao José Alfredo Debortoli, pela enorme contribuição: você é grande parte dessa jornada. A Cinira Veronezi pela presteza na ajuda. A Angelina Solange Silva de Oliveira pelo auxílio nas entrevistas e na transcrição.

Os amigos do departamento, Sílvia Roberto Tavares, sempre acessível e assertivo. Isabel Cristina Leroy Alves, grande amiga e incentivadora com quem compartilhei as agonias. Marisa Teixeira Gomes e Rosilene Alves Ribeiro, pela absoluta confiança e força, da mesma forma que a grande amizade. Marília Alves, pelo apoio e estímulo quando achava que não seria capaz. Para Elóisa Lagaris e Antônia, sem vocês seria muito difícil. Aos amigos Vinícius Rodrigues Figueiredo Santos e Filipe Amaral Rocha de Menezes pela compreensão e sugestões.

RESUMO

Esta dissertação foi elaborada na busca de compreender o lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira que atuam na Universidade Federal de Minas Gerais. A abordagem foi qualitativa, com caráter microssociológico e etnográfico. A metodologia utilizada foi composta pela revisão bibliográfica, análise documental, observação de campo e entrevista semiestruturada, com os dados tratados através da Análise de Conteúdo. Nesta pesquisa foi utilizada uma amostra de seis entrevistas, com os participantes tendo à época dezessete anos e residindo no município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais. Os fatores que delimitaram a amostra foram escolhidos pelo tempo de contrato, entre os dezesseis e dezoito anos, respectivamente a idade de entrada e desligamento da instituição, e o local de habitação considerado de extrema pobreza e precariedade, marcado pelo estigma da exclusão. Na organização da dissertação é feita a delimitação em dois momentos, com o primeiro destinado à revisão dos conceitos de juventude e adolescência a partir dos referenciais da antropologia, psicologia social e sociologia, com a constatação que esses termos devem ser analisados ao se interpretar as diversas formas de lidar com este público, pois desvelam conteúdos ideológicos que norteiam as práticas sociais. Neste primeiro momento é realizada, ainda, a revisão do conceito de lazer sob o viés crítico. O segundo momento da pesquisa é dedicado aos dados obtidos, sendo descrito o local de trabalho e as tarefas dos jovens, na procura por compreender a influência sobre o tempo disponibilizado para o lazer. Foi percebido que o lazer guarda relações complexas com o trabalho e as atividades escolares, aonde a rotina do trabalho se imbrica à do tempo disponível. É tratada a compreensão que eles têm de lazer, confirmando o mesmo como um fenômeno contextual, marcado pela vivência subjetiva e influenciado por aspectos socioculturais. São analisadas as atividades de lazer, que se apresentam como oportunidade de fruição e diversão e apontadas como desejadas, mas limitadas pelas atividades laborais e demais aspectos da vida dos jovens, como a escolarização e as relações cotidianas de sociabilidade. Foi constatado que o tempo que eles possuem para o lazer não é considerado suficiente e se mostra marcado por uma rotina opressiva, influenciando este fenômeno. Os jovens apresentaram um quadro em que o lazer não é considerado na elaboração dos projetos destinados a eles, seja pela via do trabalho ou da educação. Pelas informações obtidas e por meio da interpretação dos dados, é crível afirmar que o lazer se constitui um aspecto da cultura, marcado procura de convívio, principalmente com outros jovens, busca de autonomia e possibilidade de liberdade. O lazer surge também como possibilidade de criação de um espaço e tempo de individualidade e fruição.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Lazer. Trabalho. Tempo disponível.

ABSTRACT

This thesis was elaborated in the attempt of understanding the leisure of the young workers of Brazilian Red Cross working at Universidade Federal de Minas Gerais. My approach was qualitative with a microsociological and ethnographic character. The methodology used was composed by the bibliographical review, document analysis, field observation and semi-structured interview, with data treated by content analysis. A sample of six interviews with 17 years-old interviewees from Ribeirão das Neves city, in Minas Gerais state, was used. The delimitating factors to the sample were chosen by the contract time, ranging from sixteen to eighteen years-old, respectively the age of admittance and quitting the institution, and place of residence, considered of extreme poverty, characterized by the social exclusion stigma. In the organization of the thesis a delimitation between two moments is made: the first for reviewing concepts of youth and adolescence from anthropology, social psychology and sociology references, with the conclusion that these terms must be analyzed when interpreting the different ways of dealing with this public, because they disclose ideological content that guide the social practices. In this first moment, the concept of leisure is reviewed through a critical view. The second moment of the research is dedicated to the data gathered, describing the work place and the tasks of the young workers, in the attempt of understanding their influence over the time available for leisure. It was noticed that leisure is tied with work and school activities in a complex way, where the work routine overlays the available time. The comprehension that they have leisure is approached, confirming it as a contextual phenomenon, marked by subjective living and influenced by socio cultural aspects. Leisure activities as fruition opportunities and fun are analyzed and claimed as desirable, but limited by work activities and other aspects of the young workers life, as scholarship and daily sociability relationships. It was noticed that the time they have available for leisure is not considered enough and is marked by an oppressive routine, influencing this phenomenon. They display a picture in which leisure is not considered in the elaboration of their own projects, be it through work or education. Through the information obtained and data interpreting, it is reasonable state that leisure constitutes in a cultural aspect, marked by the search for interaction, especially with other young people, as well as for autonomy and possibility of freedom. Leisure comes also as a creation possibility of a time and space of individuality and fruition.

KEYWORDS: Youth, leisure, work, time, available time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa com a localização dos municípios de Ribeirão das Neves e região da Pampulha em Belo Horizonte	50
FIGURA 2 - Mapa do Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012 ..	54
FIGURA 3 - Avaliação das respostas às entrevistas por meio de software	131
GRÁFICO 1 - Distribuição dos contratos de trabalho pelos municípios	47
QUADRO 1 - Caracterização de conflitos do desenvolvimento nas teorias psicodinâmicas...	25
QUADRO 2 - Concepção de pessoa e indivíduo segundo Matta	78

LISTA DE TABELAS

- 1 - Relação dos contratos de trabalho da CVB segundo a dispersão por municípios 46
- 2 - Relação do IDH-M por munícipes contratados 48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPE -	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CLT -	Consolidação das Leis do Trabalho
COEP -	Comitê de Ética em Pesquisa
CPPD -	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CVB -	Cruz Vermelha Brasileira
DAP-	Departamento de Administração de Pessoal
DRH-	Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PAIR -	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PIB -	Produto Interno Bruto
PNPE -	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP -	Programa de Orientação Profissional
PORTA -	Programa de Proteção e Orientação ao Trabalhador Adolescente
PPL -	Participação Periférica Legitimada
PROJOVEM-	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI -	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRORH -	Pró-reitoria de Recursos Humanos
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONU -	Organização das Nações Unidas
SAST -	Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador da UFMG
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	13
2	JUVENTUDES E ADOLESCÊNCIA	20
2.1	Aspectos conceituais	20
2.2	Jovens e o trabalho: relações contemporâneas	37
2.3	Descrição das condições dos jovens da Cruz Vermelha Brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais	45
2.3.1	Moradia	46
2.3.2	A CVB	51
2.3.3	A UFMG	52
2.4	CVB e a UFMG: os jovens no trabalho	55
3	O CAMPO DO LAZER: conceitos e linhas de análise	63
3.1	Conceitos	63
3.2	Linhas de análise	74
4	METODOLOGIA	82
4.1	Objetivos	87
4.2	Procedimentos	87
4.2.1	A escolha do público alvo	87
4.2.2	A entrevista	90
4.2.3	O campo	94
3.3	A análise de conteúdo	95
5	O LAZER DOS JOVENS	98
5.1	O significado do lazer	98
5.2	Sobre as atividades de lazer	107
5.3	O lazer e o tempo disponível	121
5.4	Termos e suas ocorrências	130

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	139
	APÊNDICE A – GUIA DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	149
	ANEXO A – TCLE – JOVENS TRABALHADORES.....	150
	ANEXO B – TCLE – RESPONSÁVEL PELO (A) JOVEM.....	151
	ANEXO C – ANUENCIA DA CHEFIA DIRETA DOS JOVENS TRABALHADORES	152
	ANEXO D – CONVÊNIO VIGENTE ENTRE A CVB E A UFMG.....	153

1 APRESENTAÇÃO

O fenômeno do lazer, como demais aspectos da vida, faz parte de várias culturas e épocas, permeado por valores contextuais, atitudes pessoais e relacionado a organização social (DE GRAZIA, 1966; MEDEIROS, 1977; LOBO, NIEPOTH, 2005; MELO, 2010). A sociedade dos dias atuais é caracterizada pela urbanização, industrialização (FRIEDMANN, 1983) e pela influência das organizações privadas e governamentais de maneira inter-relacionadas (DRUCKER, 1999; GEERTZ, 2001), exercendo impactos sobre o lazer enquanto fenômeno da natureza humana, que consoante com Medeiros (1977) e outros (MUNNÉ, 1980; LOBO, 2005, 2008) é marcado pela prática no tempo disponível das demais obrigações, como trabalho, educação e realização de necessidades básicas de sobrevivência.

De acordo com pesquisadores como Medeiros (1975), Munné (1980) e Friedmann (1983) o lazer é referido a alguma forma de atividade, mormente circunscrita no tempo disponibilizado socialmente. A conceituação do lazer, em Gomes (2004, p.125), pode ser delimitada como “uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações”.

O lazer, pela sua característica multidisciplinar, é estudado por várias áreas do conhecimento como a sociologia, a psicologia, o direito e a educação física, abrange um campo de análise que está se constituindo através do uso de diversas epistemologias com vastas compreensões, remetendo a várias dimensões vivenciais, como a cultural, da saúde, do trabalho e a social. Além destas o lazer também implica em diferenças de concepções e práticas *inter* e *intra* classes sociais, gêneros e faixas etárias (MARCELLINO, 2007; MELO, 2010), tornando-se nítido que a abordagem dos seus estudos requer compreensões multidisciplinares (MARCELLINO, 2008; MELO, 2010; PIMENTEL, 2010; ISAYAMA, SILVA, 2011).

Como o campo do lazer é multi e interdisciplinar, a abordagem utilizada tem que ser adaptada a este quadro, portanto foram buscadas referências com estas características, principalmente na antropologia cultural (GEERTZ, 2001, 2008), sociologia (ELIAS, SCHRÖTER, 1994; MATTA, 1997) e na psicologia social, enquanto instrumentos de crítica a concepções universais e homogêneas sobre este fenômeno em especial ao tratar sobre o lazer de jovens trabalhadores.

O lazer possui também o aspecto de ser concebido como um direito constitucional que não pode ser visto de forma desarticulada de políticas de saúde, trabalho e organização urbana (MARCELLINO, 2007, 2008; DEBORTOLLI, MARTINS, MARTINS, 2008; DAYRELL, 2005; SANTOS, JUNIOR, UDE, 2009; MELO, 2010), esta última entendida como abrangendo o transporte, o uso de equipamentos e espaços públicos e coletivos, além de atividades artísticas e culturais.

Podemos situar os jovens, público da pesquisa, como pessoas de direitos em uma fase peculiar do desenvolvimento (SILVA, GIVANETTI, CUNHA, 2008; SANTOS, JUNIOR, UDE, 2009), não cabendo ser considerados de forma simplista como pequenos adultos em formação (DEBORTOLLI, MARTINS, MARTINS, 2008). Os jovens, assim, podem ser encarados como sujeitos de uma historicidade, no sentido atribuído por Japiassú e Marcondes (2011, p. 133) que definem este termo como “condição da existência humana que embora comprometida com o tempo e seu passado histórico, define-se por sua projeção livre no seu futuro.”

Esta noção traz imbuída as possibilidades que o processo formativo abrange em sua compreensão de aprendizagem como prática social, defendida por Lave e Wenger (1991), e se opõe ao pensamento no qual eles seriam, magicamente, seres que de repente se transformam em pessoas idealizadas como maduras e produtivas que fazem parte do mundo adulto (DAYRELL, 2005). Esta capacidade de experimentar múltiplas vias de existência obviamente não exclui os contextos sociais e seus limites, conforme aponta Abramo (2005).

Distinguimos, como Dayrell (op. citada) e Ariès (1981) a juventude da adolescência, pois a segunda categoria remete a perspectiva com cunho fortemente ligado as fases do desenvolvimento físico, delimitada pela faixa etária e a marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. A juventude para Dayrell (2005) pode ser compreendida ao mesmo tempo como condição social e representação, com a identidade dos jovens sendo construída pela história de vida em um contexto (CIAMPA, 1987; CODO, 1988; LAVE, WENGER, 1991; LANE, CODO, 1994). Desta maneira a atenção se volta para o viés sócio-histórico e vai ao encontro das perspectivas culturais, que consideramos mais relevantes que o desenvolvimento delimitado por marcos fixos e sujeitos a história e contextos políticos.

Tal qual o lazer, a juventude possui a marca de constituir experiências vivenciais que, mesmo submetida a controles sociais, permitem abertura para a singularidade e protagonismos (DAYRELL, 2005, 2008; MARQUES, s.d.), onde o lazer constitui formas de questionamento das convenções sociais (PIMENTEL, 2010) e oportunidade de desenvolvimento (PEREIRA, COSTA, GARCIA, 2006). Concordamos com Demo (2008)

que toda intervenção e pesquisa possuem implicações políticas e um viés deste trabalho envolve a defesa do direito dos jovens de viverem essa fase em suas várias possibilidades de identificação e constituição subjetivas (DAYRELL, 2005, 2008; MAGNANI, 2007).

A questão principal pôde ser demarcada como identificar as práticas de lazer dos jovens trabalhadores, constituindo um corpo de análise que retrate as atividades que não se encontram sujeitas a ordenações impostas pela organização social e familiar, ou que detenham um objetivo utilitarista pela escola e trabalho. A identificação das práticas, em conjunto com o trabalho de interpretação, possibilita um maior entendimento da cultura juvenil, tanto em seus sentidos, considerando que as condutas possuem uma motivação individual, quanto em seus significados, que por sua vez carregam uma reconstrução do meio social.

Surge neste contexto a premência de analisar as práticas de lazer dos jovens trabalhadores, que são sujeitos a exigências de um mundo do trabalho formal e adulto, com regras e horários que delimitam o tempo disponível, em relação com a fase da vida em que a fruição destas atividades são privilegiadas, tanto pela mídia, quanto pela cultura (DUMAZEDIER, 1976; DAYRELL, 2005; MARCELLINO, 2008).

Os espaços – físicos e temporais – nos quais podemos situar as práticas de lazer, permitem que os jovens vivam a possibilidade de construir identificações positivas sobre si e os outros, com a elaboração dinâmica de uma auto-identidade que ultrapassa ações e crenças que muitas vezes são cumpridos sem atribuição de significado (DAYRELL, 2005, 2008; PEREIRA, COSTA, GARCIA, 2006).

Desta forma estudar o lazer compõe-se em tratar a cultura em sua perspectiva, talvez, mais livre e espontânea, questionadora e transgressora, crítica e situada historicamente. Trata-se de uma das partes mais desejada da existência cotidiana, na qual se espera, na escola e no trabalho, o final de expediente, fins de semana, férias e recessos para fazer o que lhe aprouver, e mesmo que existam controles e limites, esses podem ser mais flexíveis que os impostos por instituições como a escola e o trabalho formal ou informal.

A partir da noção que as ações que tangem os jovens servem como formas de incentivar o protagonismo social (DAYRELL, 2005; DEBORTOLLI, MARTINS, MARTINS, 2008; MARCELLINO, 2008; SILVA, GIOVANETTI, CUNHA, 2008) permitindo o seu *empoderamento* e autonomia, a via da análise pela ótica dos estudos do lazer implica, o caso dos jovens que trabalham, em ultrapassar a visão do seu uso como mão-de-obra em tarefas pouco complexas.

Essa visão é característica do modo de organização da produção capitalista, tanto industrial quanto relacionada a área de prestação de serviços, esta, típica de setores terciários,

embasados por um corpo de conhecimentos definido pela Organização Científica do Trabalho (FRIEDMANN, 1983; DEJOURS, 1992), onde o trabalho é alienado (CODO, 1994; CHAUI, 2008) e desarticulado de outras esferas da vida e da identidade (FRIEDMANN, 1983). O uso do tempo livre para o consumo se insere nesta lógica utilitarista e alienada, sem planejamento e tampouco consciência, que o ganho obtido pelo trabalho retorna ao sistema gerando fenômenos como a mais-valia e a especulação econômica. A segunda consequência do uso da força de trabalho juvenil em tarefas pouco complexas atende ao viés de manter o processo de *menorização* destes, permitindo a participação no trabalho, mas de maneira pouco qualificada e basicamente em tarefas operacionais.

Lidando com a perspectiva que os jovens são mais que estudantes ou força de trabalho, leva ao entendimento que devem ser valorizados em suas vivências e possibilidade de desenvolvimento, para além da aprendizagem meramente instrumental e potencialmente coercitiva. Por este motivo, não é abordada a questão do tempo *livre, liberado, ou conquistado* (GOMES, 2004; MELO, 2010) do trabalho – como horário de almoço – e nem o da escola – entendido como recreios e intervalos – porque este é um tempo socialmente obtido e juridicamente delimitado para a recuperação biopsíquica (MUNNÉ, 1980; DEJOURS, 1992) e necessidades fisiológicas, com o lazer podendo emergir de maneira colateral, na forma de um apêndice que transformaria esse período em momentos esparsos de fruição e sociabilidade.

Entre os eixos norteadores para interpretação é impossível deixar de situar a noção da doutrina de Proteção Integral aos jovens, marco jurídico e ideológico que permite operacionalizar a perspectiva de que as crianças e jovens são sujeitos de direitos, com resguardos legais que preveem a garantia de condições para o seu desenvolvimento. Ressaltamos desse modo que estes jovens têm, para além da necessidade, o direito as práticas de lazer do mesmo modo que a saúde e a educação como preconizado na Declaração dos Direitos Humanos, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O foco no grupo de jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira foi originado pelo contato frequente e próximo com os mesmos, a partir das observações por acompanhamento destes no Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Este grupo tem como características: são em sua maioria negros e pardos, moram na região periférica de Belo Horizonte, estudam no horário noturno em escolas públicas com infraestrutura precária e possuem famílias marcadas, em vários casos, pela convivência de várias gerações (NORONHA, 2009).

O convênio entre a Cruz Vermelha Brasileira - CVB - e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - prevê a alocação de até 250 (duzentos e cinquenta) jovens nos quadros funcionais, sem distinção de sexo, com o pré-requisito de que estejam estudando e possuam entre dezesseis e dezoito anos, idade em que o contrato é encerrado. Temos assim uma massa significativa de jovens que são atingidos pelo programa de trabalho, onde a UFMG surge, dentre as demais instituições conveniadas com a CVB, como uma das maiores ofertas de vagas, segundo informações obtidas junto a última organização.

Estes jovens trabalhadores que atuam na UFMG através de convênio firmado com a CVB, possuem obrigações do mundo adulto, como cumprir uma jornada laboral de oito horas diárias, participar no fluxo de documentos, lidar com as demandas do ambiente de trabalho e orientar o público. Em contrapartida estão em uma fase permeada por necessidades classicamente compreendidas como relacionadas à infância e adolescência como a demanda por orientação, suporte, acolhimento e compreensão das atitudes de desafio (ABERASTURY, KNOBEL, 1981; LOBO, 2005).

Grande parte destes jovens também possui, na UFMG, a primeira experiência com o trabalho institucionalizado e, conseqüentemente, recebem o primeiro salário fixo, permitindo-os que obtenham acesso a objetos de consumo tangíveis e intangíveis, assim como os insere na população ocupada e economicamente ativa.

Procura-se enfim articular, junto ao público alvo, as instâncias de lazer, tempo disponível e trabalho, que podem ser aparentemente distintas, mas constituem a vida como um conjunto interdependente. Como a instituição utiliza uma parcela considerável das horas diárias, e a escola – que é um pré-requisito para participação no convênio – consome outras tantas, cabe investigarmos onde podemos encontrar períodos de vivência da juventude (ABERASTURY, KNOBEL, 1981; DAYRELL, 2005; DEBORTOLLI, MARTINS, MARTINS, 2008), com espaços para atividades livremente escolhidas e consideradas satisfatórias em si, sem a necessidade de outros fins utilitaristas ou econômicos que marcam o contexto atual.

É buscada a construção de um quadro que leve em consideração suas aspirações e necessidades, consistindo em uma contribuição para o entendimento da cultura juvenil que permitirá utilizar o lazer como forma de instituir compreensões e práticas integradas de desenvolvimento.

Junto à instituição pesquisada, no caso a UFMG, torna-se possível fornecer subsídios na construção de políticas de inserção social que levem em conta aspectos formativos mais amplos que a aprendizagem profissional somente instrumental e

fragmentada, limitada no tempo e situada em um local específico. A compreensão deste público, que faz parte da comunidade universitária, permite a elaboração de estratégias que permitam aprendizagens sociais efetivas e significativas, principalmente nesta fase do desenvolvimento.

Considerando o lazer, também, como local de contraponto às dominações políticas e sociais, pode ser usada a elaboração de Gomes e Elizalde (2012, p. 17) sobre os motivos para a pesquisa no campo do lazer:

[...] na perspectiva do pensamento crítico latino-americano, o interesse de análise se relaciona com o aparecimento de investigações a partir do enfoque crítico social, ou seja, aquele que aposta manifestadamente pela transformação das condições de desigualdade e exclusão.

Para alcançar o objetivo de estudar o lazer dos jovens trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais foi necessária a decomposição em alguns objetivos específicos, com o delineamento de três deles. O primeiro foi identificar o que os jovens entendem sobre o conceito de lazer. O segundo foi a descrição do que fazem estes jovens em seu tempo disponível. O terceiro consistiu em identificar se o tempo disponível, demarcado pelo trabalho e escola são suficientes para as atividades de lazer, num quadro interpretativo que permita a compreensão deste público.

Esta pesquisa, visando os objetivos postos, foi estruturada em dois momentos. O primeiro envolveu o marco teórico orientador sobre os aspectos da juventude, do trabalho e do lazer. O segundo destinou-se aspectos metodológicos e ao resultado das entrevistas e observações, elaboradas por meio de entrevistas semiestruturadas e do trabalho de campo.

O primeiro capítulo é dedicado à revisão bibliográfica dos conceitos de juventude e adolescência, situando também o local da pesquisa e as tarefas dos jovens, mostrando dentro do possível o seu cotidiano no trabalho. Para este aspecto foi utilizada a observação de campo, análise documental e avaliação baseada na experiência do pesquisador.

No segundo capítulo é elaborada uma revisão sobre os aspectos do lazer que tangem à pesquisa, incluindo a compreensão do lazer que é utilizada.

No terceiro capítulo, foi exposta a metodologia, marcada pela abordagem qualitativa, com grande influência do pensamento de Geertz (2001, 2008) e Ingold (2001), demarcando as opções feitas durante a pesquisa, da mesma forma que os instrumentos.

O quarto capítulo é composto pela análise das entrevistas e sua relação com as considerações expostas anteriormente sob o viés interpretativo. Nele é realizada a análise de conteúdo e contextualizada sua relação com as teorias que embasam a pesquisa.

Por fim são tecidas as considerações que encerram este estudo sobre o conjunto dos dados obtidos e a relevância do trabalho frente às questões da juventude, do lazer e do trabalho.

2 JUVENTUDES E ADOLESCÊNCIA

A princípio se mostra nítida a opção por trabalhar com o conceito de juventude, visto que esta marca o foco da observação baseada nos desafios de inserção no meio adulto, na formação e construção da autonomia, nas possibilidades de desenvolvimento, assim como na singularidade de trajetórias de vida. A adolescência, por sua vez, tem sua atenção voltada para características definidas por faixas etárias e delimitadas por práticas pertinentes ao que é socialmente esperado pelo mundo adulto em seu viés produtivo e classificatório. Esta escolha dos termos define, conseqüentemente, a forma da análise, onde Freitas (org. 2005, p. 8) lidando com este tema aponta:

[...] em grande medida a imprecisão e a superposição entre os dois termos permanece, o que pode levar a ambiguidades que podem resultar em invisibilidades e descon siderações de situações específicas que geram, em decorrência, a exclusão de múltiplos sujeitos do debate e do processo político atual.

Além da escolha das categorias, explícitas nos termos, deve ser levada em consideração a observação de Duarte (in Castro, 2001, p. 11) sobre as dificuldades encontradas quanto a produção de conhecimento nesta área:

[...] o constatável fenômeno da ausência quase total de uma perspectiva infantil ou juvenil na bibliografia sociológica e antropológica. Há, é claro, uma ampla bibliografia sobre ‘os problemas da infância e adolescência’, mas sua menoridade jurídica também lhes impõem, assim, uma menoridade conceitual que muito fragiliza o avanço da compreensão sociológica.

2.1 Aspectos conceituais

No processo de revisão bibliográfica e avaliação dos trabalhos sobre a juventude, nos deparamos com a necessidade de ser feita a análise retrospectiva, dado que os processos sociais e culturais não existem por si, de forma desarticulada de condições macro históricas e sociológicas.

Encontramos em Ribeiro (2000) e Geertz (2008) o delineamento que as ações interpretativas baseiam-se em teorias gerais que explicam a realidade factual. Posta esta constatação remetemo-nos a Ribeiro (2000) que define a história das sociedades através de duas formas amplas de análise, a primeira constituindo-se em fases evolutivas como o escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, e a segunda como processos de transformações socioculturais, que o autor define como Revolução Agrícola, Revolução Mercantil e Revolução Industrial. É digno de nota que a sociedade brasileira, tal como a percebemos, inicia-se no torvelinho das mudanças para o capitalismo moderno e no bojo da revolução mercantil, observação ressaltada, ainda, por Matta (1997) constituindo um meio em que a sociedade considerada moderna invade a selvageria e ao mesmo tempo é transformada por esta.

Este fenômeno que descreveremos implica em uma dinâmica singular, em que a realidade brasileira é distinta de outras histórias consideradas universais, e onde os jovens e crianças sofrem a influência destas contradições da nossa sociedade. Em Medeiros (1975), Ariès (1981), Del Priore (org., 2000) e Ribeiro (1995, 2000) encontramos indícios descritivos das práticas microsociológicas, do cotidiano deste segmento populacional, em grande parte relacionadas às atividades com adultos, em termos religiosos, no âmbito do trabalho e na história das diversões, que no Brasil encontravam-se marcadas por um misto de preocupação e desmazelo.

Historiograficamente existe uma tradição no Brasil que trata as crianças e jovens de formas bem diferentes. Em Del Priore (2000) temos distintas formas de analisar a infância, com algumas ignorando-as por completo, característica da herança europeia. Com o mesmo vigor são encontradas críticas dos povos não lusitanos aos mesmos, devido ao peculiar zelo, amor e tolerância para com os pequenos, o que surpreendia e causava estranhamento, especialmente aos franceses e holandeses (DEL PRIORE, 2000).

Influenciava na falta de vinculação com as crianças, como causa e consequência, a escassez de alimentos e a precariedade da saúde e infraestrutura, mesmo com a urbanização que se iniciava nos países da Europa ocidental, fenômeno que constituiu uma das heranças do Mercantilismo ao fim da Idade Média (RIBEIRO, 2000) e culminou na constituição dos primeiros Estados Nacionais. Influenciava este quadro, também, o alto índice de óbitos ao nascimento, neonatais e até os cinco anos que ocorriam na Idade Média e no período moderno do Renascimento, fato pontuado por Ariès (1981).

Assim as crianças e jovens, ao menos na Europa, eram quase nada a até mal vistos, fato marcado pela construção da sociedade baseada na análise demográfica, a qual

Ariès (1981) em vários momentos situa como a que definia o trato com os menores. Desta forma Ariès torna nítida a questão que o montante de pessoas em determinada faixa etária, mesmo que não seja exata, determina a forma de lidar com os mesmos. Em sua linha de pensamento a influência que as crianças e jovens começaram a exercer sobre os valores sociais somente foi possível a partir do aumento quantitativo desse público. Assim os segmentos sociais tornam-se visíveis somente ao atingirem uma massa crítica que salte aos olhos. Este fato merece ser ressaltado, pois no Brasil constituiu-se uma cultura com ênfase no aumento da prole familiar, tanto em sua forma familiar, quanto na miscigenação com indígenas e escravos, assim a família brasileira não se constituía somente de laços religiosos, mas também de relações consanguíneas e amplas, nem sempre marcadas pelo que atualmente entendemos como relações estáveis.

A vida na Europa, segundo Ariès (1981) se distinguia em espaços públicos e privados, estes últimos familiares, fato que no Brasil é praticamente impossível de ser transposto, em vista da urbanização, industrialização e abolição do regime escravocrata tardios, devendo ainda considerarmos os fenômenos migratórios no fim do século XIX e início do século XX. Todos estes foram fatores para a criação das favelas e para a inexistência de uma vida privada, onde a família se restringiria a pais e filhos, onde os jovens seriam bens familiares, detentores ainda de histórias destas linhagens.

Em sua pesquisa histórica, o qual define como a história dos comportamentos, Ariès (1981) apresenta informações sobre como as práticas sociais deixam vestígios nas relações humanas, em especial na antiga falta de exatidão e preocupação com o que seria uma idade correta para determinadas tarefas, ressaltando que mal se sabia a data de nascimento e que a identidade civil, natural em nosso tempo, não possuía grande importância, ultrapassando possíveis divisões de maneira estática, talvez com exceção das primeiras etapas da infância¹.

Assim temos mais informações para a análise do autor: a identidade das pessoas por faixas etárias está - como descrito e dentre outros fatores – intimamente relacionada a visão demográfica, onde o nome definiria a subjetividade, o sobrenome a família e seu lugar social, com consequências sobre a organização do estado.

Nas pesquisas de Del Priore (2000) e Ribeiro (2000) são encontrados relatos que

¹ Segundo Ariès (1981, p.6), na alta Idade Média a vida estava imbricada com fenômenos sobrenaturais e relacionada a uma visão holística relacionada a estações do ano, planetas e números. Ainda assim não era possível definir com clareza o que seriam as fases da vida, com o registro bibliográfico que relacionava a criança como *enfant*, que significa não falante e iria do nascimento até os sete anos. Após a infância viria a *pueritia*, que duraria até os quatorze anos. Posteriormente teríamos a adolescência que duraria até os vinte e um, ou vinte oito, ou trinta a trinta e cinco anos, conforme a referência tomada. Na sequência têm-se a juventude, que duraria até os quarenta e cinco ou cinquenta anos, por fim viria a senectude, período entre a juventude e a velhice, que duraria até os setenta anos ou até a morte.

destoam dos pontuados por Ariès, que descrevem como a cultura lusitana, principal colonizadora em nosso país, marcava-se pela característica de lidar com as crianças com certa preocupação, alguma proteção e, ademais, certa dose de ternura, destoando do restante do mundo civilizado. Desta maneira temos em Ariès (1981) a descrição, a partir de documentos e análise de outras produções culturais, uma viva e crítica descrição da infância e adolescência francesa e dos países centrais da Europa. A parte de certo eurocentrismo, e levando em consideração a nacionalidade do autor, percebemos como as categorias são socialmente construídas e modificadas, com aplicação limitada ao tratarmos da história urbana brasileira. A grande influência Francesa na constituição do Brasil, como herdeira do imperialismo na América Latina, posto primeiramente ocupado por Portugal e Espanha, posteriormente pela Inglaterra, culminando na atual geopolítica colonizadora pelos Estados Unidos deixou suas marcas, porém não pode ser aplicada de forma acrítica.

Portanto o Brasil constitui-se diferente de todos os outros países, cabendo-nos analisar os resquícios das influencias colonizadoras à luz das nossas características singulares, como a miscigenação, a escravidão e a multiplicidade de povos que constituem o mosaico nacional. Após análises críticas delineia-se que utilizar o referencial de autores como Ariès (1981) devemos ter uma visão diferenciada sobre o que é possível interpretar de maneira semelhante a do velho mundo.

Ao analisarmos as microsociologias devemos entender sua trajetória em um contexto ampliado, que envolve as formas de dominação socioculturais. Não consideramos a história de outras regiões brasileiras, como a Norte e Centro-oeste, que possuem certo isolamento e grande tradição de relações com as culturas indígenas, e sim a realidade da região sudeste, especificamente Minas Gerais, estado miscigenado, com grande urbanização, mesmo possuindo marcantes realidades inter-regionais, com características próprias e diferentes de clima, cultura, sotaques, população, economia e autoimagens, ou de melhor maneira, diversas identidades coletivas e sensações de pertencimento que variam em grau e qualidade.

Observamos então que na história brasileira os jovens têm participação periférica, quase invisível, mas em posição ainda melhor que em demais lugares registrados pela historiografia ocidental. Enquanto as crianças eram abandonadas, ou precariamente protegidas, e ainda alvos pontuais de certas atividades higienistas e moralizantes, ao se tornarem jovens sua função era o trabalho ou a transgressão, ambos vistos como escolhas estritamente pessoais e sem relações com as políticas públicas. Não se encontravam formas de demarcar claramente o momento em que as crianças se tornavam jovens, tanto pela falta de

aparato estatal, quanto pela falta de preocupação com este fato, nisto assemelhando a interpretação da sociedade brasileira à da antiga Europa.

Assim chegamos a conclusão provisória que a juventude, na história, não teve muita importância em sua análise como categoria, vista normalmente como um espaço vazio entre a infância, que era pequena, dependente, precária e impudica, e a vida adulta, em seu viés de mão de obra ou de marginal.

A partir da ambição de criarem-se categorias universais para todo o desenvolvimento humano, tanto em seu aspecto social, quanto na vida privada e orgânica, foram desenvolvidos termos como a adolescência e puberdade, de maneira a uniformizar o discurso sobre o que seria humano. Segundo Mussen *et al.* (1995, p. 515):

O termo adolescência deriva do verbo latino *adolescere*, que significa “crescer para a maturidade”. Começa com o início da puberdade e termina quando as responsabilidades adultas são assumidas; como um filósofo comentou, a adolescência começa na biologia e termina na cultura.

Os mesmos autores consideram que o objetivo dos estudos da psicologia do desenvolvimento (op. citada, p. 3-4) consiste em:

[...] detectar como e por que o organismo humano cresce e muda durante a vida. Desenvolvimento é definido como mudanças nas estruturas físicas e neurológicas, cognitivas e comportamentais que emergem de maneira ordenada e são relativamente duradouras.

Ainda (obra citada): “Uma das metas da Psicologia do Desenvolvimento é compreender as mudanças que parecem ser universais”.

A autoria estadunidense da obra incorpora a adolescência como marcada pela procura de um senso de identidade, definida como “tornar-se indivíduo separado e distinto de outras pessoas, com um sentimento de totalidade e integridade do ser” (p. 558). Baseando-se em Erikson, Mussen *et al* (1995) ressaltam que na formação da identidade deve sentir-se uma continuidade progressiva entre o que se foi na infância e o que promete tornar-se no futuro, com esse processo baseado em uma reciprocidade psicossocial, entendida como a coerência entre aquilo que a pessoa se considera e o que percebe que os outros vejam e esperem dele.

Adiante consideraremos de forma crítica essa observação sobre desenvolvimento como o alcance de metas esperadas e incorporadas, porém vamos ressaltar que a visão de indivíduo e identidade não é problematizada, constituindo um conflito entre essas duas categorias e o mundo externo ou social. Classicamente e numa visão herdeira da psicologia clínica e psicanálise, toma-se que o desenvolvimento é marcado por conflitos delimitados que

devem ser resolvidos de forma hierárquica. Sinteticamente os conflitos, correspondentes às fases do desenvolvimento nas teorias psicodinâmicas seriam, baseando-nos em Mussen *et al*:

QUADRO 1
Caracterização de conflitos do desenvolvimento nas teorias psicodinâmicas

Fase do desenvolvimento	Conflitos
Oral sensorial	confiança x desconfiança
Muscular anal	autonomia x vergonha dúvida
Locomotor genital	iniciativa x culpa
Latência	diligência x inferioridade
Puberdade e adolescência	identidade x confusão de papel
Estado adulto jovem	intimidade x isolamento
Estado adulto	produtividade x estagnação
Maturidade	integridade do ego x desespero

Fonte: MUSSEN *et al*, 1995, p. 560-561.

Nota: quadro adaptado dos autores.

Avaliamos que dividir e associar desenvolvimento em fases com conflitos estanques limita a forma de compreensão dinâmica e multifacetada na continuidade do ciclo de vida e participações sociais, fato também criticado por Abramo (2005, p. 20-21). Percebe-se que somente a partir da puberdade e adolescência que ocorreria o contato com o meio social, ainda assim na forma de busca de papéis sociais futuros.

Percebemos assim o trajeto da invisibilidade à centralidade, mas está como alvo de controles e cuidados, como objetos de vigilância para a formação de pessoas para o futuro, numa artimanha de não permitir a centralidade na participação enquanto jovens. Têm-se ainda a questão de considerar a puberdade (FREITAS, org., 2005) como o ponto nodal que detonaria todo o processo de crescimento, este tomado a partir de alterações orgânicas

consideradas universais e marcadas principalmente pelo aparecimento de características sexuais secundárias (JERSILD, 1976; DAVIDOFF, 1983; MUSSEN *et al.*, 1995) que descambariam no ápice do desenvolvimento.

Considerando a característica demográfica para a construção de conceitos² e o incremento estatal para o controle social, temos que se tornaram necessárias a construção de artefatos jurídicos para a atenção e controle dos jovens, com a criação de políticas para este público. Em Matta (1997) encontramos conclusões parecidas com a de Ariès (1981), onde o primeiro autor pontua (p. 24) que lei dá representatividade a certos setores do sistema que adquirem alguma visibilidade, porém mais tarde sufoca esses setores pelo jugo impessoal da mesma lei.

A partir desta linha de interpretação podemos afirmar que o conceito de adolescência é consonante à lei, dá voz a esta, o que traz uma tradição de pensamento vinculada ao Código do Menor, legislação implantada na década de 1920 e vigente até a década de noventa do século passado, quando foi substituída pelo Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), sendo que o Código possuía um enfoque higienista e ligado a capacidade financeira da família, pois ela poderia perder a guarda da criança e do adolescente, para o estado, devido a falta de recursos financeiros. O estado assim se eximiria de fornecer condições para o desenvolvimento e suporte da mesma família, recaindo no enfoque de capacidade de criação com caráter primordialmente econômico e de formação para o mundo do trabalho.

Tem-se então uma história que em seus vestígios foi escrita por adultos, com um claro viés de minorar os jovens e as crianças, onde a definição de faixas etárias para o desenvolvimento localiza-se na construção da escolarização, em que o foco se situa no ensino e na adaptação e não na aprendizagem ou na participação social. Encontramos em Ariès (1981) a explicação de como as faixas etárias foram definidas com a criação da escola a partir do século XVII, vinculadas à necessidade de construção de classes e a identificação civil. Porém em Del Priore (2000) vemos que a escola no Brasil foi, primeiramente, introduzida por jesuítas e a semelhança das antigas escolas europeias abrangia todas as faixas etárias, com caráter de ensino repetitivo e sem a preocupação com a formação sistemática com objetivos definidos. Estas escolas, sob a influência da educação do velho mundo, posteriormente também se dividiram em classes marcadamente etárias, impostas pelo estado, com regras

² Fato apontado por Ariès (1981) e Matta (1997), por onde podemos avaliar, no momento atual, a criação de políticas de atenção aos idosos como consequência do envelhecimento populacional, o que justifica a avaliação de que o incremento de certos segmentos populacionais implica em políticas de regulação dos mesmos, mecanismo apontado especialmente por Matta (obra citada).

definidas como a obrigatoriedade de acesso e a delimitação dos conteúdos conforme as idades e capacidades de cada uma delas.

Temos então que, além da demografia e da identificação civil, a definição de fases do desenvolvimento relacionadas a faixas etárias está intrinsecamente ligada ao avanço da escolarização, ao menos em seu aspecto jurídico e compulsório. Estas observações não se aplicam como críticas para denegrir esta instituição, mas de forma a ver sua influência na segregação populacional e na noção de aprendizagem. Percebemos ainda que o ensino é o objetivo da escola, enquanto a aprendizagem constitui-se como algo a parte, adquirido em diversos ambientes e contextos, segundo Lave e Wenger (1991) e Ingold (2001, 2003 a).

Ponderamos assim que temos referenciais europeus e norte-americanos na definição do que seria esta população, países que em sua maioria contavam com estados politicamente consolidados e algum sentimento de nacionalidade que levaram a uma gradual construção dos processos de industrialização e urbanização, fato que o Brasil vivenciou de forma abrupta e desordenada. Assim temos um país com contradições como um rápido desenvolvimento econômico destoante dos avanços sociais que durante muitos anos foi incipiente. Isto se refletiu, por exemplo, no envio de jovens e crianças tanto a conflitos como a Guerra do Paraguai no século XIX, quanto para internatos rurais e entidades de abrigo, estas de cunho fabril e agrícola nos séculos XIX e XX, em que não havia preocupações com a educação ou a formação humana e profissional, centrando os esforços na aprendizagem moral, contraditoriamente sobre condições de vida imorais e sujeitas a abusos de variadas ordens.

A inscrição da categoria juventude no Brasil foi criada de maneira marginal, não valorizada, encarada como força de trabalho e estorvo, num esforço por desqualificar a parcela da população que não era criança e tampouco se constituía adulta. Somos levados a concordar com Ariès (1981), e considerando as observações de Del Priore (2000) e Castro (2001), que o modo de produção capitalista, a urbanização e a escolarização levaram a um adiamento da entrada no meio adulto e ao mesmo tempo em um processo de afastamento e achatamento da infância, com a juventude considerada como categoria residual de análise.

Compartilhando com Geertz (2008) a visão de que ao procurarmos nas várias faixas etárias uma forma única caímos na concepção estratigráfica, onde as pessoas seriam compostas por níveis superpostos, onde fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, nesta ordem de complexidade e causalidade. Poderíamos nessa visão de níveis encontrar formas únicas de explicação causal, ou no máximo as relações entre as partes. Nessa perspectiva teríamos o erro de buscar o que este autor (GEERTZ, p. 28) chama de *consensus*

gentium, um consenso para toda a humanidade em seus diversos locais e tempos. Com essa procura de constantes universais busca-se uma forma de visão totalitária, e como todo totalitarismo excludente ao que difere do estabelecido, pasteurizando as variações humanas e sociais de forma ditatorial.

No conceito de juventude, que de alguma maneira ultrapassa a lei do papel por agir em um mundo real e informal, coloca-se os jovens, como pessoas, em primeiro plano, inclusive com suas idiossincrasias, ambiguidades e contradições. Podemos então considerar que se o ECA relaciona as normas, a sua prática dá-se na esfera pública, nem sempre sob a vigilância da lei e muitas vezes contradizendo a mesma, como é claro no aspecto do trabalho infanto-juvenil em seu viés de precariedade, assim como em formas obscuras de lazer como o uso de drogas, turismo sexual e brigas combinadas de antemão através de redes de relacionamento na internet.

Tradicionalmente os jovens são tratados como rebeldes, instáveis e questionadores (ABERASTURY, KNOBEL, 1981), história que em certa medida tem sua origem na tradição grega, atualizada no renascimento, onde o adulto seria o auge da perfeição e as etapas anteriores seriam correspondentes a um a espécie de proto-adulto. Justificam-se assim as medidas como desqualificação dos discursos e punições aos questionamentos e condutas dessas pessoas. Também se aplicam à exclusão da participação como protagonistas na vida social e na cultura (CASTRO, 2001).

Atualmente, considerando perspectivas como as de Castro (2001), Dayrell (2005) e Abramo (2005) os jovens são vistos como capazes de experimentar múltiplas possibilidades de existência, de maneira não determinista e participando de vários grupos, com consequentes mudanças de opiniões, afinidades e conceitos (MAGNANI, 2007, 2008). Nesta etapa podem-se viver múltiplas formas de identificação e pertencimentos, experimentando várias formas de existência. Diz-se assim que são volúveis, porém este é, paradoxalmente, um dos indícios de saúde (ABERATURRY, 1981), pela não ocorrência de fixação em certas práticas e identidade de forma cristalizada, estática, somente linear e causal.

Nas produções contemporâneas de órgãos e entidades vinculadas a ONU – Organização das Nações Unidas (ONU,2010) temos a assunção da postura de ênfase do Desenvolvimento Humano, que consiste em oferecer às pessoas as oportunidades para que as mesmas se desenvolvam em condições de pleno exercício da liberdade, com equidade de chances, suprimento de necessidades básicas e uma visão de cooperatividade, na qual as diferenças socioculturais são respeitadas, mas antes delas respeitam-se os Direitos Humanos, consolidados após a Segunda Guerra Mundial.

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 (ONU, 2010) deparamo-nos, da mesma forma que em outras obras citadas ao longo da nossa revisão (CASTRO, 2001; MAGNANI, 2007) com visões distintas de construções sociais e arranjos econômicos, onde fatores quantitativos e qualitativos são ponderados para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano, que varia de forma enorme conforme a realidade de cada povo. Na construção deste índice temos que não existe uma forma ideal de economia, ideologia e sociedade, mas formas em que as pessoas conseguem exercer seus direitos e potencialidades. Na obra citada (ONU, 2010) vemos, como exemplo, jovens que foram ex-guerrilheiros em conflitos no continente africano, que ao serem resgatados dos palcos de batalha não se tornaram cruéis, violentos ou criminosos. Pelo contrário, eram alunos com bons desempenhos e condutas adaptadas a vida social, demonstrando formas de existência que divergem do pensamento marcado pela linearidade e causalidade.

Considerando o Brasil, se atuarmos sob a concepção de juventude e cultura, vemos sentido nas ações que atingem os jovens enquanto protagonistas, por os considerarmos sujeitos de direitos, com a chance de mudança de valores, atitudes e visões de mundo. Mostramo-nos assim contrários as perspectiva que os jovens e crianças, principalmente pobres e que sejam considerados infratores - em uma associação mecânica entre pobreza e crime, como nos mostra Abramo (2005) e Castro (2001) – são potenciais criminosos que atuam a revelia dos seus contextos econômicos, das configurações familiares e da vida social, com seus valores e características de cada época.

Segundo Matta (1997) a clivagem social brasileira não perpassa somente pelo fator econômico, mas também e com mais impacto pela posição na hierarquia social, onde a lei é aplicada impessoalmente aos que não possuem laços sociais de pertinência a determinados grupos, enquanto aos demais privilegiados, não só por laços de sangue, a mesma regra é suavizada, abrandada e aplicada de maneira compreensiva com relação aos contextos de ação.

Nesse momento buscamos a construção de uma categoria que norteie os escritos subsequentes, assim cabe-nos sintetizar o que consideramos juventude. Juventude é um conceito variável nos tempos e espaços humanos, de cunho contextual, significando um processo de maturação cultural e biopsíquico, que implica na gradual assunção de responsabilidades, direitos e inserção na vida profissional, familiar e social de forma a exercer a capacidade de autonomia, fazer escolhas e arcar com as mesmas. Não podemos delimitar as jovens somente pelo fato de trabalhar, estar em certas faixas etárias e ter o desenvolvimento físico adulto, mas pela transição gradual da dependência de alguém mais capacitado,

normalmente mais maduro, para uma existência profissionalmente produtiva, afetivamente responsável e socialmente participante. Por esses motivos estamos de acordo em tratar os jovens como um segmento social (Constanzi, 2009). Porém tratarmos como um segmento imbui o risco de reificarmos essa categoria. Desta maneira corremos o risco de cair na ambição catalográfica de dividir as pessoas em taxionomias estratificantes.

Embasando-nos principalmente em Aberastury (1981), Dayrell (2005) e Debortolli (2008), que a juventude é uma etapa privilegiada para a fruição da liberdade de escolhas e vivências com características lúdicas, com a ampliação das redes de relacionamento, sociabilidades (MAGNANI, 2007) e fruição descomprometida, ao menos em longo prazo, de certos papéis definidos de maneiras sócio-históricas e econômicas.

Podemos assim considerar, sem detrimento do exposto, que a juventude é um conceito, tal qual o lazer, compreensivo, contextual e polissêmico. É um conceito social, cultural e subjetivo, pois Abramo (*op. cit.*) aponta o caráter do termo juventude para também designar um estado afetivo e pessoal, um tipo de disposição de espírito. Essa visão é consonante com as observações de Castro (2001) ao apontar o uso de termos como criança ou infantilidade de forma a denegrir alguém desqualificando suas atitudes ou comportamentos.

O conceito desta etapa como dotada de certa liberalidade para algumas condutas reprovadas pelo mundo adulto remete-nos às transformações de espaços como as escolas, centros culturais demais locais de convivência, como parques, feiras livres e ruas de lazer, em lócus onde são permitidas condutas descompromissadas e divertidas. Essa liberalidade também se reflete nas recentes medidas de proteção ao trabalho infanto-juvenil, ao menos em sua forma idealizada. Assim a entrada em instituições como a universidade posterga o ingresso no mundo produtivo, onde os papéis e tarefas, se não são fixos, são menos instáveis, levando a um espaço mais restrito para escolhas e mudanças que decorram de livre vontade.

Segundo Dayrell (2005) e Ariès (1981), classicamente e seguindo uma ideologia da classe média burguesa, a vida é dividida de maneira ternária, onde a criança brinca, o jovem se forma e o adulto trabalha. Os próprios autores fazem crítica a esta visão, que é idealizada pelas classes médias, pela lei e midiaticamente, como formas de imposição de valores ideais sobre o que seria o desenvolvimento pleno e salutar.

Nas sociedades contemporâneas, predominantemente urbanas e de trabalho em

sua maioria no setor terciário³, delineia-se um painel em que não existem ritos de passagem – ao menos explícitos - entre etapas da vida, sem uma marca ou tarefa que delimite clara e publicamente as funções na organização social. Ao analisarmos os referenciais históricos, vemos claramente que as classes médias e altas foram as que tiveram sua existência inscrita na tradição e na história (ABRAMO, 2005), criando e modificando valores e formas de delimitação, onde alguns seriam civilizados e o demais não o seriam, ou poderiam talvez estar em vias de civilizarem-se e fazerem sua inserção cultural no que seria a comunidade.

Um dos marcos tradicionais no Brasil, para os homens, era o alistamento no serviço militar e a conclusão do ensino médio, enquanto as mulheres tinham essa trajetória marcada pelo baile de debutantes aos quinze anos. Esses ritos, como observado de antemão, claramente tangiam às classes superiores do estrato social, mas serviriam de exemplo aos pobres, incultos e aos demais que se inseriam de maneira precária na sociedade vigente, mesmo sendo a maioria quantitativa. No tema dos ritos é impossível deixar de referenciar-nos a Matta (1997), o qual define esta prática com uma clareza sociológica impar e a põe a par do mito.

O rito tem a função de transformar algo natural em social, respondendo às questões da coletividade. Para isto utiliza a dramatização, que permite a tomada de consciência da situação e permite vê-la como tendo um sentido, constituindo um veículo de permanência e mudança (p. 49), onde as especulações dão lugar a certezas sobre os dilemas e especulações entre a matéria, o instinto e as pressões dos estímulos. Os ritos estão acima do cotidiano e ao mesmo tempo são necessários aos mesmos, permitindo a legitimação dos grupos frente aos fatos extraordinários, incluindo-se nestes a tomada de novos papéis sociais, com o rito possuindo a capacidade de (p.31) transformar o particular no universal e o individual no coletivo. O rito permite ganhos qualitativos através de três mecanismos: o primeiro é o que possibilita dar respostas específicas, individualizando elementos da infraestrutura natural. O segundo consiste na criação de compromissos entre as pressões externas a resposta específica, aqui estando o seu cerne na constituição da cultura. O terceiro mecanismo, ou função, dos ritos é definir as posições dos indivíduos e grupos, num sentido transcendente.

A sociedade moderna, no momento, torna clara a falta de ritos, relegada a povos considerados selvagens e a esfera do esotérico, fato também apontado por Geertz (2008).

³ Devido a mecanização, otimização da produção e avanços da informática e telecomunicações, a economia atual emprega o maior montante de trabalhadores, principalmente, na geração de serviços como comércio, lazer, turismo, educação formal e capacitação (DRUCKER, 1999; FORTINI et al, 2011).

Com a finalidade de mantermos a coerência, além de expormos o resultado da revisão teórica, temos a compreensão que encarar a fase da juventude como de conflitos, problemas e dificuldades é um equívoco que reflete uma visão da posição adulta, que reproduz a concepção de menores, sem direito a voz ou sem uma qualidade. Seguindo a perspectiva psicanalítica e suas derivadas, esse segmento social, ou etapa da vida, é marcado por dificuldades de ajuste, problemas na construção da identidade e conflitos com o mundo. Esse erro deve-se também a atribuição de caráter de patologia a qualquer mudança, em especial quando esta altera uma relação de dependência que questiona a onipotência dos adultos responsáveis.

Os jovens e adolescentes em geral vivem essa etapa de forma natural, como um processo espontâneo, fato que, de sobremaneira, incomoda os adultos, que tendem a ver esse processo como algo especial, que requer atenção e acontece de modo abrupto, é influenciado pela percepção que os mesmos que eram dependentes, em algum momento, ou em breve, partilharão da possibilidade de escolhas e tomarão as rédeas da própria vida. Em Ariès (1981) e Dayrell (2005) o incômodo causado pelos jovens é também outra faceta da dificuldade destes em passar para o mundo adulto, do qual foram apartados pela busca de proteção à criança, em íntima relação com a ausência de rituais claros de passagem.

Pensarmos que essa fase não é privilegiada para conflitos é coloca-los em seu lugar. As crianças vivem grandes conflitos e problemas, assim como também os adultos e os idosos. Na literatura psicológica encontra-se uma profícua produção sobre o sofrimento infantil, cabendo-nos ressaltar que sempre o discurso deste sofrimento toma a voz pelos profissionais. A vida⁴ em si é marcada por contínuas questões e fatos incompreensíveis, que exigem frequentes ajustes e adaptações. A par das concepções de Ingold (2001, 2003 a, b) e principalmente Geertz (2001, 2008), que o pensamento é em última instância, público e social, se mostra questionável a diferenciação entre vida interna e vida social. A chamada vida interna, ou ainda mecanismos psíquicos, é uma abstração coerente com abordagens que destacam a individualidade pura, descolada e isolada do mundo cultural (ELIAS, SCHRÖTER, 1994). Cria-se desta maneira mitos psíquicos, como se na abstração da existência de uma mente (INGOLD, 2001) houvessem várias instâncias inter-relacionadas (GEERTZ, 2008), em permanente conflito e contradição, onde a pessoa somente sofreria com

⁴ Ariès (1981, p. 8) utiliza o termo vida de maneira a exprimir algo que não tem nome, mas que comove e existe fora do biológico e do sociológico. Temos em Geertz (2008, 2000), que a vida vai além da pessoa e da sociedade, abrangendo o acaso e a inteligibilidade dos eventos. Em nosso entendimento a vida é constituída pelas relações entre a pessoa e o seu meio, que sofre influências de diversas ordens, exigindo contínuas adaptações e reavaliações que nem sempre são conscientes.

os sintomas e seria resultado de configurações psíquicas incompreensíveis.

Essa armadilha mantém a dependência e desqualificação dos jovens, além da criação de categorias de compreensão que permitem explicar-lhes de forma a manter um caráter de patologia frente aos seus questionamentos e à constituição enquanto pessoas de direito ou nas palavras de Carvalho (1999) uma pessoa humana.

O termo juventude, melhor caracterizado no plural juventudes, trata este período de construção de uma identidade que de certa maneira tornar-se a, ao longo do continuum da vida, menos mutável volátil. A juventude é ao mesmo tempo um fenômeno de caráter universal em sua ocorrência, mas com representações sociais heterogêneas, caracterizado por ser ao mesmo tempo condição social e representação (DAYRELL, 2005). No estado da arte⁵ das ciências sociais no Brasil (DEL PRIORE, 2000; CASTRO, 2001; FREITAS, 2005; DAYRELL, 2005) temos um nítido enfoque nesta abordagem, que desvincula a adolescência da juventude, não a excluindo, mas demonstrando que a interseção não implica na eliminação de qualquer uma das duas categorias.

Considerando a perspectiva da adolescência teremos um viés com enfoque clínico, onde a vida seria dividida marcadamente em fases (JERSILD, 1976; AJURIAGUERRA, 1980; DAVIDOFF, 1983; MUSSEN *et al*, 1995), de maneira prescritiva, que vai de encontro ao nosso enfoque contextual, cultural e social. Esta perspectiva encara a adolescência - mesmo que não seja de maneira aberta e explícita - como uma etapa desvinculada de outras do ciclo da vida, como se não existisse uma história familiar e social prévias, ou ainda uma perspectiva teleológica aberta a formas de existência que divirjam de pré-determinismos sociais, econômicos ou de transformações nesses mesmos aspectos que possam alterar o jogo social e permitir que, seguindo este raciocínio, uma criança pobre possa ter acesso a possibilidades de formar-se de maneira construtiva e ascender socialmente, com alterações em sua identidade, em sua visão de mundo e formas de participação no mesmo.

Ao tomar a adolescência como categoria de análise incorremos no risco de uma visão determinista, estática, desvinculada da mobilidade social, transformações identitárias (CIAMPA, 1987) e das formas de assumir as responsabilidades sobre a própria vida, ainda tomando essas pessoas como menores ou em formação. Temos na descrição da adolescência,

⁵ Segundo Isayama, Silva e Lacerda (2011), citando Ferreira (2002), Estado da Arte determina como se mapeiam e discutem as produções acadêmicas em determinado campo do conhecimento na busca de aspectos privilegiados. Assim podemos usar este termo como a abordagem que determinado fenômeno é analisado em uma época específica, trazendo a problemática da mesma, sua compreensão e articulação na busca do conhecimento da realidade.

epistemologicamente e como herdeiro de visões normativas sobre o que seria uma pessoa, características que vão entre os extremos do determinismo e do relativismo (GEERTZ, 2001, 2008), onde ambos excluem a participação na sociedade e em aspectos individuais, gerando interpretações aberrantes, que justificam a manutenção de regras e etapas de desenvolvimento.

A consequência de atrelar as normas aparece no discurso médico, pedagógico e jurídico que legitimam, com discursos científicos, a exclusão das diferenças de ritmos de desenvolvimento. Considerando estes fatos temos seu aspecto social em que a meritocracia perde seu valor - justificadamente de esforço - para interpretações focadas em ideais, que reproduzem os valores de competição⁶, com o sucesso atribuído somente a fatores individuais⁷, desvinculados de conjunturas ampliadas. Temos também a complexa relação entre o ideal de maturação biológica, com nítidas e consequentes transformações físicas e o desenvolvimento vivido na sociedade (GEERTZ, 2001, 2008; RIBEIRO, 2000; ARIÈS, 1981; CASTRO, 2001; DEL PRORE, 2000), onde os jovens – sejam ainda adolescentes e na puberdade – e crianças trabalham, namoram, usam álcool e demais drogas e desta forma participam na realidade em seus vários aspectos.

No que tange ao arcabouço legal, o ECA estabelece estas respectivas categorias e ao mesmo tempo manifesta uma preocupação com a formação de pessoas para o mundo adulto, sem considerar que as atividades atribuídas às faixas etárias podem variar de maneira inter e intra classes sociais, entre famílias e conforme as realidades regionais. Não podemos excluir o valor desse instrumento jurídico, normativo e que realmente defende este público a partir da doutrina de proteção integral (CUNHA, SILVA, GIOVANETTI, 2008), porém existe um claro descompasso entre a lei e o que é visível na realidade cotidiana, em que os jovens nem sempre tem seus direitos garantidos. No ECA temos que a infância dura até os doze anos, com a adolescência prorrogando-se desta idade até os dezoito anos, idade em que a pessoa se torna imputável criminal e civilmente, dentro de uma faixa etária baseada em normas de viés,

⁶ Em Demo (2008), Dejours (1992), Marques (sd), Lane e Codo (1988), Fortini (2011) e outros vemos contundentes críticas aos valores somente competitivos, onde algumas exceções são tomadas como regras e modelos de sucesso, em que a responsabilidade sobre ser vitoriosos recai unicamente sobre o sujeito de forma individualista. As sociedades altamente competitivas, características do modelo liberal, e atualmente neoliberal, enfocam dessa forma no individualismo exacerbado e na anulação de fatores ampliados, tais como o acesso aos recursos econômicos, capital cultural e histórias dos grupos sociais. Da mesma maneira implica em desconsiderar a exclusão de certas parcelas da população nas escolhas políticas e nos rumos das nações. O modelo socioeconômico neo-liberal, implementado no Brasil ao final da década de oitenta do século passado, ainda tem reflexos e consequências, com a prevalência das organizações detentoras do capital sobre os rumos das nações e acesso dos povos aos capitais e bens culturais (DRUCKER, 1999).

⁷ Nosso objetivo não é um estudo da personalidade, concordando com Elias e Schröter (1994) que esta guarda claras relações com a sociedade, mas está ligado a demais fatores que constituem a pessoa de maneira singular em indivíduo, como as formas de simbolização, capacidade de resiliência, disposições emocionais e temperamento. Por isso evitaremos, dentro do possível, tocar de maneira profunda em questões subjetivas ou individuais, deixando este trabalho às suas instâncias específicas e pesquisas na área.

marcadamente, com ênfase na compreensão dos mesmos como entidade biopsíquica.

Podemos arriscar a consideração que a adolescência refere-se a um processo de desenvolvimento fásico, em uma estrutura que o crescimento tem seu final na vida adulta. Ao trabalharmos com juventude temos um fenômeno processual, em que o desenvolvimento é social e ontológico, numa continuidade histórica que pode ser delimitado por períodos não disjuntos, que podem se diferir, mas não se isolam.

As relações entre a ordem jurídica e a clínica se fazem presentes, como expomos, na clara delimitação de faixas etárias aonde, como citamos, a adolescência fixa-se entre os doze e dezoito anos, quando ao atingir este último marco etário a pessoa se tornaria adulto, em um processo de ser catapultado para a obrigação de responder juridicamente de forma cível, criminal e administrativa, através de mecanismos sutis de controle, como a obrigação compulsória de participar da democracia através do voto, numa clara contradição entre os valores desta forma de governo e a liberdade para participar de maneira autônoma junto as escolhas dos representantes na estrutura de poder. Entre os doze e dezoito anos a pessoa está sujeita à medidas sócio-educativas, que em sua forma prática não difere muito das punições aos adultos, visto os insistentes relatos de abusos das forças policiais sobre este público (ISAYAMA *et al*; DAYRELL, 2005; MARQUES, sd).

Segundo os parâmetros da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a adolescência vai dos quinze aos vinte e quatro anos, podendo ser delimitada de maneira cronológica, sociológica e psicológica, sendo que cronologicamente a faixa etária, nesta organização, abrangeria dos doze aos vinte e cinco anos. León (2005, p. 13) cita a ampla variabilidade com base no foco etário⁸:

Convencionalmente tem-se utilizado a faixa etária de 12 a 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude aproximadamente entre os 15 aos 19 anos e idade, dividindo-se por sua vez em três subgrupos etários: de 15 a 29 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Inclusive para determinados contextos e por uso de instrumentos associados, este se amplia para baixo ou para cima, podendo estender-se entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos.

A procura por faixas etárias reforça a nossa crítica à procura por uma delimitação

⁸ León relaciona algumas faixas etárias (p.8), razoavelmente dispares, para a elaboração de políticas para a adolescência e juventude em diversos países, como: “entre os 7 e dezoito anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 14 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25 na Guatemala e Portugal; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai; entre os 18 e 30 na Nicarágua; e em Honduras a população jovem corresponde aos menores de 25 (CEPAL e OIJ, 2004: 209, 291”.

estática e universal do que seria a juventude, com uma sobreposição de termos que, segundo Freitas (2005, p.8) leva a ambiguidades, que podem resultar em invisibilidades e desconsiderações de situações específicas, gerando assim processos de exclusão.

Remetendo-nos a Medeiros (1975) e Ariès (1981) vemos que as atuais marcas distintivas da infância e do mundo adulto não existiam antes das perspectivas higienistas, da escolarização e da construção do trabalho nos moldes urbanos após a Revolução Industrial. Assim as crianças, jovens e adultos, brincavam, trabalhavam, se divertiam e até guerreavam sem muitas distinções. Criou-se então uma clivagem que apartou as pessoas em classes. Na contemporaneidade, por vezes dita em crise, estas separações estão se diluindo, assim encontramos brinquedos de adultos, quadrinhos de adultos e ao mesmo tempo infâncias que enfrentam um ritmo de tarefas alucinante, com horários regulados e metas de produção a serem cumpridas, como bem apontado por Debortoli (2008).

Autores como Castro (2001) e Del Priore (2000) demonstram que muitas vezes as pessoas consideradas adultas possuem condutas imaturas e descontroladas, constituindo-se dependentes emocionalmente, carentes e realizando atos incompatíveis com o ideal social produtivo e ajustado, ressaltando que a maioria dos atos violentos é feita por adultos, com o uso esporádico de crianças e adolescentes, sendo estes os que são mais severamente punidos e realizam atos de menor potencial ofensivo. Como alargamos o campo das avaliações a partir de extremos, cabe não nos esquecermos dos desvios e acidentes do desenvolvimento, como os casos de déficit mental, em que o corpo pode ser adulto, mas a conduta é caracterizada pela dependência muitas vezes permanente, ou lesões neurológicas que levam a quadros de demência em adultos outrora produtivos.

Além da visão compreensiva que tentamos construir devemos lembrar o atual papel da juventude como ideal de beleza e desejo, implicando em transformações no modo de vestir, se portar, relacionar-se e transformar o corpo. O corpo saudável é assim o corpo jovem, associado aos valores estéticos de beleza e sexualidade, força e virilidade, o qual as pessoas por vezes aderem de maneira acrítica em busca de visibilidade e autovalorização (PEREIRA, COSTA, GARCIA, 2006).

Portanto concluímos que falar de juventude não quer dizer falar de adolescência, mas entender a pessoa em seu sentido dinâmico e social, em uma fase da existência bastante elástica e que se descola de categorias biopsíquicas que, por sua vez, também são construções culturais.

Podemos sintetizar nossas observações sobre a análise das categorias propostas – juventude e adolescência - como o trajeto entre o natural, determinista e estratigráfico,

constituindo o ideal e objetivo das ciências ditas naturais, através de discursos que excluem as diferenças e seu caráter social, histórico e cultural, para enfim chegarmos ao que Matta (1997) e Geertz (2000, 2008) consideram o verdadeiro problema sociológico e antropológico: discutir a diversidade entre as pessoas e instituições, abrangendo desta maneira as categorias sobre as várias formas de existir. Este trajeto exigiu a análise histórica, contextual, social e de elementos individuais, que se articulam de maneira complexa e situada sócio-culturalmente.

Portanto não podemos definir uma só forma de juventude e de ser jovem, mas maneiras de viver esse aspecto de modo sociocultural, experimentado singularmente e sujeito a multifacetadas polissemias.

2.2 Jovens e o trabalho: relações contemporâneas

O que se constata na esfera pública, que Butler e Princeswall (2010, p.336) definem sinteticamente como o espaço de ação coletiva, além da família, e composto por objetivos das instituições governamentais e não governamentais, é que as crianças e jovens trabalham e obtêm renda (MARQUES, s.d.; CAMPOS, 2010), em um processo que o principal não é a busca de ocupações qualificadas (COSTANZI, 2009), mas a obtenção de recursos financeiros, com estreita relação com o tempo não ocupado por instituições como a escola.

Este fato é claro ao situarmos o trabalho precário (CONSTANZI, 2009), em virtude do aumento das crianças e jovens que em épocas de férias escolares procuram recursos através de práticas como vender balas e demais produtos em sinais de trânsito, pedindo algum dinheiro após apresentações artísticas, vigiando e lavando carros, bem como realizando tarefas domésticas. Da mesma forma também existem os riscos de violências e das condições de trabalho, ou melhor, da falta de condições, como o ambiente sujeito às intempéries do clima de chuva, frio ou calor, acidentes e até mesmo conflitos com outros segmentos que ocupam estes espaços, fato relatado por Campos (2010).

Temos assim um dos usos do tempo livre que, se possui alguns momentos lúdicos, não podemos afirmar que esta ocorrência seria em si um aspecto do lazer, mesmo que alocado no tempo disponível, como vemos em Lobo (2006) e Gomes *et al* (2009). Talvez esse fato possa ser melhor analisado pela vertente do trabalho em seu viés de subversão e transgressão.

Nesse aspecto o trabalho pode ser dividido em formal e informal, com o primeiro amparado pela legislação trabalhista e sujeito às regras e o segundo constituindo o trabalho precário, instável e não sujeito às normas legais. Concordamos com Ribeiro (1995, 2000), Del Priore (2000) e Dayrell (2005), que os jovens das classes populares sempre trabalharam, sem garantias legais e sujeitos à explorações de variadas ordens, não só nas cidades, mas também nos campos e nas atividades ilícitas, com o trabalho formal sendo regulado através de adaptações de leis que regiam os demais trabalhadores.

Cabe analisar, neste momento, como o trabalho, que ocupa grande parte do tempo, assim como os seus períodos adjacentes, que incluem o deslocamento, alimentação e preparação da vestimenta, cuidados com a apresentação e o planejamento do dia, que ultrapassa as horas efetivas de atividades marcadas pelo relógio de ponto, influem nessas possibilidades de exercício de distintos papéis que ampliem o leque de escolha desta população, mantendo ainda relações com o lazer (GOMES, 2008).

Como essa época, a juventude, é única e considera-se uma fase particular da vida, marcada pelas possibilidades de experimentação (DAYRELL, 2005; MAGNANI, 2007) que não retornarão⁹, urge analisarmos como se dá essa experiência peculiar considerando que o mundo ao qual os trabalhadores pertencem tem características do universo adulto, impedindo em vários graus a vivência de papéis diferentes em grupos diversos (MAGNANI, 2007). Assim, para analisarmos o lazer, é necessária também a análise do trabalho dos jovens.

Avaliando as produções bibliográficas, percebe-se o grande esforço para conciliar o trabalho e a educação (MARCELLINO, 1995, 2008; COSTANZI, 2009; PNUD, 2010), com reiteradas queixas quanto às jornadas de trabalho e esforço físico, e poucas referências ao lazer, visto somente como forma de busca de equilíbrio psíquico e de maneira não planejada, pouco sistematizada, instável, sendo por vezes considerado um supérfluo, tal qual um resto das outras instâncias da vida, conforme a elaboração feita por Cunha (2010) ao pesquisar o lazer de catadores de materiais recicláveis, que é em si um trabalho precário.

Como descreve Costanzi (2009, p.24) ao pesquisar o trabalho juvenil e sua importância no mercado e no desenvolvimento das nações:

Frente a tantos fatores, a juventude não deve ser vista meramente como um período de transição para a vida adulta ou como o intervalo de tempo entre a

⁹ Ao menos espera-se que não ocorra um processo destoante de busca por viver uma época passada em outro contexto. Mesmo assim deve ser apontada a existência contemporânea e multifacetada de retorno ao domicílio familiar, dentre outras características, a qual Abramo e León (in FREITAS, 2005, p.17 e 34), citando Pais e Lopez (op. citada), denominam de geração “iô-iô”, caracterizada por trajetórias de vida reversíveis e labirínticas.

adolescência e a idade adulta, ou, ainda, como o modo pelo qual os jovens deixam de ser jovens para se tornarem adultos.

Ainda:

Embora considerar a juventude como projeção para o futuro seja muito importante para as questões relacionadas ao desenvolvimento de um país, a médio e longo prazos, é igualmente importante entendê-la enquanto tempo presente e de fruição de uma época especial e única da vida dos indivíduos. Portanto, é necessário que as análises sobre a juventude conciliem estas duas óticas.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT– reporta que cerca de metade (COSTANZI, 2009, p.13) dos desempregados do mundo são jovens, com a América Latina concentrando uma parcela considerável desta população, assim esta organização busca empregar o trabalho juvenil nas estratégias de desenvolvimento das nações a partir de políticas integradas. Segundo Costanzi (2009, p. 19):

Uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Frequentemente, essa inserção é marcada pela precariedade, o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente. Elevadas taxas de desemprego e de informalidade, e baixos níveis de rendimentos e de proteção social evidenciam essa dificuldade. Em termos relativos, os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora.

Conforme foi considerado, não podemos ainda dizer que exista uma juventude, mas juventudes. As desigualdades e a heterogeneidade que marcam a nossa sociedade também são vistas na situação dos jovens, nas diferenças ao acesso aos serviços, direitos e bens. Assim como no trato com os mesmos. Como período de transição, ou como momento presente na continuidade do ciclo de vida, conceito de juventude também está inter-relacionado com a complexidade atual, como em arranjos familiares diferenciados, alterações no mercado e aumento da qualidade e da expectativa de vida em geral.

Em nossa interpretação e com base no levantamento bibliográfico percebemos que a entrada no trabalho não ocorre somente por necessidades de ajuda econômica à família, mas também pela procura de independência econômica que permita o acesso, para além de bens indispensáveis a sobrevivência, ao lazer e a demais capitais culturais.

Este arranjo é condizente com o atual crescimento econômico, marcado por índices crescentes de emprego, elevação de renda e avanços das políticas sociais através de programas como Bolsa Família, que não são exclusivos do Brasil (ONU, 2010 – relatório) e

apresentam globalmente excelentes resultados no desenvolvimento global das nações. Podemos afirmar que a pobreza já não é tão miserável e ocorreram avanços no desenvolvimento social brasileiro em decorrência de mudanças políticas implantadas com orientação voltada ao desenvolvimento social (DEMO, 1998; ONU, 2010). Os dados são paradoxais, pois ocorreram avanços no desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a concentração de renda aumentou e a população está no início de um processo aparentemente irreversível de decréscimo das taxas de natalidade e fecundidade segundo o *World Population Prospects* (ONU, 2004; PNUD, ONU, 2010).

Entre as dificuldades que este segmento da população encontra, percebe-se como a inserção no mundo do trabalho é precária, fato já apontado por Costanzi (2009), Dayrell (2002), Elias e Schröter (1994) e Fonseca (2003) em uma relação direta entre idade, baixa escolaridade e precariedade nas relações laborais, principalmente se negros e mulheres, sendo que Elias e Schröter (obra citada) apontam que estes dois últimos fatores podem na verdade mascarar relações de poder construídas historicamente, que ocultam conflitos mais profundos.

Segundo análises da OIT o índice de desemprego entre os jovens é mais alto que no restante da população e as ocupações concentram-se na área de serviços, ou seja, na área terciária da economia, que se oferece grande oportunidade de vagas também é marcada pela instabilidade, sazonalidade, baixos salários e uma relativa ausência de necessidade de formação intensiva e qualificada, com alta rotatividade de funcionários.

Nesse contexto temos uma situação paradoxal onde ao trabalhar, principalmente em jornadas extensas, interfere-se na vida escolar, desta forma o trabalho pouco qualificado seria um fator que dificulta a continuidade da formação educacional e reproduziria os mecanismos de exclusão social.

Anteriormente consideramos o conceito de juventude, trataremos agora das relações entre a juventude e o trabalho, pois se constata que a visão fásica do desenvolvimento, apontada e criticada por Ariès (1981), Dayrell (2005) e Magnani (2007), na qual a criança brinca, o jovem se forma e o adulto trabalha não são aplicáveis à realidade das classes populares. Percebemos que essa idealização da realidade em uma trajetória linear é somente a compreensão dos estratos sociais economicamente superiores, que por sua vez servem como modelo da trajetória de vida ideal, em parte devido a invisibilidade das camadas inferiores, como ressalta Del Priori (2000) e Castro (2001).

Entre as considerações que levantamos delineia-se o viés por considerar os jovens como reflexo da sociedade. Este fenômeno é em parte correto, mas os jovens não são só um reflexo, pois interiorizam e corporificam seus aspectos, mas o transformam e resignificam os

mesmos (DAYRELL, 2002, 2005; INGOLD, 2001, 2003 b; GOMES, 2008), num processo de participação cultural ativa, e se considerarmos desta forma não abriremos portas às inovações e transformações, como se aspectos sociais somente fossem reproduzidos infinitamente. A internalização¹⁰ da cultura não é uma apropriação inocente e pura sobre uma tabula rasa humana, envolvendo a criação e articulação dos fatos em sistemas inteligíveis (GEERTZ, 2008).

Tomando como marco os estudos de Goffman (1974) vemos uma crítica pertinente a considerar de maneira simplória a passividade com que determinados grupos que de alguma forma podem ser oprimidos, como os jovens em um mundo que valoriza a ordem e a estabilidade. Em nossa linha de interpretação os jovens não são apenas reprodutores, sejam de conflitos, sejam de valores sociais. Os mesmos participam ativamente, mesmo que não possuindo uma voz legitimada que os dê atenção. Eles subvertem a ordem e acatam-na de maneira crítica, que pode assumir a forma de transgressão. Obviamente em qualquer etapa da vida as normas podem ser questionadas, porém ao lidarmos com a juventude temos um misto ambivalente de esperar que as regras sejam seguidas e ao mesmo tempo considerar que as mesmas passem por uma subversão ou até inabilidade para lidar no mundo real.

O trabalho, principalmente juvenil tem relações complexas com o lazer. Avaliamos que a atribuição de dialética a esta relação limita o discurso a análises fixas e em aparentes contradições, nas quais o segmento dos jovens perde sua voz, tanto por não ter noção do que seria a dialética e pela mesma remeter a relações de pensamento com uma lógica circular, de causa e consequência. Enquanto no pensamento complexo, a matriz de pesquisa mais moderna, a recursividade quebra esta causalidade, interligando elementos concretos conforme a interpretação dos sujeitos (MORIN, PENA-VEJA, MORIN, 1999; MORIN, 2006; PIMENTEL, org. 2010) .

Esta perspectiva é algo temerária, porém encontra sua base em Geertz (2000), Ingold (2001) e Morin *et al* (1999, 2003), que claramente colocam a armadilha da classificação estrutural se sobrepor à inscrição etnográfica, colocando os sujeitos em segundo plano frente às teorias às quais os fatos teriam que se amoldar. Nesta compreensão a primeira abordagem – estrutural – amolda os achados a teorias, independentemente de singularidades,

¹⁰ Internalização, segundo Coutinho e Moreira (2001, p. 143 - 144), baseando-se no sócio-interacionismo de Vygotsky, constitui o processo de reconstrução interna das relações entre os sujeitos, resultando em uma reorganização da ação do indivíduo sobre os objetos, na autorregulação da conduta e na regulação recíproca. Nessa forma de abordagem existe alguma influência da pessoa, mas a função dos signos é atribuída socialmente. Em Geertz (2008) vemos uma crítica à esta abordagem que cliva a pessoa um mundo interno da mente e outro externo, correspondente a sociedade, em que se influenciariam reciprocamente. Concordamos com Geertz (op. citada) e Ingold (2001) que representações e significados não são absorvidos ou transmitidos, mas apreendidos conforme a prática e a necessidade, fato que Ingold denomina *enskilment*.

enquanto a etnografia inscreve os discursos na história e no rol das práticas humanas. O pensamento dialético, segundo os estudos de Chauí (2008) e Demo (2008), apesar de ter sido a origem, difere-se da concepção dialética do materialismo histórico, que constrói uma interpretação do sistema produtivo, a partir de relações pautadas na reificação, de forma estrutural, atingindo o objetivo positivista de ajustar a realidade ao que é a teoria, principalmente no Brasil, onde em certo ponto a visão acadêmica toma-a como única explicação (PIMENTEL, org., 2010).

O trabalho para os jovens relaciona-se a obtenção de recursos financeiros, não envolvendo um projeto de vida (DAYRELL, 2002; 2005) ou a possibilidade de humanização. Em Goulart e Sampaio (1998), assim como observado por Fonseca (2003), vemos o trabalho como forma de participação na cultura e construção de identidade¹¹, por outro lado o mesmo pode reproduzir relações de poder e desumanizar a pessoa, conforme aspectos individuais, mas principalmente pela forma de organização do trabalho e a capacidade de possuir autonomia, controle e compreensão dos processos inerentes aos mesmos.

Segundo Constanzi (op. cit.) a contradição entre formação e trabalho não é imutável, e em seu lugar deve-se abordar formas de qualificação e inserção social através de duas noções fundamentais: oportunidades e direitos (CONSTANZI, p.72), em consonância com a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD), que propõe recomendações gerais e específicas de políticas governamentais, incluindo o emprego. O planejamento da agenda cobre o período de 2006 a 2015, definindo como objetivo na área de trabalho juvenil melhorar a inserção dos mesmos e diminuir, neste período de dez anos, a quantidade de jovens que não estudam e não trabalham. A agenda citada tem três prioridades: a) gerar mais empregos, com melhor qualidade e igualdade de oportunidades e tratamento; b) erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, com ênfase nas suas piores formas, proposta implantada no Brasil com a divulgação da lista TIP (op. citada); c) fortalecer o diálogo social.

Entre as muitas características do programa que permitem a construção de diálogos entre os órgãos públicos e as políticas do governo, encontra-se na instituição a falta de referências ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego¹² - PNPE, que mesmo revogado em 10 de junho de 2008, com a unificação dos projetos e ações federais no

¹¹ Os autores tratam a identidade como forma de atribuição de significado e sentido às tarefas realizadas interferindo de maneira complexa com as atividades em outras esferas de atuação como as relações familiares e com pessoas que não fazem parte do ambiente de trabalho.

¹² Lei nº 10.748 de 22 de outubro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm#art24> último acesso em 18 de maio de 2012.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem¹³, não se constitui como instrumento orientador ao programa de emprego juvenil na universidade, pois não abrangia os jovens até vinte e quatro anos e previa - fato que continua até o momento - o encerramento do contrato aos dezoito anos. Essa análise torna mais robusta a interpretação que o convênio entre a UFMG e a CVB, através dos programas Ação Jovem e PORTA, se encontra algo alheio às políticas públicas de trabalho e emprego, com o foco no uso da mão de obra em um período limitado, compreendido entre os dezesseis e dezoito anos, e no ECA, com toda a tradição de visão de jovens e crianças como menores que demandam cuidado, controle e vigilância.

Nas políticas públicas atuais, com alteração da visão inerentemente assistencialista que vigorava no Brasil até a década de noventa (FALEIROS, 2006), foi exigida a contrapartida dos participantes dos programas citados – PNPE e PROJOVEM – em termos de qualificação escolar, fato existente na UFMG, visto que os jovens necessitam estar frequentando a escola regularmente, orientação que é dada as chefias imediatas e acompanhado através da avaliação de desempenho dos trabalhadores. Temos assim a visão tacitamente salvacionista do trabalho e da escolarização, como formas prioritárias de formação e aprendizagem, onde o lazer e demais esferas cotidianas perdem seu caráter na construção do sujeito, como se estivessem destacadas de uma identidade una (FRIEDMAN, 1983). Nas atuais políticas públicas é dada ênfase ao desenvolvimento da autonomia em oposição a uma hegemonia igualitária (FALEIROS, 2006, BUTLER, PINCESWAL, 2010; ONU, 2010).

Entre as várias teorizações sobre a escolarização temos em síntese que as mesmas se referem ao modelo de organizações totais de Goffman (1974), onde a entrada em qualquer uma das instituições com este caráter implica em uma perda gradual da humanidade individual e aumento do isolamento social, onde em Ariès (1981) temos a definição da escolarização como o processo de enclausuramento das crianças e jovens nas instituições de ensino. Além da visão de instituição total, mas com enfoque na relação da escola com os sujeitos, temos ainda Patto (2000) e Patrício (1997) com abordagens que trazem a tona a concepção e manutenção da escola como locais de ensino e não de aprendizagem (PATRÍCIO, 1997, p.21), sem uma visão pluridimensional.

Podemos, com algum grau de propriedade e com uma interpretação psicossociológica baseada em Ariès (1981), Dejours (1992), Friedman (1983) e Goffman (1974), considerar que os comportamentos desviantes e anormais - exceto em alguns casos de

¹³ Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm#art24> último acesso em 18 de maio de 2012.

transtornos de personalidade e doenças mentais, que ainda assim se relacionam ao meio cultural - seriam formas de reação a esse processo de tentativa da aniquilação da personalidade, especialmente na infância e juventude, aonde a mesma encontra-se perante múltiplas formas de experimentações identitárias e de papéis sociais, com amplas gamas de potenciais e algum grau de possibilidades menos restritivas à assunção de responsabilidades e ao peso das consequências.

Denota-se então que o trabalho e a educação são intimamente relacionados às políticas sociais e sua organização normativa, principalmente ao tratarmos de jovens e de trabalho decente.

Na produção de Leave e Etienne (1991) encontramos outras maneiras de formação para além das escolas tradicionais de educação formal para o trabalho, especialmente nas observações que levaram estes pesquisadores a descrever o processo de Participação Periférica Legitimada – PPL – que demonstra como a relação entre novatos e veteranos condiciona as formas de aprendizagem de tarefas extremamente complexas e por vezes consideradas tradições. Nessa abordagem a participação nas tarefas dá-se a partir de funções menos importantes, mas que são cruciais para o desfecho das tarefas, num processo ativo, contextual e relacional, em que a aprendizagem é cotidiana e o ensino não estruturado em conteúdos estanques. Assim as tarefas são apreendidas no movimento ativo no mundo, através da abertura a participação e crescente complexidade das tarefas, até o seu domínio completo.

Portanto a relação com o trabalho pode ser construtiva e conflituosa, em um processo de incorporação, desafio e submissão às regras, onde ao mesmo tempo que é desejado, também é rejeitado, sendo necessário para a manutenção e ainda assim visto como um transtorno, talvez um mal necessário.

Convém ressaltar a observação de Dayrell (2002) que considera que a derrocada das principais instituições de socialização, constituídas pela escola e trabalho – por ele denominadas agências – que permitiriam a passagem para o mundo adulto, encontra-se nesse processo de desconstrução como instrumentos de regulação por não conseguirem dialogar com seu público principal que são os jovens e crianças.

Esta derrocada, também apontada por Patrício (1997), Patto (2000), Elias e Scotson (2000), e por Magnani (2007), não ocorre de forma repentina, considerando que Elias e Scotson realizaram sua pesquisa na década de cinquenta em uma pequena cidade inglesa. Assim a decadência das agências de socialização é um fator perene, com os jovens sempre apresentando-se como potenciais mantenedores da evolução e como destroçadores do tecido sócio-institucional. Devemos considerar que os jovens também estão lidando com a cultura,

ou as práticas culturais, de maneira periférica, no sentido que estão aprendendo as regras, e essa aprendizagem implica em mal entendidos e no teste sobre limites sociais e formas de se portar.

Ao analisar este quadro percebe-se que as instituições e as pessoas nem sempre possuem relações tranquilas e pacíficas, com a ocorrência de conflitos, principalmente quando ocorre a perda da capacidade de autonomia (GOFFMAN, 1974; FRIEDMANN, 1983) e possibilidade de exercer escolhas, o que implica, recursivamente, na minoração das pessoas com nos mostra Goffman (1974, p. 46):

[...] as instituições totais perturbam ou profanam exatamente as ações que na sociedade civil têm o papel de atestar, ao ator e aos que estão na sua presença, que tem certa autonomia no seu mundo – que é uma pessoa com decisões ‘adultas’, autonomia e liberdade de ação. A impossibilidade de manter esse tipo de competência executiva adulta, ou, pelo menos, os seus símbolos, pode provocar no internado o horror de sentir-se radicalmente rebaixado no sistema de graduação de idade.

Desta forma pode ocorrer que as instituições se transformem em entidades totalitárias, impermeáveis às relações com diferentes gerações e realidades, reproduzindo práticas que em um processo de reificação excluem as singularidades sob a égide de tratar todos de forma igualitária, desconsiderando que cada trajetória de vida é singular, marcada principalmente pela capacidade de compreender a realidade e sua função na teia da vida. Têm-se então um quadro institucional que destoa da pluralidade de existências e dos múltiplos significados que as mesmas possuem, almejando entidades idealizadas marcadas pela inconcretude e fantasia. Essas observações não se restringem ao trabalho, podendo ser extrapolada essa compreensão, baseada em Goffman (1974), além de Elias e Scotson (2000), para quaisquer ações que tangem aos jovens, incluindo a escolarização, atividades de recreação, o lazer e até mesmo projetos e programas sociais que possuam o discurso de garantia de direitos.

2.3 Descrição das condições dos jovens da Cruz Vermelha Brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais

A descrição ocorreu por meio da análise documental e observação de campo, visando a contextualização do meio aonde este público circula. A análise tem por base

informações obtidas junto a instituição pesquisada e sua interpretação frente à revisão bibliográfica.

2.3.1 Moradia

Os jovens que fazem parte do programa moram, em sua maioria, no município de Belo Horizonte, grande parte em áreas periféricas que tem fronteiras principalmente com Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano. Entre os 252 jovens que trabalhavam no mês de maio de 2012, a dispersão por municípios foi:

Tabela 1
Relação dos contratos de trabalho da CVB segundo a dispersão por municípios

Município	Quantidade de contratos	Porcentagem
Belo Horizonte	169	67,06 %
Santa Luzia	40	15,87 %
Ribeirão das Neves	20	7,93 %
Vespasiano	9	3,57 %
Contagem	7	2,77 %
Sabará	5	1,98 %
São José da Lapa	2	0,79 %
Total	252	100 %

Fonte: banco de dados do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012

Em termos gráficos:

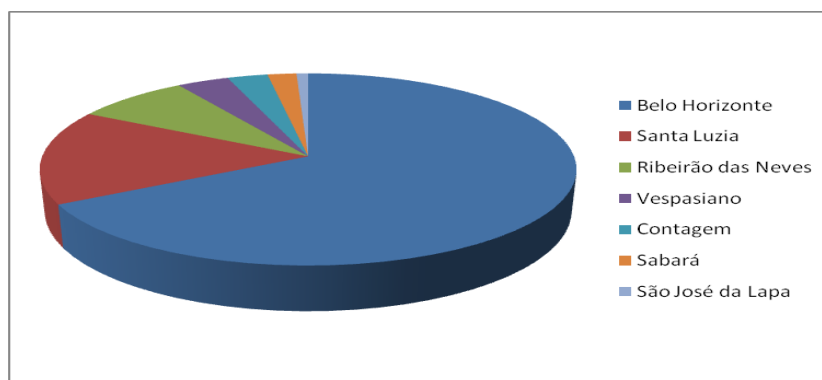


GRÁFICO 1 – Distribuição dos contratos de trabalho pelos municípios

A moradia em áreas fronteiriças e conurbadas¹⁴ deve ser levada em conta a partir da compreensão que os espaços são, ainda, sociais. A localização geográfica é também uma construção sociocultural que incorpora às pessoas valores, normas e formas de conduta (ELIAS, SCOTSON, 2000; CASTRO, 2001), da mesma forma que os espaços são ocupados, eles também colonizam as pessoas, gerando imagens e representações sobre como são os habitantes de determinado local.

A precariedade dos mesmos, a qual envolve transporte, rede de saneamento, acesso a serviços de saúde e assistência social, bens culturais e a relação com as instâncias de vigilância, como as polícias e conselhos tutelares, gera autorepresentações que influem na relação com outros membros da comunidade (ELIAS, SCOTSON, 2000; JOVCHELOVITCH, 2000). Quando observamos os indicadores de desenvolvimento das cidades periféricas (CUNHA, SILVA, GIOVANETTI, 2008; SANTOS, JUNIOR, UDE, 2009; ISAYAMA, *et al*, 2011) nos deparamos com a dita precariedade, que se caracteriza pela falta ou dificuldade de acesso aos produtos do desenvolvimento, implicando em recorrer às cidades polo, como Belo Horizonte, em busca de trabalho, atendimentos de saúde e educação.

O município de Ribeirão das Neves o fizemos por possui um dos menores indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M – o qual fica a frente somente de Vespasiano e São José da Lapa, cidades com a qual tem fronteiras, mas tem um contingente populacional consideravelmente menor e pouco desenvolvimento urbano. Dentre as cidades que compõe os contratos dos jovens, além de ser um local com grande contingente

¹⁴ Conurbação é o termo da geografia utilizado para regiões em que não é possível distinguir os limites claros entre os municípios, com os mesmos compartilhando as redes de atendimento e estruturas urbanas sem a possibilidade de demarcação nítida, pela população, de onde começam as fronteiras jurisdicionais. Segundo o Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, este fenômeno pode ser definido como (1998, imp. 1994, p. 176): “Conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas, que constituem uma sequência, sem contudo, se confundirem. [No Brasil, o ABCD (cidades como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), que tem por núcleo a cidade de São Paulo, é exemplo de conurbação.]”

de populacional, especialmente jovem, a cidade é marcada por possuir três núcleos urbanos pouco integrados, constituídos da seguinte maneira: Veneza, as margens da BR 040; Justinópolis, o qual se funde a Belo Horizonte, constituindo uma zona conurbada e enfim a sede administrativa da cidade, que constitui Ribeirão das Neves em si.

Abaixo temos a tabela que relaciona o IDH-M dos municípios¹⁵, seguindo a ordem da quantidade de contratos:

Tabela 2
Relação do IDH-M por municípios contratados

CIDADE	IDH-M	RANKING ESTADUAL	RANKING NACIONAL
Belo Horizonte	0,839	3	80
Santa Luzia	0,754	253	1752
Ribeirão das Neves	0,749	289	1903
Vespasiano	0,747	306	1957
Contagem	0,789	76	830
Sabará	0,773	154	1257
São José da Lapa	0,747	307	1960

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2012.

Acerca do uso do IDH, Silva (*in* CUNHA, SILVA, GIOVANETTI, 2008, P. 191) observa que:

O IDH é um indicador social importante, pois leva em consideração a educação, a longevidade e a renda, e é utilizado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – como uma forma padronizada de qualificar o nível de bem-estar e a qualidade de vida da população residente em alguma região.

Ainda:

O IDH pode então ser uma referência para avaliar qualitativamente a vulnerabilidade social [...]. Nesse sentido um IDH menor que 0,5 é baixo, entre 0,5 e 0,8, médio e acima de 0,8, alto, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhor são as condições para se viver.

A Organização das Nações Unidas – ONU – construiu o IDH a fim de obter indicadores de qualidade de vida que diferissem de valores somente quantitativos como o Produto Interno Bruto. Na construção deste índice foi considerado que os determinantes do crescimento econômico não são os mesmos do desenvolvimento humano, pois mesmo

¹⁵ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlasbh>>, último acesso em 07 de junho de 2012. É necessário o download dos arquivos e da plataforma específica. As informações foram obtidas pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

havendo correlação entre aumento da renda e acesso a saúde e educação, o mesmo não ocorre ao mesmo tempo, em todos os locais e para todos.

A partir do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (PNUD-ONU, 2010) vemos que o IDH e a equidade são correlacionados, com a equidade diferindo da igualdade, por permitir o acesso diferenciado aos recursos por parte dos segmentos sociais que os necessitem. Ocorre então a compreensão da igualdade em seu viés excludente, ao tratar as diferenças de forma semelhante, do mesmo modo que as caracterizações realizadas sobre os discursos universalizantes acerca do que é considerado desenvolvimento, que tratamos anteriormente. Enfim, o IDH é composto pela renda, escolaridade e acesso a saúde, com abordagem centrada na pessoa e pautado pela transparência, simplicidade e internacionalização (PNUD, obra citada).

A cidade escolhida possui também a característica do estigma, por abrigar grande número de presídios, marcando a representação desse lócus como de crime e perigo. Também é considerada um município dormitório, onde as pessoas possuem suas casas, porém trabalham em outros locais. Todas essas marcas representam os seus habitantes (ELIAS, SCOTSON, 2000) junto à comunidade.

Podemos situar, com base em Noronha (2009) que o rápido crescimento da cidade, o qual explica em parte o grande contingente jovem, ocorreu devido ao baixo preço dos imóveis, loteamentos irregulares e invasões em áreas públicas e privadas, que impactaram na sua explosão demográfica, bem como a construção dos quatro centros prisionais, que a época levaram as famílias a morar no local.

Temos que o início do crescimento urbano local deve-se a migração gerada pelos presídios¹⁶, os quais a família mudava para acompanhar o detento. Porém este crescimento ultrapassa somente esta explicação, envolvendo a especulação imobiliária e as migrações dentro do estado, onde não encontrando lugar na cidade central, a massa de pessoas vinda do interior se aloja nas suas periferias, em um processo que tem a marca do desenraizamento e da falta de construções de vínculos com o local, num processo que também impede, de alguma maneira, a mobilidade social, conforme a perspectiva de Elias e Scotson (2000).

A cidade, localizada a cerca de trinta quilômetros de Belo Horizonte, mas contigua a mesma, apresenta três núcleos, conforme encontramos em SANTOS *et al* (2009), que por sua vez situam seus moradores em relação aos outros municípios.

¹⁶ Para maiores informações pode ser consultado o endereço eletrônico do IBGE, onde é traçado o histórico do município desde o século XVIII: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315460#> >. Último acesso em 28 de outubro de 2012.

Os três são Justinópolis, Ribeirão das Neves e Veneza. Justinópolis é conurbada com Belo Horizonte e Contagem, apresentando uma identidade com a metrópole pela região de Venda Nova, na zona norte da Capital. Ribeirão das Neves constitui a sede da prefeitura e possui identidade destacada da mesma, onde se encontra o hospital municipal e a câmara de vereadores. A região do Bairro Veneza é razoavelmente distante das duas precedentes e margeia a BR 040 no sentido de Brasília. Esta é a que apresenta a maior precariedade de instalações e maior índice de vulnerabilidade social, conforme informações obtidas pelo Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR¹⁷. Através do mapa a seguir é possível visualizar os três núcleos:

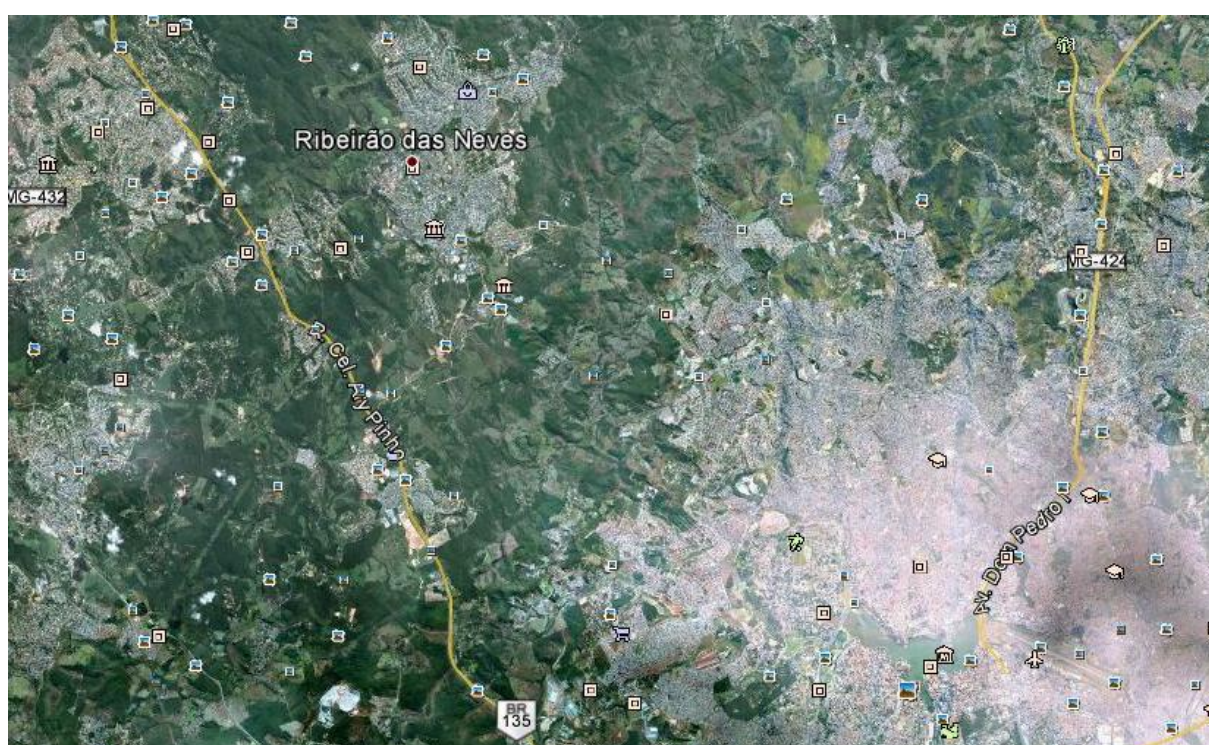


FIGURA 1: Mapa com a localização dos municípios de Ribeirão das Neves e região da Pampulha de Belo Horizonte – MG, 2012.

Fonte: software Google Earth, obtida em 29 de dezembro de 2012

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE – a população é de 296.317 habitantes¹⁸, com a pirâmide etária alargada em sua base, de maneira destoante da pirâmide de Minas Gerais e do Brasil¹⁹ atuais (NORONHA, 2009), remetendo

¹⁷ Maiores informações podem ser obtidas no endereço eletrônico do programa:

<http://www1.direitoshumanos.gov.br/spdca/exploracao__sexual/Acoes_PPCAM/pair>, último acesso em 30 de outubro de 2012.

¹⁸ Informações atualizadas até 2006. Disponível em <

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfilwindowat.php?codmun=315460> >, último acesso em 31 de outubro de 2012.

¹⁹ Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=315460#>> com último acesso em 27 de fevereiro de 2013.

em sua forma gráfica à características de locais pouco desenvolvidos, com alta porcentagem de crianças e jovens, assim com alta taxa de fecundidade, que impactam as políticas públicas.

2.3.2 A CVB

A CVB é uma associação civil de caráter filantrópico e de utilidade pública, instituída no Brasil em 1908 e atua em mais de cento e oitenta países, norteadas pelo Direito Humanitário Internacional, com os princípios de: universalidade, unidade, voluntariado, independência, neutralidade, imparcialidade e humanidade. Por meio da CVB é executado o Programa Ação Jovem²⁰ que tem a proposta de encaminhar e preparar para o trabalho os jovens entre quinze e dezesseis anos em entidades conveniadas. Este programa existe desde 1974, ainda na vigência do regime militar e do Código de Menores e teve, junto à UFMG, um projeto piloto, na mesma época, denominado Guarda Jovem, onde esse público ingressava aos quatorze anos, cabe observar que o substantivo *guarda* traz a conotação policial que permeava o trato com os jovens. Atualmente, o trabalho a partir dessa idade só é possível como aprendiz, conforme a legislação vigente.

Os jovens que buscam trabalhar na UFMG são previamente selecionados na CVB após avaliação médica, psicológica e socioeconômica. O contrato de trabalho é regido pela CLT²¹ – Consolidação das Leis Trabalhistas – com direito a salário, contribuição a Previdência Social, férias remuneradas e jornada de trabalho de quarenta horas, com a função na Carteira de Trabalho de *mensageiro interno*, categoria profissional constante da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO²², onde por meio das atribuições do cargo se busca preservar os mesmos de atividades que constem na listagem TIP²³ – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.

²⁰ Disponível em: < <http://www.cvbmg.org.br/apoio-ao-adolescente-programa-jovem.php> >, último acesso em 05 de maio de 2012.

²¹ Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, que rege os direitos e deveres dos trabalhadores.

²² Classificação criada portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, para a identificação das ocupações no mercado de trabalho. disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>> com último acesso em 07 de fevereiro de 2013

²³ Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2012, construído a partir de orientação da OIT – Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. Este decreto ordena o que as crianças e jovens podem fazer de maneira não prejudicial a sua integridade e desenvolvimento. A mesma lista 10 grupos de atividades prejudiciais à saúde e à segurança, em um total de setenta e seis itens, e mais um grupo de atividades prejudiciais

A seleção pela CVB ocorre em datas previstas e tornadas públicas conforme as demandas. É anunciado o período de inscrição, que implica em grandes filas na sede da organização e nem sempre é possível o atendimento e encaminhamento de todos os jovens. A UFMG detém o maior número de vagas do Programa Ação Jovem, em um total de 250 (duzentas e cinquenta) vagas, e contratos que se dividem entre o Campus Pampulha e unidades dispersas pela cidade de Belo Horizonte, além do Hospital das Clínicas - HCL da universidade, que possui um contrato específico com a CVB. Desta maneira o convênio teve início no HCL em 1974, empregando jovens a partir de quatorze anos, com a posterior expansão para as demais unidades.

O contrato de trabalho é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT²⁴ –com direito a salário, contribuição a Previdência Social, férias remuneradas e jornada de trabalho de quarenta horas, com a função na Carteira de Trabalho de mensageiro interno. Assim busca-se preservar os mesmos de atividades que constem na listagem TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil²⁵.

2.3.3 A UFMG

Organizacionalmente a UFMG possui a divisão em área docente e técnico-administrativa, com mais a subdivisão desta segunda. A área técnica se compõe de profissionais com formação educacional superior ou técnica compatível aos cargos, como engenheiros, médicos, psicólogos, pedagogos e técnicos de segurança do trabalho, informática, análises clínicas e demais especialidades. Desta maneira os jovens permanecem, em sua maior parte, vinculados às áreas inerentemente administrativas, reproduzindo uma lógica em que permanecem em contato com as atividades tecnicamente menos elaboradas, em

à moralidade com quatro atividades e os respectivos riscos que podem acarretar. A mesma, assim, organiza-se em três eixos: atividade, riscos e danos possíveis. O Decreto entrou em vigor em 12 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm> com último acesso em 06 de maio de 2012.

²⁴ Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, que rege os direitos e deveres dos trabalhadores.

²⁵ Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2012, construído a partir de orientação da OIT – Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. Este decreto ordena o que as crianças e jovens podem fazer de maneira não prejudicial a sua integridade e desenvolvimento. A mesma lista 10 grupos de atividades prejudiciais à saúde e à segurança, em um total de setenta e seis itens, e mais um grupo de atividades prejudiciais à moralidade com quatro atividades e os respectivos riscos que podem acarretar. A mesma, assim, organiza-se em três eixos: atividade, riscos e danos possíveis. O Decreto entrou em vigor em 12 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm> com último acesso em 06 de maio de 2012.

funções repetitivas que não abrem possibilidades de acesso às atividades mais complexas que permitiriam contato com o meio profissional mais elaborado e qualificado intelectualmente, o qual também implica em melhores remunerações e maiores responsabilidades.

A área docente é dividida em professores de nível superior, nível médio e ensino fundamental, cada uma delas regida por planos e legislações específicas de cargos e salários. A legislação comum à área técnica e administrativa é o RJU²⁶ – Regime Jurídico Único da União – com os planos específicos a cada categoria regulando a operacionalização do desenvolvimento na carreira. Assim existem várias carreiras, com perfis e remunerações diferenciadas, influenciando na relação cotidiana com a instituição, conforme observações realizadas e de acordo com as informações disponíveis no endereço eletrônico da mesma²⁷.

Os servidores que recebem estes jovens para o trabalho, em geral, se dividem em três carreiras, a de docência superior, a técnico-administrativa e a de professor do ensino básico e fundamental. A UFMG é a segunda maior universidade federal do país em termos de quantidade de servidores da área não docente²⁸. Os locais de atuação são as unidades acadêmicas, que constituem a universidade visível ao público externo à comunidade universitária, onde são oferecidas as graduações e pós-graduações, além das atividades de extensão; as unidades administrativas, que gerenciam o trabalho técnico e administrativo, caracterizadas muitas vezes como órgãos centrais; o Centro Pedagógico – CP, que constitui uma escola de ensino fundamental e o Colégio Técnico – COLTEC, que oferece o ensino médio e profissional de forma concomitante ou isolada. No mapa a seguir é possível visualizar a organização espacial do local da pesquisa:

²⁶ Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, disponível em

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm > com último acesso em 10 de setembro de 2012.

²⁷ Informações disponíveis em <<http://www.ufmg.br>> com último acesso em 15 de maio de 2012. O relatório de gestão disponível no endereço eletrônico constitui um documento que no momento não nos interessa em sua íntegra, mas possui as informações em detalhes. Na mesma fonte é possível o acesso ao PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – que orienta o planejamento quinquenal.

²⁸ Conforme informações obtidas no Diário Oficial da União, publicado em 20 de julho de 2010, nº 137, p.4, foi instituído o Decreto nº 7.232 de 19 de julho de 2010 onde, após um trabalho de planejamento e análise com o objetivo de dimensionamento dos servidores das universidades, ficou definida a distribuição destes para a criação de um banco de vagas para estas instituições. A UFMG deve possuir, em seu quadro de servidores Técnico-administrativos, 4.257 servidores, divididos em 928 da classe C, 2.218 da classe D e 1.111 da classe E, em um total, dentre todas as universidades, de 89.651 servidores enquadrados nessa carreira no Brasil. A classe C exige o nível de escolaridade fundamental, a D o nível médio, com algumas exceções; a classe E corresponde a escolaridade de nível superior. As classes A e B, que necessitavam somente a alfabetização estão, no momento, em processo de extinção. A escolaridade influencia em parte o enquadramento nas classes, que considera ainda, o grau de complexidade e risco das tarefas. A cada vaga que seja desocupada por fatores como aposentadoria, exonerações, ou demais motivos, a mesma deve ser preenchida automaticamente por outra pessoa. Este dimensionamento não abrangeu o quadro docente, o qual possui regras específicas além do Regime Jurídico Único definido pela lei nº 8.112/90 e são regidos por outras formas de dimensionamento.



Figura 2: Mapa do Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

Fonte: disponível em <<https://www.ufmg.br/conheca/mapas/>>. Último acesso em 28 de dezembro de 2012.

Além destas a universidade mantém o Centro Cultural na região central, responsável por eventos técnicos, culturais e artísticos e que oferece ampla gama de atividades de extensão. Também na área central localiza-se o Conservatório da UFMG, com foco marcadamente cultural e artístico. Compõe a instituição, também de maneira descentralizada, o Museu de História Natural e Jardim Botânico, com grande área verde e aberto a visitação pública. Na região hospitalar, próxima à central, ocorre a presença de jovens trabalhadores no Campus Saúde, e no Hospital das Clínicas, referência nacional em procedimentos de alta complexidade e responsável pela formação em serviço de profissionais de diversas áreas por meio de estágios e programas de residência. Os jovens trabalhadores atuam em todos esses locais e uma vez ao mês tem que levar a CVB a sua folha de ponto para que seja emitido o pagamento.

A UFMG também é composta por locais como o Espaço TIM do conhecimento, o qual não conta com a presença deste público, da mesma maneira que outros órgãos que estão fora da capital mineira, como o Instituto de Ciências Agrárias em Montes Claros, fazendas experimentais em Igarapé e Pedro Leopoldo, um Campi avançado em Tiradentes.

Temos um quadro em que os jovens trabalhadores lidam cotidianamente com diversas formas diferentes de existência, muitas vezes estranhas e novas a sua realidade. Eles primeiro entram numa estrutura física completamente distinta do que estão acostumados, com salas de aula amplas, laboratórios bem elaborados, grandes jardins, bibliotecas com muitos recursos, museus, exposições científicas e culturais, assim inserem-se em um ambiente diferente da realidade com a qual tem contato, constituída por escolas com poucos recursos, poucos – ou nenhum – laboratórios e com professores que não possuem a mesma relevância social e midiática que os professores universitários.

Esta caracterização geral da UFMG e CVB cumpre o objetivo de situar as instituições que compõe o local da pesquisa, pois ambas são instituições de grande porte e sujeitas à alterações organizacionais, culturais e espaciais, que impossibilitam que se esgote todas as suas nuances de maneira definitiva.

2.4 CVB e a UFMG: os jovens no trabalho

Junto a UFMG os jovens são gerenciados diretamente pelas chefias imediatas, e de forma geral pelo DRH – Departamento Desenvolvimento de Recursos Humanos da PRORH – Pró-reitoria de Recursos Humanos da universidade. A PRORH é responsável também pela gestão administrativa dos servidores, subdividindo-se, além do DRH, em SAST – Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador –, CPPD – Comissão de Permanente de Pessoal Docente – e DAP – Divisão de Administração de Pessoal.

O DRH lida com servidores e Unidades Administrativas e Acadêmicas, especialmente no aspecto da gestão e acompanhamento, realizando trabalhos de assessoria no que tange às políticas de Recursos Humanos. A CPPD é o órgão de assessoria da CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – e da PRORH, acompanhando as políticas relativas ao corpo docente. O DAP trata do serviço de pessoal em si, tratando da administração dos sistemas de dados, legislação e documentos funcionais. O SAST é responsável pelo

atendimento nas áreas de saúde e segurança através de serviços médicos e de engenharia de segurança do trabalho²⁹. Este último órgão também é a primeira referência no caso de urgências médicas sofridas pelos jovens.

Nesta pró-reitoria os jovens são acompanhados em casos de dificuldades no trabalho e através de formulários específicos tem o desempenho avaliado aos três e aos nove meses de trabalho. Neste formulário, que segue em duas vias para a chefia imediata e jovem, ambos respondem questões sobre desempenho, produtividade e adaptação, além de campos finais para críticas, sugestões e pedidos de treinamento. Na universidade a orientação do trabalho e apresentação é feita por meio do PORTA – Programa de Orientação e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Percebemos então as diferentes concepções do programa: adolescentes ou jovens, com uma óbvia divergência de ações. A CVB e a UFMG, deslizam entre os conceitos citados, submetendo-os a um ordenamento jurídico-normativo produtivo e herdeiro de uma visão de menoridade, ao mesmo tempo que entendem-nos como jovens em algumas situações, simultaneamente lhes fazem exigências pertinentes aos adultos e servidores de carreira.

Essa ambivalência encontra uma via de explicação em Matta (1997), a partir da compreensão que a dualidade da sociedade brasileira se reflete nas instituições, onde a lei é usada quando as tensões sociais se tornam grandes e pode ocorrer um abalo nas estruturas das relações hierárquicas, substituindo as relações normais de cordialidade, em que os conflitos submergem na camaradagem e compreensão das pessoas³⁰.

Na universidade a jornada laboral é de quarenta horas é, em sua maioria, cumprida entre as 8:00 e as 17:00 horas, com o estudo noturno sendo o recurso à continuidade da vida escolar, no horário das 19:00 às 22:30, quando não mais cedo. Se extrapolarmos essa relação para uma jornada de atividades que incluiria a escola e o emprego sob a perspectiva de jornadas de atividades laborais, temos uma juventude ocupada, incluindo-se os deslocamentos, de cerca das sete da manhã, ao saírem de casa, até o retorno às onze da noite, em um total de dezesseis horas, com nove horas para serem distribuídas entre alimentação, atividades escolares extraclasse, descanso, cuidado com o uniforme, que é de uso obrigatório, e higiene.

²⁹ Para maiores informações é possível consultar o site da UFMG. Disponível em < <https://www.ufmg.br/prorh/> > com último acesso em 31 de outubro de 2012.

³⁰ Matta (1997) mostra que o Brasil é marcado pelo tratamento desigual conforme a estrutura das relações sociais, em que o indivíduo é submetido as leis e a falta de singularidade, enquanto a pessoa é compreendida como um ser particular quando não ocorre um abalo nos lugares sociais, permitindo alguma leniência e vista grossa às transgressões. O autor cita o ditado brasileiro: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, situando essa ambivalência nas relações cotidianas.

Entre suas tarefas está a circulação interna pelo campus, assim como em outros locais da cidade para a entrega de documentos e outros trabalhos do mesmo caráter. Desta forma eles circulam em vários ambientes, com tarefas marcadamente pouco complexas e qualificadas, funcionando como suporte aos locais de trabalho.

O uso do uniforme da CVB é obrigatório, consistindo de camiseta vermelha com dois riscos horizontais na altura do peito e a inscrição Ação Jovem. São entregues, na admissão, duas blusas e cabe aos jovens zelar por elas. Alternativamente é permitido o uso da camiseta entregue na Festa do Trabalhador Adolescente, que muda de estampa e cor a cada ano, com a frente escrita o número sequencial do evento em algarismos romanos ou arábicos e o nome do evento: “Festa do Trabalhador Adolescente”, em grafismos variados. Atrás desta última, nas costas, há o emblema da UFMG e da PRORH.

A camiseta alternativa ao uniforme da CVB é distribuída durante o único momento manifestadamente ofertado como de lazer no ano: a Festa do Trabalhador Adolescente, com oferta e atividades de recreação. Nesse quadro de lazer institucionalizado, o mesmo é vigiado e restrito. Encontra-se também desarticulado de outras políticas, com a justificativa da mesma existir como forma de reconhecer o trabalho dos jovens e oferecer a possibilidade de diversão. A festa não foi o tema específico da nossa pesquisa, mas cabe citá-la por constituir parte do cotidiano e da imagem organizacional, com a entrega de prêmios e atividades que envolvem estudantes da universidade na execução das atividades no dia do evento³¹.

A Festa do Trabalhador Adolescente ocorre em um dia útil, sendo voluntária a presença, mas a mesma é auferida pela assinatura de lista de presença na entrada, nos moldes do controle de ponto, visto que a não participação ao evento implica em um dia de trabalho normal. O uso da camiseta durante o evento é bastante enfatizado, com a obrigatoriedade implícita de vesti-la em lugar à roupa usada cotidianamente.

Outros momentos de lazer, ao longo do restante do ano, não existem. Como equipamento de lazer é oferecido o acesso ao CEU – Centro Esportivo Universitário - clube da Universidade Federal de Minas Gerias, que possui três piscinas, uma infantil, outra em mediadas menores para distração e a última que possui dimensões oficiais para competição. Neste clube existe uma ampla área gramada, várias quadras de esportes como futebol, basquete, tênis e peteca. Também há sauna e alguns equipamentos disponíveis para ginástica.

³¹ Para maiores informações podem ser consultados os Anais do XIV PALOPS e a coletânea de textos do XIII Lazer em Debate, ambos realizados em 2012 na cidade de Belo Horizonte, com a descrição da festa e sua análise.

O acesso deles ao clube é liberado na vigência do contrato de trabalho, com um gasto financeiro de trinta e dois reais para a confecção da carteira³² do mesmo. Poucos jovens utilizam o clube, sob a alegação que desconhecem o fato³³ de poderem acessá-lo e também não o usam em fins de semana e férias por queixas quanto a dificuldade de locomoção para o mesmo, que envolve os recursos e o tempo. Os jovens ao tomar ciência da possibilidade de usufruto relatam que gostariam de ir acompanhados, porém consideram alto o valor do convite que tem que arcar, assim não conseguem levar familiares, amigos, namorados e afins, o que os desestimula ainda mais.

A alimentação dos jovens pode ser feita no Restaurante Universitário, tanto no Campus da Pampulha, quanto no Saúde e na Faculdade de Direito, com as últimas, conforme citado, localizadas na região central de Belo Horizonte. A alimentação é subsidiada, com preço claramente inferior ao de outros locais para as refeições, e o acesso ao preço diferenciado se dá pela identificação da Carteira do Sistema de Bibliotecas da Universidade. Normalmente – e conforme o contrato de trabalho – eles tem uma hora para as refeições, tempo que por vezes é exíguo pelo uso compartilhado dos restaurantes por servidores, estudantes e demais pessoas que queiram acessá-lo³⁴.

Através da análise das entrevistas e acompanhamento do Programa de Orientação Profissional – POP³⁵ – conduzido em parceria entre o DRH e o curso de psicologia da UFMG, e acompanhado durante os anos de 2011 e 2012, constata-se que ocorrem queixas deste público quanto ao alto grau de exaustão e a sensação de estar sempre ocupados. Algumas chefias podem flexibilizar essa relação e toleram alguns atrasos, liberam os jovens mais cedo e em semanas de provas eles permitem algumas ausências, porém sempre permeadas pela tensão que se ocorrer algo com o jovem a responsabilidade será dos servidores responsáveis. Esta situação é vivenciada pelos jovens como benefício mas, ainda mais, como forma de

³² É interessante notar que o valor destoa dos dez reais cobrados para a confecção da carteira de alunos e servidores da universidade, constituindo, os trinta e dois reais, o valor cobrado semestralmente por dependente dos servidores. Os convites que permitem o acesso tem valores que variam entre seis a quinze reais, conforme a faixa etária e o dia da semana. Informações disponíveis em < <https://www.ufmg.br/ceu/site/pagina/carteiras> > com última consulta em 12 de fevereiro de 2013.

³³ Segundo informações obtidas por meio da observação não estruturada junto ao evento de 2012.

³⁴ Observamos o uso do restaurante por trabalhadores da construção civil que atuam na reforma e preparação do estádio Mineirão para os eventos esportivos de 2013 e 2014, a saber a Copa das Confederações e copa do Mundo. Foi possível a identificação pelo uniforme com a estampa das construtoras e do projeto Arena Minas, além do uso de equipamentos de proteção individuais necessários ao trabalho. Percebia-se grandes grupos em locomoção na mesma faixa horária, entre as onze e treze horas, em vários dias úteis.

³⁵ Este programa faz parte do estágio curricular do curso de psicologia. É realizado uma vez a cada semestre, envolvendo aspectos de orientação profissional. Maiores informações podem ser obtidas no site da PRORH, disponível em < <https://www.ufmg.br/prorh/> > com último acesso em 20 de setembro de 2012.

contestação e transgressão, em uma relação tácita de poder e compromisso, numa estrutura dialética que gera benefícios simbólicos a ambos.

Também devemos pontuar que os membros das organizações aderem aos seus valores e os incorporam em seu cotidiano (FRIEDMAN, 1983; LANE e CODO, 1988; DEJOURS, 1992), de certa maneira corporificando a instituição. Em nosso ponto de vista nem sempre o retorno é tão nítido, com os jovens trabalhadores não têm participação nos rumos da gestão, devido a limitação do tempo de contrato e a alta rotatividade, pois na proximidade de encerrar o contrato de algum deles, já existe outro que assumirá no dia seguinte, em um processo contínuo de manutenção do anonimato (ARIÈS, 1981; DEJOURS, 1992), em que os trabalhadores, em uma relação precária e sem uma qualificação ou habilidade específicas (FRIEDMAN, 1983) e singulares, são repostos, como peças em um sistema, assim o seu valor é predominantemente instrumental. Mostra-se algo peculiar querer exigir destes jovens alguma habilidade específica, devido a pouca experiência e quando esta se faz presente é normalmente de maneira informal e desestruturada, com baixa formação escolar, e em curso, assim como a falta de percepção de algum sentido nas tarefas que executam.

O fato acima, da não aderência aos valores e imagens da organização, pôde ser percebido na falta de gosto dos jovens pelo uso do uniforme, com eles preferindo o uso da blusa distribuída na Festa ou outras roupas por cima do uniforme. Este fato foi relatado pelos jovens antes e depois da entrevista, após a observação que somente dois jovens estavam com a blusa vermelha e relataram que não gostavam de usar a mesma. Quando não estão uniformizados os jovens se confundem com outros membros da comunidade acadêmica, tal qual estudantes, estagiários e demais usuários da universidade.

Podemos inferir, nessa linha de interpretação, que a baixa adesão voluntária a pesquisa, em termos numéricos, pode ser devido a falta de identificação com a instituição e pouca percepção do seu lugar na mesma, com os jovens não se sentindo parte da organização, interpretação esta que geraria outras linhas de investigação que extrapolam os objetivos iniciais.

Os jovens trabalhadores se deparam com outras formas de juventude, como aquela que está na universidade para estudar, constituindo de alguma forma o seu objetivo de formação e, em grande parte, numa relação de dependência completa da família, visto que uma parcela considerável dos cursos é diurna, com aulas e atividades durante todo o dia. Citamos acima o contato com os servidores, que ainda diferem entre si conforme o cargo e as funções na instituição.

Esse contato com realidades distintas implica em um período de adaptação, da mesma forma que na criação de estratégias para lidar com a realidade física, localizando-se espacialmente e aprendendo a deslocar-se na cidade universitária. A adaptação a variedade de pessoas de classes, etnias, formações e objetivos diferentes permite de alguma forma a ampliação do universo cultural destes jovens, idealmente com a criação de espaços de diálogos e convívios com a diferença. Entretanto pode reforçar certas posições sociais subalternas, reforçando as relações de poder com hierarquias aparentemente imutáveis, tentando eliminar possibilidades de ascensão.

Essa dupla vertente do trabalho se apresenta em várias vias, entre elas temos a produção de uma vida singular, com sentido e planejamento, ou a alienação que mantém a relação de poder em que uma grande massa é espoliada para a manutenção do sistema social de classes com acessos extremamente desiguais ao capital social e cultural. Autores como Ribeiro (1995), Matta (1997), Elias e Schröter (2000) e Del Priore (2000) e revelam como a distinção na sociedade brasileira não se deve somente a fatores econômicos, sendo essencial em sua análise a descrição dos locais sociais, marcados pelo pertencimento a determinados grupos que se apartam pela trajetória familiar, o local de habitação e empregos ocupados ou que virão a ocupar. Encontramos, novamente, em Del Priore (2000) e Patto (2000), como as classes privilegiadas de alguma maneira repulsam da escola as populares, não permitindo o acesso das últimas a locais que poderiam exercer alguma influência marcante e qualificada na produção cultural e na inscrição histórica.

Segundo Mussen (*et al*, 1995) e Jersild (1977), a família, o meio social e fatores do temperamento como a capacidade intelectual, invariavelmente com base genética, são os fatores que determinarão os locais sociais e os empregos dos adolescentes, com qualquer alteração que destoe dos fatores acima sendo considerados eventos extraordinários, determinados somente pelo esforço individual e por oportunidades pontuais. Essa postura reforça o discurso ideológico que impede o acesso dos jovens à possibilidade de desenvolvimento, limitando-os a ocupar lugares subalternos e limitando, da mesma maneira, o acesso aos bens culturais que a universidade, especialmente pública, produz, crítica e pode transformar.

Em consonância com Fonseca (2003) se mostra possível interpretar que trabalhar no local aonde outros jovens estudam, se formam, e se divertem pode ser um dos fatores que permitem a perpetuação de estruturas sociais que legitimam a dominação socioeconômica e cultural, refletindo na microssociologia cotidiana a sociedade mais ampla, em que o acesso e usufruto aos capitais são direcionados justamente a quem já os possui. O trabalho, assim

perde o seu caráter de domínio do meio externo e produção de si mesmo, com a obnubilação da participação sociocultural e submersão da criação de sentidos e significados à vida, esta dando para o lugar de obtenção de recursos financeiros, o qual se esvaem na manutenção da vontade de poder ser jovem.

Os jovens da CVB constituem, nos termos de Elias e Scotson (2000), *outsiders* dentro da estrutura da UFMG. Eles diferem dos servidores em idade, classe econômica, condições de vida e contextos culturais, mas a maior diferença se mostra nas relações de poder, em certa medida coercitivas e por vezes sutis na aparência, mas poderosas pela incorporação, por parte dos jovens trabalhadores, da sua posição de menos valia e deslegitimação frente à instituição. Elias e Scotson descrevem um fator marcante nas relações que envolvem a exclusão: a relação de interdependência. Esta constitui fator crucial ao se tratar sobre o trabalho dos jovens em seu sentido amplo, a partir do ponto que a relação de trabalho é marcadamente verticalizada, permeada por precariedades na inserção. A dificuldade na inserção é oriunda da grande demanda dos jovens por trabalho, à vigência do contrato por no máximo dois anos, e a possibilidade de demissão. Influi ainda as relações de subalternidade entre servidores fixos, funcionários qualificados e estudantes que tiveram acesso à instituição por meio de seleção pública, estes últimos detendo, de forma legítima, ao menos juridicamente e em parte por meritocracia, o *status* de discentes em uma instituição reconhecidamente qualificada por meio da mídia e avaliações de órgãos que acompanham as universidades e faculdades.

Pode ser que se assemelhem a muitos estudantes sob o aspecto etário, porém os discentes saíam, em sua ampla maioria, após os vinte anos, com formação legitimada socialmente, enquanto os jovens trabalhadores saíam na idade que muitos entram, aos dezoito anos, se mostrando detentores, no mais das vezes, de conhecimentos práticos inerentes às rotinas do Serviço Público, que na instituição estudada se mostra maior que o de várias outras instituições congêneres da cidade e possui peculiaridades que não se aplicam aquelas.

Sob a ótica de Elias e Scotson (obra citada) é relevante considerar, em relação ao município abordado, que o mesmo não é o mais distante da instituição, com o acesso à UFMG muitas vezes mais fácil que o de outras localidades, incluindo algumas que se situam na própria Belo Horizonte, como pode ser deduzido pela figura 1. Pode ser interpretado que de fato, a representação social dos locais de moradia influi mais que as localizações geográficas dos mesmos. Esta ocorrência também pode ser deduzida pelo índice IDH-M de Ribeirão das Neves não ser o menor dentre as cidades estudadas, fato que vai ao encontro das concepções

do PNUD acerca do Desenvolvimento Humano³⁶, a partir do momento que as realidades encontradas por pesquisas de cunho qualitativo confrontam preconceitos históricos, pois a cidade se encontra a frente de outras duas: Vespasiano e São José da Lapa, que no entanto não possuem o estigma da exclusão, mesmo que mais distantes da capital Belo Horizonte.

³⁶ A perspectiva de Desenvolvimento Humano da ONU trabalha com as singularidades socioculturais na busca por práticas e mecanismos, em níveis internacionais, que permitam obter avanços na qualidade de vida dos povos de diversas das nações e estados.

3 O CAMPO DO LAZER: conceitos e linhas de análise

Nesse capítulo são tecidas considerações sobre o lazer, visto que este constitui o aspecto central da pesquisa. Tratar a relação entre a juventude e o lazer se mostra uma tarefa instigante, considerando que a juventude é uma etapa privilegiada para experiências com este aspecto. Durante a juventude, através da aceitação de um período de moratória social (LEÓN, 2005), ocorre uma fase para a experiência de várias formas de lazer e sociabilidade, ao mesmo tempo o lazer é considerado um aspecto juvenil, ou reservado para ocasiões onde potencialmente é liberado, junto ao mundo adulto, como festas e momentos de diversão.

A associação jovialidade e lazer é em certa medida justificada pelo aspecto da fruição, da possibilidade de transgressão de normas e alteração de certos aspectos da vida cotidiana em uma vertente mais descompromissada. Por isso se mostra pertinente, após delimitar a questão da juventude, adentrar no aspecto do lazer e deste junto aos jovens trabalhadores, aos quais a moratória social e cultural mostra-se bastante exígua.

3.1 Conceitos

O termo lazer, segundo Gomes (2004), não encontra similares em demais idiomas, ao menos no sentido amplo em que é aplicado no Brasil. O termo, com origem no latim *lícere* (GOMES, 2004; PIMENTEL 2010), significa ser lícito, permitido, em distinção de recreação, termo utilizado que atualmente têm a acepção de atividade dirigida e orientada, com o ócio possuindo um significado de depreciação, preguiça e falta de atividades. Na língua espanhola o termo utilizado é *ocio*, sem a distinção com o lazer, porém também com o uso de *recreación* para distinguir as atividades. Percebe-se então que o lazer ou recreação possuem o sentido de atividade e do que é construtivo, enquanto o ócio ou *ocio* traz a ideia de passividade e inatividade.

A mesma lógica se aplica aos países de língua inglesa com a divisão entre *leisure* e *recreation*. Na língua portuguesa, por sua vez, temos que lidar com as palavras lazer, ócio,

recreação e por fim lúdico, termo que também possui especificidades únicas em nosso idioma (GOMES, 2004).

Podemos analisar o lazer como constituindo uma ampla área de estudos, desta forma existe o campo de estudos do lazer, que se compõe de diversas disciplinas, como a sociologia, psicologia e antropologia. Por sua vez esse campo se manifesta em atos simbólicos e múltiplas práticas, que variam conforme os contextos de tempo e espaço, constituindo os lazeres, termo usado por Friedman (1983) para designar a variedade de maneiras que esse campo se materializa na prática. A partir dessa compreensão podemos sintetizar que o lazer é um campo de estudos, com caráter abrangente, que se faz visível em atos cotidianos. O tratamento do lazer como algo estático, ou conceito delimitado de maneira definitiva, como o que seria e o que não seria considerado lazer, se mostra um objetivo inalcançável, cabendo assim o lazer como instância compreensiva de atos, ocorrências e atitudes.

O lazer, então, é objeto de estudo e pesquisa de diversas abordagens (MARCELLINO, 2008; MELO, 2010; PIMENTEL, 2010), devendo ser tratado, segundo Pimentel (2010), como fenômeno complexo, onde (p.35):

[...] o lazer é uma categoria em contínua construção e engessá-lo a determinado momento da história ou conforme certas regras sociais, econômicas, políticas ou religiosas simplesmente repercutiria em seu empobrecimento mais profundo. Portanto, para se entender o significado desse fenômeno tão complexo, contraditório e instigante, necessita-se recorrer à cultura, à política, à economia, às diferentes formas de saber, crenças, e, acima de tudo, ao momento histórico vivido.

Como não é possível definir de maneira categórica o lazer, não cabendo ao mesmo entendimentos unívocos, aferramo-nos as atitudes e práticas, o que não nos exime de buscar alguns referenciais e delimitações que marquem esse campo. Em Gomes (2004, p. 125) temos que o lazer é considerado como um bem cultural:

Em síntese, entendo o lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Esta demarcação do lazer é claramente compreensiva, tornando possível aplica-la em vastos aspectos que se relacionam com demais fatores que constituem a prática humana.

Na obra de Japiassú e Marcondes (2011, p.164), encontramos a definição de lazer como: Lazer (do lat. *licere*: ser permitido) Tempo estranho às ocupações e preocupações habituais do qual podemos dispor livremente para fazer o que quisermos, reparar nosso cansaço, nos entreter, cultivar nossas aptidões e desenvolver nossa personalidade. As observações que estes autores tecem quanto à empreitada de construir um dicionário de filosofia se aplicam aos estudos que tangem a este campo a partir do momento que situam (p. vii):

Ao contrário da ciência física, que impõe respeito, a filosofia frequentemente levanta suspeita. Notadamente porque seu *logos* é fragmentado. Platão já nos advertia: “O meio mais radical de abolir toda espécie de discurso consiste em isolar cada coisa de todas as outras, porque é a combinação recíproca das formas que dá origem, em nós, ao nascimento do discurso” (*Sofista*, 259).

Este fato não exime, assim como na filosofia e demais ciências humanas e sociais de procurar o rigor e uma linguagem precisa e metódica (obra citada), desta maneira o *logos* fragmentado, também característico do lazer, não é escusa para evitar a busca do rigor no entendimento. Pelo contrário, este rigor se torna premente na busca de compreensões sobre o que tange ao ser humano.

No Brasil obtêm-se uma ampla produção no campo do lazer (GOMES, 2004, 2008; ISAYAMA; SILVA, 2011), elaborada através do estudo de demais áreas da cultura, como as festas populares, o tempo disponível e as relações com o trabalho e a vertiginosa expansão urbana. A maior parte da produção anterior à década de sessenta do último século vincula-se a órgãos governamentais, com a procura por implantar práticas higienistas e lidar com os problemas advindos da urbanização (ACÁCIO, 1959; REQUIXA, 1977), bem como os desafios na compreensão da cultura operária. Em Medeiros (1975), após extensas pesquisas sociais e históricas, delineia-se o lazer como necessidade humana, visto no amplo repertório de festividades, jogos e brincadeiras que marcam a história e o cotidiano.

Entre os autores que marcam os estudos desse campo, temos Marcellino que define o lazer como (1995, p. 31): “[...] a cultura - compreendida em seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante como traço definidor é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência.”. Marcellino também acrescenta (1995, 2008) que o lazer é vivido no tempo disponível da realização das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, pela combinação dos aspectos de tempo e atitude. Sua estrutura de análise têm similaridades com Dumazedier (1973, 1976), que delimita o lazer como estilo de comportamento, desde que atendessem a três funções, que seriam como pré-requisitos para esta

forma de ocorrência. As funções seriam de descanso, desenvolvimento e diversão (p.32, 1973).

Apesar de Dumazedier (1973, p. 88) relatar que “O lazer não é uma categoria definida de comportamento social. Todo comportamento em cada categoria pode ser um lazer, mesmo o trabalho profissional. O lazer não é uma categoria, porém um estilo de comportamento [...] toda atividade pode pois vir a ser um lazer.”, observa-se que o mesmo tenta instituir a sociologia do lazer, como uma forma de análise empírica das condutas que levariam às três funções citadas.

A procura de delimitar as atividades levou-o a criação de categorias como lazeres artísticos (1973, p.122), lazeres físicos (op. cit., p.125), lazeres práticos (ibidem, p.126), lazeres intelectuais, (ibidem, 126), e lazeres sociais (ibidem, p. 127). Friedman (1973) que também faz o uso dos termos lazeres, destarte o lazer não ser o foco principal do seu estudo, localiza-o como um dos principais fatores constituintes da pessoa, que se mostra una em vários contextos, não cabendo separar os seus atos ou trânsito em vários locais sociais da sua subjetividade, que pode possuir elementos contraditórios, mas possui certo grau de integração entre esses elementos.

Deve ser considerado, para situar seu trabalho, que Dumazedier (1973, 1976) elaborou sua pesquisa através de entrevistas aplicadas no interior da França na década de cinquenta, onde várias ciências sociais ainda buscavam a elaboração de normas gerais de funcionamento, com um forte ranço positivista, implicando no esforço quantitativo e explicativo, mais que no qualitativo e interpretativo, na procura de relações causais e regras que legitimassem a área de pesquisa social frente às demais ciências consolidadas, daí seu esforço pela construção da citada sociologia do lazer. Sob um ponto de vista epistêmico a sua sociologia do lazer possuía o cunho de busca pela descrição e classificação taxonômica em detrimento da interpretação contextual.

Quando são analisadas as produções sobre lazer, mesmo que sem usar este termo explicitamente, encontramos similaridades com as elaborações de Kuhn (1991): são necessárias mudanças de gerações para alterar a compreensão do campo de estudos, pois os pesquisadores são moldados, também, pelo seu meio social. Observa-se que a partir de estudos históricos temos em um primeiro momento descrições sobre as diversões (ACÁCIO, 1959; DEGRAZIA, 1966; MEDEIROS, 1975; ARIÈS, 1981; CORBIN, 2001), com posterior ênfase na visão do que seria o lazer, marcadas por consideráveis cargas de idealização sobre o termo, aonde De Grazia (1966) chega a definir como algumas pessoas estariam aptas ao lazer e outras somente a ociosidade em sua pior acepção.

Num segundo momento temos a ênfase nas políticas governamentais e na procura de estruturação de ordenamento do tempo disponível, onde além das referências citadas encontram-se autores como Sussekind (1948) e Requiça (1977), nos quais a preocupação com a recreação e o uso do tempo livre - termo utilizado à época - são alvo de políticas públicas e da formação das classes populares. No contexto das pesquisas brasileiras atuais, observamos em Gomes (2004, 2008, 2011), Pimentel (2010), Isayama e Silva (2011), Fortini (2011), que as pesquisas assumem a busca pela compreensão e interpretação dos lazeres, pelo diálogo com diversas áreas diferentes do conhecimento e pelo estudo das bases epistemológicas deste conceito, com perspectivas que superam a recreação e observam os aspectos ampliados dessa área.

Em produções estrangeiras como a de Lobo (2005, 2006), Fortini *et al* (2011) e Munné (1980) para citarmos alguns, o termo utilizado, com grande referência e similaridade a lazer, é tempo livre ao invés de disponível, fato que suscita, ao menos em nossa interpretação e cultura, as observações que nenhum tempo é livre de coerções e demais formas de controle, tanto intrínsecos, quanto extrínsecos.

Vemos então que o lazer assume primordialmente aspectos idealizados, esquecendo e relevando os seus aspectos ilícitos e obscuros como o uso do tempo disponível para brigas, depredações, uso de drogas, turismo sexual e demais atividades ilícitas, às quais Fortini *et al* (2011) explica utilizando a abordagem psicanalítica da pessoa em conflito com as exigências sociais, entre as pulsões e as normas.

Como a questão dos termos se mostra de premente relevância, deve ser pensada a compreensão do lúdico, automaticamente associada ao lazer de forma natural e romantizada, ocorrência algo equivocada, pois este componente pode permear quase todas as esferas da vida, incluindo o trabalho e o descanso. Em Huizinga (1980) e Callois (1990) objetiva-se uma discussão do lúdico em seu duplo aspecto de jogo e atividades, com a característica do lúdico possuir algo de inefável e caráter de autocentralidade, com a suspensão de regras impostas e ao mesmo tempo a negociação de novas regras.

O elemento de divertimento do jogo, ou esse cunho lúdico das atividades, resiste a todas as análises e interpretações lógicas, somente podendo ser compreendido em sua totalidade, com uma realidade autônoma e não material, mesmo que possua elementos concretos, impedindo análises puramente racionais em uma existência que é supralógica.

O lúdico apresenta as seguintes características, segundo Huizinga e Callois: constitui uma atividade voluntária, aonde brinca-se por gostar e é praticado nas horas de ócio; é livre, constituindo uma evasão da vida real para uma esfera temporária com orientação

própria e ainda distinta do faz de conta; é desinteressado, estando fora dos mecanismos de satisfação imediata e até os interrompendo; possui uma ordem específica e absoluta. Ele cria e é a ordem, com ritmo e harmonia próprios. Por fim é marcado pelo isolamento e pela limitação, além de componentes de tensão.

O lúdico e sua expressão no jogo permite tornar-se outro, desligado de qualquer interesse material, onde possui dois aspectos, de luta por alguma coisa e representação de algo, com o uso de mecanismos de identificação e repetição. O jogo apresenta uma separação espacial em relação à vida cotidiana, é lhe reservado material ou imaterialmente um espaço fechado e isolado do cotidiano. Mas esse lugar tem um ambiente instável em que o jogo pode ser interrompido, quer pela quebra das suas regras intrínseca, mas também pode ser quebrado pelas demandas cotidianas.

Pelo lúdico e suas atividades visíveis, como os jogos e as festas, ocorre uma eliminação da vida cotidiana, mesmo que limitada no tempo e espaço e com a combinação de regras estritas com a mais autêntica liberdade. Como os rituais os jogos implicam uma noção do que existe e não existe, envolvendo mecanismos de ilusão, constitui-se uma espécie de crença negociada. O jogo aqui não significa o esporte profissional e as práticas institucionalizadas, que são alvo de estudos de outros campos e atualmente submetidos a um viés performático de excelência, inserindo-se numa lógica de desempenho (MUNNÉ, 1989).

O lúdico, segundo Pimentel (2010) é parte indissociável da condição humana, agindo em diversas instâncias, porém (p.12) “[...] a dinâmica lúdica é estéril por essência e não evoca consequências na vida real para além do descanso e da diversão”, onde o autor aponta (p. 13), segundo Pinto (2007) que se trata de “[...] confusão entre a propensão lúdica do ser humano e a vivência lúdica, como o brincar/jogar/festar, que não é inata e necessita de mediação cultural para ser aprendida, fruída, questionada e transformada”. Segundo o autor, em concordância com Gomes (2004), o lúdico, como fenômeno subjetivo, deve ser tratado como adjetivo, devido ao impossível delineamento sob a ótica da ciência de cunho positivista, que reifica as categorias substantivando as ocorrências.

Por se prestar ao desfrute o componente lúdico traz alguns aspectos, apontados por Pimentel (2010) e Gomes (2004, 2008), de alienação, fuga da realidade, fetichismo e hedonismo. Na Grécia clássica, segundo De Grazia (1966) o tempo era dividido em *chronos* com referência ao tempo mensurável, sujeito a demarcação em intervalos cíclicos, relacionado ao movimento, e *kairos* em relação ao aspecto do tempo vivenciado através da fruição, incapaz de ser medido extrinsecamente pois sua qualidade é subjetiva.

Encontramos desta forma, em registros históricos, o que hoje podemos denominar de lúdico, de certa forma reafirmando a característica perene do lazer, conforme citado por Medeiros (1975). Como Gomes, referência atual nos estudos do lazer, se refere ao mesmo como vivência lúdica, o termo torna-se ambivalente, pois se o lúdico leva a certo afastamento da realidade, também permite o retorno a mesma de forma criativa e talvez questionadora.

Com referências a Debortoli (GOMES, 2004), define que o termo não é empregado ou conhecido em outros idiomas (p.141), sendo uma das interpretações do lúdico como linguagem e forma de interação que ultrapassa as palavras, num processo de brincar consigo, com a realidade e com o outro. Portanto lidar com o lazer não é tratar do lúdico em si, mas como um dos componentes da existência humana que talvez seja mais utópico.

Tomarmos que o lazer é uma atividade categorial e delimita-la ao extremo incorre, conseqüentemente, em delimitar a análise. Podemos interpretar que Matta (1997), sem pesquisar especificamente o lazer, tange este campo com a análise das festas, como o lado mais agradável da vida, não pelas atividades em si, mas por considerar que o dia-a-dia em sua rotina é onde se encontra a fonte de sofrimento. Nesta visão antropológica, Magnani (2007), também estudando as festas, nos apresenta algumas observações sobre o lazer (p. 18): “o lazer é parte integrante da vida familiar e o lado mais agradável e descontraído da rotina”. Magnani (op. citada) associa o lazer a luta do movimento operário, que levou a diminuição da jornada de trabalho e a criação ou procura de atividades recreativas, de descanso e de leitura.

O quadro que se apresenta sugere que o lazer é consequência da diminuição das horas de trabalho, constituindo uma conquista dos trabalhadores, fato que Gomes (2008) observa como equivocado, pois os trabalhadores não procuravam lazer, mas diminuição da jornada de trabalho e ao mesmo tempo melhores condições nas fábricas e de recursos para a manutenção da vida. No entanto se esta autora o considera fruído em um tempo disponível e conquistado, o lazer se imbrica com a organização política e jurídica, com estas garantindo o direito ao seu usufruto, em certa medida o legitimando.

Desta forma, após as críticas sobre a organização do trabalho no modo fabril, que certamente é uma obra do proletariado à luz das concepções de base marxista, o lazer, colateralmente, passa a ser avaliado como contraponto do trabalho, como se a vida se dividisse automaticamente em tempo de trabalho e tempo de diversão, sem levar em conta que o trabalho sempre fez parte do repertório das atividades humanas (INGOLD, 2001), com as fábricas inserindo, de alguma maneira, mais uma forma de controle, que não estava desvinculada de outros arranjos de produção. Deve ser considerada, ainda, que a história não é linear e totalmente sincrônica, com ocorrências de aparição do modo fabril em diferentes

tempos e espaços. A industrialização brasileira não foi idêntica à inglesa, americana ou de outros países, conforme indicado por Ribeiro (2000) e Matta (1997).

Acreditamos que o foco no modo de produção capitalista, no tocante à análise da relação com o lazer, deve ser voltado para a análise da organização dos modos de produção, pois como Dejours (1992) observa o verdadeiro problema não é o modelo econômico adotado, mas o modo de produção que mantém o sistema. Este fato é ressaltado por Elias e Scotson (2000) e Friedmann (1983), onde o ambiente de trabalho devidamente planejado e atendendo todos os anseios legais e supostamente individuais, como espaço adequado, clareza, organização, tempo de trabalho, nem sempre repercutem em melhor adaptação do trabalhador e em maiores índices de produção ou bem estar dos trabalhadores. Analogamente temos que ofertar equipamentos de lazer não significa que serão usados, ou mais ainda, que serão utilizados para esta finalidade.

Mostra-se impossível separar o trabalho do lazer, porém devemos relativizar essa posição, subvertendo a lógica de contrapor um ao outro, pois as relações são complexas, como ressalta Magnani (1994, p. 27-28) “[...] não cabem dúvidas [...] como os trabalhadores não podem ser pensados fora da estrutura social e econômica nos quais se encontram inseridos [...] nem as margens de um ordenamento político onde não ocupam posições decisórias.”, com as mesmas observações feitas por Friedman (1983) sobre o trabalhador como uma pessoa única entre o trabalho, as obrigações e imposições familiares, e os lazeres.

Devido a impossibilidade de desconsiderar o trabalho, pois ele demanda um tempo concreto e inelástico, constituindo um modo de subsistência e em alguns casos como momentos de satisfação, dificultando definir claramente onde ele se encerra e começa o lazer, resta analisar uma das questões cruciais, que constitui a possibilidade de autonomia na gerência das atividades e de satisfação com as tarefas realizadas ou, em outros termos, a participação nos rumos do trabalho, de forma que o mesmo tenha sua função ideal de humanizar o homem e suprir as necessidades da vida, incluindo-se nessa a de atividades físicas, mentais e sociais. Temos então que o trabalho pode ser uma das instâncias de socialização, prazer e até mesmo lazer em certos contextos.

Como observamos o trabalho faz parte do todo da vida e guarda relações complexas com o lazer, de maneira que Dumazedier (1973) considera que quanto maior o tempo disponível, pior a qualidade do lazer, e que as pessoas que mais trabalhavam eram as que tinham mais lazer. Devemos em nossa análise problematizar o tempo disponível, pois ele pode ser compulsório e imposto por situações como desemprego ou calamidades como conflitos armados e acidentes naturais, tornando-se de sobremaneira opressor (LOBO, 2006),

existindo como motivo de vergonha e menos valia. Podemos estudar desta maneira o tempo disponível pela vertente de imposto, por falta de opções, ou conquistado, quando se obtém condições de tê-lo através de férias, finais de semana e feriados.

Os quatro aspectos que Gomes (op. cit) pondera como componentes do lazer, que soa a atitude, espaço-lugar, tempo e manifestações da cultura enfatizam o caráter do lazer como não é estático, permitindo formas múltiplas de vivência subjetiva, aonde o trabalho e a educação, como imposições sociais, se fundem com a possibilidade de encontro, que podem culminar em festa, descanso e, por que não, desfrute.

Assim o lazer é campo de estudo das práticas que guardam relações com a cultura, a sociedade e com disposições pessoais, ocorrendo em tempos disponíveis ou conquistados, que permitem a auto expressão, o exercício da liberdade de escolha e da fruição, podendo gerar ocorrências como descanso, desenvolvimento e socialização, mas estas ocorrências não constituindo seu objetivo principal. O lazer como necessidade básica para Medeiros (1975) se liga a necessidade humana de criação de sociabilidades (ARIÈS, 1981), da tendência ao encontro, por vezes sem mais objetivos que o contato interpessoal e a sensação de participar na sociedade. Assim o lazer pode ser considerado, ainda, como a propensão à vida em sua expressão libertária aos padrões impostos dialeticamente pela sociedade.

Entre as características do lazer, devido às relações com demais instâncias da cultura, com as disposições pessoais, da mesma forma que atos e atitudes, está a de poder se tornar um hábito e parte da rotina, que segundo Lobo (2005, 2006) podem ser bons ou maus. Esse autor que teoriza que da mesma maneira que os hábitos e atos, existem bons e maus lazares, com os primeiros desenvolvendo a autonomia, liberdade e, por que não, desenvolvimento, e os segundos levando a quadros de anomia, dependência e alienação. É algo impossível determinar alguma fronteira fixa e maniqueísta entre essas concepções, imbuídas de juízos de valor e que devem ser analisadas em seus contextos sociais.

Para ilustrar essa ideia e seus variados matizes podemos tomar, como exemplo, o uso de drogas, como apontado por Dumazedier (2003) como um dos modos de fruição do tempo disponível³⁷, podendo assumir um caráter recreativo, mas com riscos de criação da dependência, a qual retira a capacidade de autonomia e escolha, tornando-se deletério

³⁷ Este autor denomina os efeitos das drogas (p.18) como “sensações artificiais”, os quais não o agradam. O trabalho citado é a tradução da conferência realizada em 1975, publicado pela primeira vez na revista *Lícere*, v.6, n. 2, p. 11-19, 2003. Vale ressaltar a atualidade do tema e sua procura (p.18) para que seja “[...] desmistificado o uso das drogas de lazer, considerando-as como um divertimento qualquer.” Cabem algumas críticas que esperamos ter deixado claras no nosso trabalho, especificamente quanto ao aspecto da dependência.

obscurecendo discussões mais amplas que envolvam a política, a sociedade, as instituições, a estética e a liberalidade para com certas substâncias em determinadas épocas.

Lidarmos com os lazeres como hábitos implica em entendermos os mesmos, na perspectiva de Geertz (2001, 2008), como ações que dão sentido a existência, tornando compreensíveis desde os acontecimentos normais até os eventos inexplicáveis e inesperados. Por isso os hábitos são culturais, como (2008, p.50) “[...] sistema ordenado de significado e símbolos [...] nos termos dos quais os indivíduos definem seu mundo, expressam seus sentimentos e fazem seus julgamentos”. Na construção dos hábitos interferem, entre outros fatores, o significado, que se compõe da relação entre *ethos* e visão de mundo, constituindo um *locus* de controle extrínseco extremamente plástico e que se sobrepõe a genética (p. 124). Aqui o *ethos*, como citamos anteriormente, abrange os aspectos morais e estéticos, constituindo (p. 93) “[...] o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”. A visão de mundo (p. 66, 93), envolve os aspectos cognitivos, em ideias abrangentes sobre a ordem “[...] o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade”.

Em âmbito nacional, posto que Lobo e Dumazedier constituem autores estrangeiros, temos que Magnani (1997) pontua que uma das características do lazer é a quebra da rotina, o que justamente permite a vivência do lazer. Dessa forma não é possível, sob o aspecto teórico, validar a questão da possibilidade de encarar aspectos do lazer como a criação de hábitos. Se o lazer guarda um tanto de subjetividade, a ambição de impor hábitos de forma social e prescritiva, conseqüentemente, perpassa a opção pela aceitação por parte do indivíduo.

Quanto ao planejamento temos que o lazer pode ser executado de forma estruturada ou desestruturada. No estruturado são oferecidas condições para os lazeres e opções de atividades e de ócio. Em Medeiros (1975) e ISAYAMA *et al* (2011) podemos notar a preocupação com o planejamento de espaços, tempos e atividades, de maneira que os recursos estejam disponíveis e possam ser conduzidos através da atuação de profissionais e da disposição do público.

Para este planejamento é necessário o estudo prévio do público e da infraestrutura, estando intimamente relacionado com a recreação, onde ofertar equipamentos e estruturas de lazer nem sempre corresponde ao uso destes para esta finalidade.

Podemos considerar o lazer desestruturado como o imprevisto e o uso de brechas de tempo para um desfrute sem maiores impactos na dinâmica social ou subjetividade, com

efeitos pontuais e efêmeros sobre a realidade. Estas brechas são obtidas através de horários para refeições, em que a alimentação ocupa uma fração relativamente pequena do tempo, com o restante constituindo um período para conversas, descanso, brincadeiras e estabelecimento de relações pontuais, o que não impede o seu desfrute, porém apresenta-se como um tempo morto, perdido (DEJOURS, 1992), limitado e controlado pelo horário de trabalho, estudo e obrigações como lidar com demandas familiares e cotidianas, pagando contas, acessando a internet e redes sociais, além de demais atividades que a pessoa mais necessite do que queira realizar.

O lazer estruturado pode ser melhor caracterizado como planejado, mas com abertura aos imprevistos e adaptações, senão pode tomar a configuração de instituição total (GOFFMAN, 1974), em confronto com a liberdade que é apregoada. O lazer desestruturado, nesse entendimento, compreende a subversão dos tempos-espacos para a diversão e desfrute.

Neste trabalho foi assumida a posição algo temerária de buscar aprofundar os estudos do lazer de maneira criativa e crítica, baseando-nos na vasta bibliografia (GOMES, 2004, 2008; MARCELLINO, 2008, 2010; PIMENTEL, 2010; ISAYAMA, SILVA, 2011) que tange a este campo, com a procura de evitar reproduzir os lugares comuns e de uso amplo, onde exaustivamente o lazer é retomado como direito constitucional, garantido em 1988³⁸, e que teve o início da sua com a Declaração dos Direitos Humanos pela ONU em 1948³⁹ e demais temas sobre o que seria ou não seria o lazer. Considera-se desta maneira os aspectos que caibam à esta pesquisa e tragam contribuições que enriqueçam a produção científica da área.

³⁸ Este direito consta nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal no capítulo II, referente aos Direitos Sociais, ao lado de aspectos como trabalho, moradia, segurança e proteção à infância. Faz parte também do capítulo IV, Seção III ao tratar do Desporto e do capítulo VII que trata “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, em um total de sete ocorrências do termo, ao lado de 127 ocorrências do termo trabalho, 65 de educação e 6 de jovem, com uma constituindo o título (capítulo VII). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> com último acesso em 18 de junho de 2012.

³⁹ Artigo XXIV, com uma única ocorrência do termo lazer, ao lado de repouso, férias e limitação das horas de trabalho. Seguindo o método acima, o termo trabalho apresenta quatro ocorrências, educação uma e jovem nenhuma. Disponível em: < http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf > com último acesso em 18 de junho de 2012.

3.2 Linhas de análise

É pertinente ressaltar duas obras que fazem um trabalho de meta-análise, com viés epistemológico, sobre as linhas de compreensão do lazer. O primeiro pode ser referido à obra de Pimentel (2010), que insere as produções em quatro matrizes, delimitadas como positivistas, fenomenológicas, materialistas e pós-modernas. A matriz pós-moderna, sob alguns aspectos, se insere no pensamento complexo e análises culturais, enquanto a materialista é baseada no marxismo, corrente fortemente presente na realidade brasileira.

Outro trabalho foi elaborado por Munné (1980) e em certo sentido resgatado por Marcellino (2010, p. 2-3), após uma abrangente revisão bibliográfica, define os autores, classificando-os segundo a compreensão que:

É importante destacar, ainda, que a teoria, exatamente por guardar estreita relação com o agir humano, não é neutra, possuindo não apenas uma dimensão lógica, mas também uma dimensão antropológica (PEREIRA, 1981). Não são puramente objetivas, mas carregam alto grau de historicidade e subjetividade. Assim, sobre um mesmo assunto, uma mesma problemática, existem, e devem existir, teorias divergentes e até antagônicas, dependendo das condições que as embasam.

Na compreensão atual de Marcellino o lazer é condição humana, em consonância com Gomes, com uma teorização que, segundo este autor, advém da Grécia e torna-se sistematizada com o desenvolvimento das ciências sociais e humanas, como consequência da evolução do pensamento cartesiano e seu ápice no desenlace positivista. Este autor contextualiza os autores do campo do lazer em clássicos, modernos e contemporâneos.

Entre os clássicos encontra-se o pensamento baseado na matriz grega, em termos idealizados, visto que o ócio, derivado do *skholè*, grego (GRAZIA, 1966) era prerrogativa de uma restrita parcela da população. Os modernos se inserem na compreensão e análise dos efeitos da revolução industrial, em íntima relação com a matriz materialista de Pimentel (2010). Os autores contemporâneos podem ser, como Pimentel (obra citada), compreendidos como os que atuam na vertente da análise cultural. Por fim Marcellino (2010, p.20) tece críticas, principalmente aos autores modernos, pelo que denomina de: “caráter ‘funcionalista’, que não considera, entre outros aspectos, a dinâmica histórica e restringe-se às ‘ocupações’ ou atividades [...]”. Apesar das críticas ressalta-se a importância histórica dos autores modernos, mesmo que não cheguem a conclusões que permitam uma análise sociológica (MARCELLINO, 2010).

Por sua vez, Munné (1980), que liga os termos *ocio* a tempo livre, com tempo livre referindo-se ao tempo em que (p.11): “[...] homem se ocupa de actividades no sujetas, em principio, a servidumbre [...]”, marca duas grandes tendências de análise: a burguesa e a marxista.

Dentro da tendência burguesa existiriam os autores empíricos, em sua maioria ingleses e americanos, com o caráter funcionalista. Outra análise concerne aos teóricos, em busca da compreensão sociológica e psicológica, com claras referências históricas, com produção situada na década de cinquenta do século XX. Encerrando o rol dos autores da tendência burguesa encontram-se os críticos, marcados pelo viés sociológico da sociedade como palco de conflitos e mecanismo de opressão à individualidade e a liberdade. O pensamento burguês sobre o lazer, segundo Munné (obra citada, p.20 – 21) é marcado pela heterogeneidade de produções, com enfoques metodológicos distintos, mas em seu cerne pontuados pelo subjetivismo psicológico, individualismo social e liberalismo político⁴⁰.

Na tendência marxista Munné crítica a compreensão que a alienação é produzida somente pelo capitalismo e pela sociedade industrial, que afetariam de sobremaneira o tempo livre. O enfoque materialista, dialético e histórico (MUNNÉ, 1980, p. 24; DEMO, 2008), tenderiam a depreciar o papel do trabalho, em visões maniqueístas e excludentes de quaisquer subjetividades. Esta tendência, contraditoriamente, além de depreciar o trabalho, crítica os usos do tempo livre, condenando a ociosidade e o caráter de diversão que certas atividades e encontros podem tomar. Os autores marxistas, segundo Munné, podem ser demarcados como ortodoxos, revisionistas e como pertencentes à Escola de Frankfurt.

Os ortodoxos defendem o uso do tempo livre para o descanso, desenvolvimento, participação na família⁴¹, porém a ociosidade levaria a alienação e ao consumismo, que tem a função de utilizar a mais-valia em um sistema fechado, onde se trabalharia para sobreviver e, por sua vez, o resultado do trabalho voltaria ao sistema econômico em um mecanismo contínuo de produção e consumo. Neste entendimento o tempo livre é um problema a ser enfrentado.

⁴⁰ Pelo recorrente uso das compreensões de Geertz, é interessante ressaltar que este se denomina adepto do liberalismo (GEERTZ, 2001, p.225), onde ele defende “[...] a neutralidade do Estado em matérias de crenças pessoais, seu individualismo resolutivo, sua ênfase na liberdade, na lei e na universalidade dos direitos humanos, e, pelo menos na versão de que sou adepto, sua preocupação com a distribuição equitativa das oportunidades de vida [...]”. Quando produziu a obra *Nova luz sobre a antropologia*, além de rever vários conceitos, Geertz tece várias críticas à atribuírem-lhe a alcunha de liberal, em seu sentido pejorativo, ou de tratar como menores as questões como a opressão socioeconômica, ambos fatos que rechaça de maneira categórica, com a ressalva que se nega a participar de modos de pensamento hegemônicos ou de compreensões rasas sobre os contextos sociais.

⁴¹ que por sua vez é uma construção sociocultural burguesa, conforme apontado por Ariès (1980), Del Priori (2000), Castro (2001) e Chauí (2008).

No bojo do materialismo, ou marxismo nesta compreensão, ocorreu o revisionismo, termo utilizado por Munné na definição da segunda corrente de autores marxistas. Estes foram, a princípio, rechaçados pela corrente ortodoxa, vinculada ao Partido Comunista, mas se impuseram pela forte base teórica, apontando que, além da Revolução Industrial, ocorreram revoluções científicas e técnicas (MUNNÉ, 1980, p. 31). Acresce a base teórica as possibilidades que essa corrente abriu por responder ao crescente humanismo e a compreensão que havia uma subjetividade que, se oriunda da sociedade, não era reflexo ou consequência somente desta, conforme o desenvolvimento das compreensões de Vygotsky e Leontiev sobre educação e psicologia.

A terceira tendência foi a Escola da Frankfurt, com ênfase na compreensão de fatores culturais, psicodinâmicos e na concepção da liberdade como prerrogativa humana. Esta corrente é, em si, (p.33): “[...] uma teoria crítica de carácter antiacadémico e intencionalmente asistemático [...]”, não implicando em uma escola de pensamento, mas num conjunto de críticas à sociedade e a alienação, com tendência à busca de conscientização das contradições humanas e participação, também consciente e livre, na história social.

A conclusão que é possível, através da meta-análise que Munné (1980) produz, é que a análise do lazer deve ser situada historicamente, da mesma maneira que as tendências burguesas e marxistas permitiram o avanço da compreensão deste fenômeno humano. Recorremos assim a Pimentel (2010) e Gomes (2004, 2008, 2009), que na complexa e multifacetada sociedade contemporânea o lazer deve ser entendido de maneira compreensiva e interpretado de forma complexa.

Isto nos leva, necessariamente, a compreender que o estudo de determinado fenômeno pode ser feito por diversos vieses, onde provavelmente o Pensamento Complexo contribuiu na interpretação e construção de quadros locais e universais, que se comunicam e reconhecem de forma simultânea, onde pequenas ocorrências permitem localizar aspectos do contexto maior, da mesma maneira que aspectos macro trazem em si o contexto local e delimitado (MORIN, PENA-VEJA, NASCIMENTO, 1999; MORIN, 2006; OLIVEIRA, 2009).

É possível, ainda que com poucos elementos e a guisa de definição operacional, que o Pensamento Complexo seja instrumento para a compreensão da descrição e da interpretação. Tomando como ponto central que dentre os principais objetivos dessa forma de entendimento está a possibilidade de criar diálogos entre saberes que foram artificialmente separados, principalmente pelo advento das concepções cartesianas e positivistas, podemos construir quadros compreensivos, inteligíveis sobre fenômenos que são multifatoriais e

multicausais, articulados em fatores contextuais, que por sua vez são situados historicamente, como o lazer, a juventude e a cultura. Assim um fenômeno pode ser compreendido para além do seu caráter restrito e imediato.

Em nossa acepção, independentemente de burguesa, marxista, clássica, moderna, pós-moderna, consideramos o lazer um fenômeno humano, delimitado pelo tempo disponível, inserido historicamente e afetado por fatores como a subjetividade, o gênero, a etnia, a classe econômica e o local de formas complexas. O lazer é marcado, em todos esses fatores, pela cultura, que não pode ser hierarquizada em termos fixos de valores, devendo ser compreendida em suas configurações e relações de sentido atribuídas individualmente. Esta compreensão é clara em Melo (2010) ao utilizar diversas disciplinas e formações profissionais para tratar o lazer como fenômeno historicamente situado, que se constitui um fenômeno humano (MUNNÉ, 1980) que possui determinadas especificidades que demandam compreensões multidisciplinares, consistindo, em última instância, numa experiência psicossocial.

Como o lazer é um fato que não é naturalmente bom ou mal, e como foi observado que este também não deve ser idealizado ou colocado como contraponto do trabalho, mas em relação com este (FRIEDMANN, 1983; GOMES, 2008), na revisão bibliográfica é constatado que o lazer, quando tratado por autores estrangeiros, como Dumazedier (1976), Lobo (2006), Cuenca *et al* (2010), De Masi (2010) e Fortini *et al* (2011) se mostra bastante focado em seu viés utilitarista e salvacionista, como herdeiro de tradições da Grécia antiga (DE GRAZIA, 1966), da mesma forma que das compreensões advindas do materialismo dialético em suas várias vertentes (LAFARGE, 1999; CORBIN, 2001).

No Brasil a produção atual é marcada pelo viés crítico por meio de autores com compreensões epistemologicamente diversas como Gomes (2008), Marcellino (2008), Melo (2010), Gomes e Elizalde (2011), com o ponto comum de crítica à organização social utilitarista deste fenômeno. Gomes em especial, por toda a sua obra, enfatiza a necessidade de produções autônomas e contextualizadas em relação à geopolítica do conhecimento (GOMES, ELIZALDE, 2012).

Ao lidar com o lazer, no aspecto nacional, é nítida a procura por abordagens diversas, que permitem outros olhares, com referências principalmente a Magnani (1998, 2007) e Matta (1997) que consideram principalmente o caráter da sociabilidade e as festividades.

As festas podem ser boas e desejadas, incluídas como aspectos do lazer, porém é possível constatar que nem sempre o lazer ou diversão são agradáveis, talvez o cotidiano que seja, de fato, ruim. Nesse aspecto o lazer também permite que aflore o indivíduo em detrimento à pessoa⁴², onde, esquematicamente, Matta sintetiza as diferenças como:

QUADRO - 2
Concepção de pessoa e indivíduo segundo Matta

Indivíduo	Pessoa
Livre, tem direito a um espaço próprio.	Preso à totalidade social à qual se vincula de modo necessário
Igual a todos os outros.	Complementar aos outros.
Tem escolhas que são vistas como seus direitos fundamentais.	Não têm escolhas.
Tem emoções particulares.	
A consciência é individual.	A consciência é social (isto é, a totalidade tem precedência).
A amizade é básica nos relacionamentos = escolhas.	A amizade é residual e juridicamente definida
O romance e a novela íntima, individualista (obra do autor) são essenciais.	A mitologia, as formulações paradigmáticas do mundo são básicas como forma de expressão.
Faz as regras do mundo onde vive.	Recebe as regras do mundo onde vive.
Não há mediação entre ele e o mundo.	A segmentação é a norma.

Fonte: MATTA, 1997, p.255.

A luz de Japiassú e Marcondes (2011, p.146) *indivíduo* é tudo aquilo que constitui uma unidade, com características próprias que distinguem das outras coisas, em relação com os termos derivados: *individualidade*, que é o que distingue a pessoa como possuindo aquilo que é próprio, e *individualismo* que se aplica à valorização do indivíduo acima dos demais aspectos da sociedade ou comunidade ao qual pertence.

O termo pessoa, em sua etimologia, segundo os autores citados (p. 216), advém do latim *persona*, máscara teatral, por extensão o próprio ator e seu papel. No sentido que os mesmos atribuem como jurídico, se origina do direito romano para designar o indivíduo que possui direitos e existência civil. Assim um ser humano se constitui como indivíduo e pessoa, conforme as suas relações, os meios onde transita e as necessidades contextuais, com os mesmos guardando íntimas relações, que se rompidas podem constituir quadros de desumanização como a alienação e desagregação da personalidade, com claras consequências sobre o mesmo e seu meio social.

⁴² Em relação com o drama social em que vive, e com a compreensão distinta dos termos de Ingold (2003, 2004).

O lazer, em atividades e atitudes, permite, assim o surgimento da possibilidade, simultânea, da alienação e do questionamento, da submissão e da transgressão, podendo legitimar locais sociais e ao mesmo tempo rompê-los em sua ordem.

O lado positivo desta vertente ambivalente⁴³ é permitir que o quadro social, em seu drama e jogos de poder, exista e ao mesmo tempo se modifique, seja desconstruído e se recrie, pois o contexto do lazer, como vivência lúdica, é frágil. Este contexto pode ser interrompido por um acidente, pelas relações sociais correrem o risco de se tornarem tão tensas que a teia social se rompa, abrindo espaço para episódios de violência e destruição, aonde em Matta (obra citada) toda festa ou relaxamento, ao atingir certo nível de tensão na subversão da ordem pode desembocar na sua repressão, descambando para o uso da frase: *sabe com quem está falando?* com a função de reordenar a organização social.

O lazer, nesse entendimento, é limitado e controlado, mas sujeito a rompantes de falta de limite, onde linhas fronteiriças entre um ponto e outro não podem ser delimitadas com facilidade, evento facilmente notado em festas que terminam em brigas generalizadas, ou conflitos organizados que aparentam não serem suscetíveis de controle, mas são de alguma forma combinados como a descrição do cotidiano dos bailes das Quadras da Vilarinho as quais Dayrell (2005) se refere. A ambiguidade do lazer também se manifesta no fato que apesar de ser um tempo reservado, pela conquista de direitos sociais, ao descanso, pode tornar-se fonte de atividades por vezes exaustivas, como a dança, esportes e passeios.

No atual estado do capitalismo essa ambiguidade se mostra na condenação ao estado ocioso, considerado como perda de tempo, mas que serve para que esse sistema econômico e de produção se mantenha, a partir do caráter consumista. Para a religião o ócio é fonte de pecados, com o lazer podendo ser considerado um lócus de perigos e riscos, entretanto a mesma religião preservava datas comemorativas em que era vetado o trabalho, onde De Grazia (1966) cita que, na Europa da Idade Média, cerca de um terço do ano era reservado a festejos e atividades religiosas com a proibição estrita de execução do trabalho mundano.

O lazer pode ser entendido também como objeto da indústria cultural, visto que o tempo disponível pode ser utilizado para o consumo, tanto de bens tangíveis, quanto culturais, de forma que o tempo disponível fica comprometido pela busca de objetos que, além de

⁴³ Ambivalência, como característica de certos funcionamentos e conteúdos psíquicos (JASPERS, 1999) e na compreensão da língua portuguesa, refere-se ao estado em que sentimentos e ideias opostas convivem na pessoa com a mesma intensidade, como amar e odiar, querer e não querer algo, simultaneamente e de forma não excludente. Difere-se da ambiguidade, que permite a contradição e não existência simultânea e contígua de polos afetivos e ideativos opostos.

necessidades primárias e legitimação social, repercutem sob o processo capitalista de fetiche dos bens de consumo, como *gadgets* elaborados para a manutenção desta forma de sociedade. Essa ocorrência traz claras ameaças a sustentabilidade, como apontado por Elizalde (2011, *in* FORTINI *et al*), sendo caracterizada (*ibidem*, p. 108) pelo “[...] o hiperconsumo, a despersonalização, a alienação, a perda do sentido de identidade, bem como a baixa autoestima e a subvalorização de si mesmo”, sendo estes sintomas da crise da atualidade, já apontada por Morin (*in* MORIN *et al*, 1999), que em essência constitui uma perda de sentido. Elizalde (*op. cit.*) traz à tona a questão do que considera antivalores, como o individualismo, o hedonismo exacerbado, a fragmentação social, além do que pode ser um dos principais questionamentos: a ausência de pensamento crítico.

Colocando o lazer como constituinte humano⁴⁴ e cultural, sujeito à contradição e a uma multiplicidade de configurações, alargamos seu escopo e torna-se possível estabelecer relações com o cotidiano. Como consideramos que a vivência do lazer é obtida nos tempos disponíveis, de maneira institucionalizada e não institucionalizada, pela subversão da ordem estabelecida, através do uso de brechas no trabalho e escola, é possível deduzir que a ocorrência de espaços de lazer são vias cruciais para o questionamento das relações de submissão, que a pessoa se sobrepõe ao indivíduo conforme o entendimento anterior.

Podemos então considerar que o lazer pode ser marcado pela consecução da possibilidade de escolhas dentre as opções que se encontram disponíveis, criando novas vias de relacionamentos, em um circuito que o lazer deriva das escolhas e as escolhas definiriam o mesmo, em quadros dinâmicos. Essa compreensão, que ocorre a partir do paradigma da complexidade, demonstra, em uma lógica recursiva (MORIN, 2006), que as causas determinam as consequências e as consequências determinam as causas no entendimento de certo fenômeno.

Portanto se o lazer não pode ser definido de forma estanque e é permeado por diversas correntes de análise e interpretação, surge a necessidade de estudá-lo em sua materialidade, da mesma forma que o estudo da cultura, do comportamento, e da sociedade em seus vários aspectos. Abstrair o que consideramos lazer se mostra algo contraditório junto às concepções elaboradas até o momento, assim como intangível e estéril, considerando que o lazer pode ser uma das vias de mudanças sociais.

Enfim o lazer que é pesquisado, a partir do ponto que é encarado como aspecto da cultura, pelo estudo contextualizado no seu cunho microsociológico, com a busca de

⁴⁴ Encontramos em Huizinga (1980) e Ingold (2004) críticas ao antropocentrismo, considerando, em diferentes aspectos, que o homem seja o centro do mundo e o único ser capaz de usar ferramentas, aprender e brincar.

diferenças e da compreensão das práticas cotidianas que levem ao entendimento das articulações entre a vida concreta e fatores que a influenciam, como organização política, econômica e social de forma globalizada.

Os jovens da atualidade constituem um grupo heterogêneo, caracterizado por ser um grande segmento da população mundial, que devido a globalização possuem acesso a informações de fontes diversas, que ampliam suas opções de escolha. Por extensão o lazer também é influenciado por esse aspecto, desta maneira a vivência da juventude como espaço privilegiado deste fenômeno, pode ser analisada, em nível internacional e intercultural, por meio dos estudos microssociológicos que levem a um caráter inteligível a diversidade de formas de ser jovem, que abrangem, nesta compreensão, um caráter multifacetado, marcado pela possibilidade de usufruir de momentos subjetivamente considerados agradáveis de forma autodeterminada em seus tempos disponíveis.

4 METODOLOGIA

Esse capítulo tem a finalidade de expor algumas conceituações sobre metodologia que orientaram a pesquisa. É realizada também a delimitação de pressupostos que nortearam o trabalho e mostradas as opções pelos instrumentos utilizados.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, onde são realizadas interpretações e reflexões sobre a realidade (BECKER, 1993; DENZIN, LINCOLN, 1994; MARCONI, LAKATOS, 2006; WILLIG, STAITON-ROGERS, 2008), visto que nesta forma de trabalho é possível fazer um estudo descritivo da complexidade do comportamento. Richardson (1990), citado por Marconi (2006, p.271), define que a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada por uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados. Demo (2008) descreve a pesquisa qualitativa como forma de tratamento da realidade marcada por opções políticas, com predominância da prática e possuindo a necessidade de controle intersubjetivo e clareza ideológica.

A constatação principal, advinda da revisão bibliográfica, é que inexistem ciências neutras e livres de implicações políticas e subjetivas (KUHN, 1991; REY, 1996; MORIN, 2003; SZYMANSKI, ALMEIDA, PRADINI, 2004; DEMO, 2008). O trabalho científico, por consequência, constitui uma das formas de analisar a realidade, ao menos nas ciências humanas e sociais⁴⁵, permitindo montar esquemas inteligíveis que levem a ampliação do universo discursivo humano e sua inscrição na história social.

A opção por trabalhar a luz da abordagem qualitativa levou ao contato com as perspectivas da Antropologia Cultural⁴⁶ com referências a obra de Geertz (2001, 2008) e sua característica de crítica ao *establishment* científico, intelectual e político. Através deste autor se torna claro que as explicações de caráter positivista, em grande parte pseudociências, podem explicar algo, mas cada explicação traz em si o espírito de sua época e sua problemática premente. Este ressalta que todas teorias que explicam algo, mas ainda escapa explicar tudo, em todos dos locais e tempos, ambição das ciências humanas quando tomam o paradigma das ciências naturais, com a ideia de *consensus gentium* (GEERTZ, 2008) que pode ser sintetizado como aspectos comuns a todas as sociedades e pessoas.

⁴⁵Consideradas pré paradigmáticas para Khun (1991).

⁴⁶Sem detrimento das considerações oriundas da psicologia social, e da sociologia, em particular a microssociologia.

Assim a visão de mundo por um paradigma permeado por uma generalização de métodos oriundos de ciências como a física, química e demais ciências naturais permitiria, a princípio, explicar todas as outras ocorrências, independentemente do material em análise, aonde fatores pontuais podem ser tomados como verdades universais e ubíquas. Essa crítica é sintetizada por Japiassú e Marcondes (2011, p. 75) ao citar a observação de Dilthey que: “Explicamos a natureza, mas compreendemos o homem”.

A compreensão do universo humano, como objetivo das pesquisas qualitativas, implica em um alargamento do universo do discurso que possa abranger a variedade de formas de existência, sem a abolição de algum princípio de irrefutabilidade. Pode ser acrescentado que a admitir a refutabilidade implica na possibilidade de conviver com as incoerências e contradições (KUHN, 1991), pois como Geertz (2008) aponta, as únicas explicações totalmente coerentes são as mentiras de um impostor e o delírio de um paranoico (p.13), acrescentando que:

Assim podemos definir, entre outros detalhes e nuances, que objetivo da análise cultural o entendimento da lógica informal da vida real, que reduza a perplexidade e permita a análise do fluxo do comportamento. Este fluxo é a ação social onde as formas culturais encontram articulação. Por isso reforçamos a posição que analisamos acontecimentos e não pretendemos criar entidades abstratas que possuam padrões unificados, o que é também a crítica as explicações supostamente psicológicas e sociológicas que buscam analisar as condutas em padrões cristalizados, imutáveis, e totalmente coerentes de ação, aplicáveis à qualquer tempo e espaço, de forma esquemática e impositiva.

Nesta compreensão o que a antropologia cultural, como demais pesquisas microsociológicas sobre populações específicas, realiza é o trabalho de etnografia. Para Geertz (2008), o que caracteriza a etnografia é a Descrição Densa, que é, em essência, uma observação sobre determinado fenômeno com a compreensão deste através de sua lógica interna em relação com as demais, que permitem a inscrição de práticas cotidianas em um quadro perene.

A ótica de Geertz contempla dois momentos. A princípio, conforme exposto acima, ele define a sua abordagem como semiótica⁴⁷, onde assumindo uma posição que caracteriza como weberiana (p. 4) propõe:

⁴⁷ Japiassu e Marcondes (2011) definem semiótica e semiologia como a ciência geral de todos os sistemas de signos. Citam também o conceito de Suassure (apud JAPIASSU, MARCONDES, obra citada) em que a semiologia estuda "a vida dos signos no seio da vida social". Em medicina, segundo os mesmos autores, e ampliando para Jaspers (1999), semiótica são as técnicas de diagnóstico e observação dos sinais da doença das doenças e dos sintomas, isto é de sua manifestação. Encontramos em sua obra a referência que Locke utiliza o termo "semiótica" em seu Ensaio sobre o entendimento humano (1690) para designar o estudo da relação entre

o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, [...] a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura de significados.

Desta forma o objeto da etnografia seria ainda uma análise de estruturas significantes em termos dos quais elas existem em seus contextos, aonde estruturas conceituais complexas são interpretadas como “exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 2008, p. 7).

Posteriormente ocorre uma ampliação deste conceito (GEERTZ, 2001) para a noção de que as pessoas seriam, metaforicamente, espécies de emaranhados de teias, envolvendo aspectos políticos, ambientes geográficos e as relações com as demais redes que compõe as suas relações, tanto próximas, quanto distantes, principalmente com a interligação oriunda do desenvolvimento das tecnologias da informação e a velocidade de interpenetração que essas assumiram na construção de quadros de referência sobre o mundo e sobre si mesmo. Para Geertz (2001, p.199), num trabalho de revisão de suas concepções:

O que há são superposições de fios diferentes, que se intersectam e emaranham, um retomando o curso onde o outro se rompeu, e todos posicionados em tensões efetivas entre si, formando um corpo composto, um corpo localmente díspar, mas globalmente integral. Separar esses fios, localizar essas interseções, enredamentos, ligações e tensões, sondar o próprio caráter agregado do corpo composto e sua profunda diversidade, é isso que exige a análise desses tipos de países e sociedades. Não há oposição entre o trabalho delicado, que revela a variedade, e a caracterização geral, que define afinidades. O importante é fazer com que eles iluminem um ao outro e com isso revelem o que é a identidade. E o que ela não é.

Pode ser compreendido que Geertz, como autor fundamental na construção desse trabalho, ressalta que fatores políticos devem ser levados em conta e compreendidos em sua forma contextual e histórica, sem desprezar os sujeitos que participam da realidade social, política e cultural.

O viés etnográfico, com o enfoque microsociológico (LAPASSADE, 2005), vai ao encontro dessas compreensões e visa descrever formas de existência de uma determinada população com ênfase nos significados atribuídos às práticas (DENZIN, LINCOLN, 1994; MARCONI, LAKATOS, 2006; GEERTTZ, 2008; WILLIG, STAITON-ROGERS, 2008) a

as palavras como signos das idéias, e das idéias como signos das coisas. No vocábulo indicado em seu dicionário ele nós remete a Charles Sanders Peirce (1839-1914) Filósofo norte-americano, que concebe o pragmatismo como um método para estabelecer o significado dos conceitos a partir dos efeitos práticos de seu uso concreto. Desenvolvendo uma teoria consensual de verdade, que seria o acordo a que chegariam os cientistas após o exame de suas hipóteses. De certa maneira temos uma avaliação da produção por pares, através do método de inferência.

partir de uma descrição minuciosa acerca de fenômenos circunscritos, sendo que a descrição, segundo Alami, Desjeux e Moussaoui-Garabua (2010) traz em si algo da interpretação, fato consonante com as características deste tipo de pesquisa em seu cunho exploratório.

Para Alami, Desjeux e Moussaoui (2010) a pesquisa qualitativa tem a característica de ser projetiva e indutiva, ao invés de hipotético-dedutiva, com a característica dos dados amoldarem-se à interpretação dos pesquisadores, fato que redundando na necessidade apontada por Demo (2008) e Becker (1993) de técnicas de validação dos dados que permitam a construção de saberes perenes consolidados através de uma lógica interna compreensível e capaz de ser avaliada.

Com o cruzamento das informações de diversas fontes, como pesquisa documental, observação e entrevistas, torna-se mais seguro colocar determinadas assertivas e conclusões, num processo que Becker (1993) denomina de triangulação, aonde os dados podem ser comparados em seu conjunto permitindo a fidedignidade nas inferências.

Em Minayo e Sanches (1993) a preocupação com busca da fidedignidade é vista na possibilidade de correlação entre propostas qualitativas e quantitativas, em que a abordagem qualitativa permite o entendimento dos dados numéricos e gráficos, assim como estes suscitam questões sobre a visão centrada em ocorrências particulares, risco da abordagem qualitativa quando se concentra somente no fático específico. Fidedignidade, neste tipo de abordagem, constitui a criação de sistemas compreensivos, de forma diversa da busca por regras que permitam a replicabilidade dos dados encontrados em qualquer local e tempo, característica das ciências naturais e exatas.

Para fins deste trabalho também consideramos, em concordância com Geertz (2008), Elias e Scotson (2000) e Ingold (2001, 2003) que uma pessoa não vive fora da sociedade e sua rede cultural, da mesma forma que não existe uma atividade puramente mental, separada e distinta da realidade em que se vive. Nesse entendimento toda existência é simultaneamente interdependente em seus aspectos subjetivos e sociais, que Rodrigues e Limena (2006, p.19) definem como *antroposocial*, termo utilizado para a descrição da compreensão pela ótica do pensamento complexo, baseada nos trabalhos de Morin, expandindo a visão de pessoa como entidade meramente biopsicossocial, considerando desta forma a sua singularidade e aspectos culturais.

Estudar as pessoas na sociedade implica em não contrapor ambas as instâncias, a sociedade e o sujeito, como entidades separadas, distintas e em oposição. Esta compreensão é clara em Geertz (2008, p.28) ao criticar o entendimento do homem como entidade estratigráfica, “compostas por relações entre os fatores biológico, psicológico, social e cultural

na vida humana”, onde: “De acordo com essa concepção, o homem é um composto de ‘níveis’, cada um deles superpostos aos inferiores e reforçando os que estão acima dele”.

A noção da impossibilidade de definir a pessoa de maneira estática e desvinculada do seu meio cultural, por extensão, vai ao encontro da visão apregoada pelo paradigma de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD/ONU – em que não existe um modelo de sociedade ou cultura que seja ideal. É possível considerar, segundo as orientações desta organização de caráter internacional que: “Em vez de pensarmos em receitas políticas universais, podemos aplicar princípios fundamentais para informar o pensamento acerca das estratégias e políticas de desenvolvimento” (PNUD/ONU, 2010, p. 68) e ainda:

Uma abordagem às políticas centrada em princípios básicos e não em recomendações universais assemelha-se à abordagem do pensamento sobre a justiça [...] mostrando que é possível identificar possibilidades para o progresso no melhoramento das vidas das pessoas sem que haja um pleno acordo quanto à definição *exacta* do que seria uma sociedade ideal.

Desta maneira assumir a ideia de uma única forma de sociedade como ideal é cair na armadilha de discursos prescritivos sobre o que seria o correto e bom, legitimando práticas de exclusão com a intolerância das diferenças, como bem apontado por Ariès (1981) e Geertz (2001). Segundo Geertz (2008, p.11), a interpretação é a leitura de um texto de segunda ou terceira mão, a partir do entendimento que somente os *nativos* à tem em primeira, consistindo as pesquisas de cunho etnográfico em, talvez, compreensões indiretas. Por isso não é possível apontar certezas, mas talvez características que levem a compreensões menos perplexas e mais realistas sobre as diferenças individuais e culturais, especificamente ao tratar de temas como a juventude, marcados por várias pré-concepções e preconceitos que podem destoar do cotidiano vivenciado pelos mesmos.

Como as pesquisas e demais aspectos da cultura são situados historicamente, em um nível microssociológico a pessoa também traz a história da sua sociedade, com suas práticas e consensos, com o claro exemplo das biografias, onde a trajetória individual permite vislumbrar o contexto de certas sociedades em dado momento, possibilitando inferir as relações existentes de forma compreensiva.

Portanto a abordagem que orientou os trabalhos foi qualitativa, com o uso dos recursos da entrevista, observação e análise documental, com viés microssociológico e etnográfico, em busca da compreensão deste grupo populacional específico em um tempo *idem*.

4.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o lazer dos jovens trabalhadores que atuam na UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – através de convênio estabelecido com a CVB – Cruz Vermelha Brasileira. Para tanto foram estabelecidos alguns objetivos específicos:

- Compreender o conceito de lazer destes jovens.
- Analisar as práticas que estes jovens consideram como atividades de lazer.
- Avaliar se o tempo disponível dos jovens trabalhadores é considerado suficiente para o lazer.

4.2 Procedimentos

A construção do projeto definitivo ocorreu durante o ano de 2011, com reelaboraões após avaliação de pareceristas e do programa de pós graduação, com aprovação pelo COEP – Comitê de Ética em Pesquisa — da UFMG pelo parecer consubstanciado nº 22953 de 16 de maio de 2012, por se tratar de pesquisa com seres humanos. Essa aprovação dependeu do cadastro do projeto na Plataforma Brasil, sistema nacional implementado no ano de 2012 com vistas a manter o rigor ético e a avaliação dos trabalhos que envolvam seres humanos.

Durante a construção do projeto fez-se necessário delimitar a população a ser estudada, o tamanho da amostra e os instrumentos a serem utilizados.

4.2.1 A escolha do público alvo

Na definição da população foram escolhidos os jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira que atuam nas Unidades Acadêmicas do Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais e residem em Ribeirão das Neves no estado de Minas Gerais.

A opção pela região advém do seu baixo índice de desenvolvimento e a representação (JOVCHELOVITCH, 2000) como local de pobreza e exclusão na região metropolitana (ELIAS, SCOTSON, 2000). Inclui-se também, além do exposto acima, a característica desta cidade, marcada pelo estigma de possuir vários presídios, que impactam na representação da cidade, talvez ainda mais que somente a pobreza de forma isolada.

Nas obras que referenciaram as atividades do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR (CUNHA, SILVA, GIVANETTI, 2008; SANTOS, JUNIOR, UDE, 2009) e relativas ao Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI/PELC (MORAIS *et al*, in ISAYAMA, *et al*, 2011) existem caracterizações sobre essas realidades na qual múltiplos fatores, de vários aspectos, como o perfil demográfico, aspectos geográficos, equipamentos urbanos, acesso a serviços e assistência social e saúde, história local, configuração política e projetos governamentais influem na vida dos habitantes destas cidades.

No ano de 2009 Noronha (org. 2009, p. 5) publicou os resultados da pesquisa executada entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009 com o objetivo de realizar “um diagnóstico sociopopulacional e cultural (esporte e lazer) para a cidade, visando construir subsídios para o desenvolvimento de políticas de inclusão pelo esporte e lazer de jovens sujeitos à situação de risco para a violência.”, onde pondera sobre as questões de vulnerabilidade social, juventude, família e violência, incluindo a busca através de dados quantitativos e qualitativos que permitam a elaboração de políticas efetivas para o desenvolvimento deste público considerando os aspectos regionais que podem ser expandidos para outras metrópoles que lidam com dificuldades semelhantes, visto que os jovens constituem a parcela da população mais exposta a episódios de violência e exclusão.

Mostrou-se característico nos trabalhos acima a interlocução entre as políticas públicas e o papel social das universidades, com as últimas atuando de forma crítica, qualificando as ações governamentais e se inserindo na elaboração de atividades que visam a autonomia com inserção social qualificada. Essas informações, junto às obtidas nas entrevistas e observações, permitem construir um quadro do local onde se desenrola a vida deste público, que por consequência influenciam nas atividades de lazer.

Nas pesquisas sociais, segundo Demo (2008) e Matta (1997), deparamo-nos com opções⁴⁸, pela característica microssociológica, concentramos a atenção em um momento

⁴⁸ As opções não são simples escolhas, mas as estratégias para alcançar os objetivos propostos. Toda opção envolve a capacidade de justificá-la crítica e eticamente, envolvendo em última instância a mudança nos rumos da pesquisa.

específico da trajetória destes sujeitos, mesmo que reconheçamos ser construída por uma história pregressa e possuir um sentido teleológico. Mostrou-se impossível, frente ao escopo proposto, investigar em profundidade os contextos familiares e a trajetória prospecta dos jovens trabalhadores, com este objetivo consistindo em tema para pesquisas longitudinais, que ultrapassam os recursos disponíveis de tempo e instrumental.

Foi levada em consideração que entre as características marcantes da pesquisa qualitativa se encontra a preocupação com a qualidade dos critérios da amostragem e com a participação consentida, prevalecendo esta sobre a ênfase na massa somente numérica. As pesquisas quantitativas mostram-se importantes como fontes de informações, porém, conforme Alami, Desjeux e Moussaoui-Garabuaui (2010), de forma assemelhada a Minayo e Sanches (1993), os dados numéricos apresentam pouco significado se não forem interpretados e contextualizados, sob o risco de análises equivocadas de determinadas realidades

Para o estudo deste público, delimitamos que os jovens entrevistados deveriam ter dezessete anos durante o período em que seria realizado o trabalho de campo. A escolha pela faixa de dezessete anos ocorre por esta ser a última em que os jovens participam do programa, pois eles entram no mesmo aos dezesseis e aos dezoito anos são automaticamente desligados da instituição.

Restringimos mais a amostra, delimitando-a aos jovens que trabalham nas Unidades Acadêmicas. Optamos por esta segmentação pela dinâmica de funcionamento destes locais, que permitem que os jovens trabalhadores tenham contato direto com discentes e docentes. Outro motivo é por este ser um local onde se coadunam ensino, pesquisa e extensão de forma inerente e permeando as ações.

Para avaliar a viabilidade da amostra e os pressupostos levantados foi realizada a consulta ao banco de dados da CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas, do DRH – Departamento de Recursos Humanos, da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Foi obtida a informação que em maio de 2012, havia 252 (duzentos e cinquenta e dois) contratos vigentes com a CVB. Destes, 108 (cento e oito) jovens estavam lotados nas unidades acadêmicas situadas no Campus Pampulha da UFMG, constituindo 42,85 por cento desta força de trabalho.

Neste grupo foram identificados 17 (dezessete) jovens que atendiam ao perfil delimitado: dezessete anos e moradores de Ribeirão das Neves. Neste grupo delimitado identificamos 11 (onze) homens e 6 (seis) mulheres, avaliação que torna patente que o mercado de trabalho é prioritariamente ocupado pelos homens, com eles, no nosso estudo,

ocupando 64,70 % das vagas, reproduzindo a exclusão feminina no campo do trabalho, ocorrência ressaltada pela OIT – Organização Internacional do Trabalho (COSTANZI, 2009).

Também foi notado que nesta amostra de 17 (dezessete) jovens, 11 (onze) trabalhavam em unidades acadêmicas, em uma dispersão de 7 (sete) homens e 4 (quatro) mulheres. Os restantes, que consistiam de 2 (duas) mulheres e 4 (quatro) homens, estavam alocados em locais com estrutura de trabalho marcadamente operacionais, com pouco contato próximo e cotidiano com alunos e docentes.

Portanto chegamos a amostra que atendia os requisitos composta por onze jovens, sendo sete homens e quatro mulheres.

Após a definição do grupo os jovens foram convidados a participar da entrevista, primeiramente por e-mail com aviso de recebimento, os que não dispunham de endereço eletrônico foram procurados por meio de contato telefônico através do número de ramal do órgão em exercício. Obtivemos 8 (oito) respostas favoráveis à participação, a qual não foi compulsória, tanto por questões éticas, como pelo respeito aos sujeitos.

Com a obtenção das oito respostas favoráveis, ocorreu o momento de localizar os mesmos para a entrega do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – que foram preenchidos pelo jovem (anexo A), e seus responsáveis (anexo B). Tivemos também a necessidade de preenchimento de um Termo de Anuência (anexo C) por parte das chefias, visto que eles respeitariam a autorização dos responsáveis e a vontade de participação dos convidados. Ao final realizamos 6 (seis) entrevistas, sem buscarmos junto aos jovens possíveis justificativas pela não participação, observando que um jovem não devolveu o TCLE e outro o devolveu em branco justificando que não participaria por falta de autorização dos responsáveis.

4.2.2 A entrevista

A entrevista é um dos meios privilegiados para a obtenção de informações em pesquisas, especialmente na abordagem qualitativa. Não é a única técnica, existindo ainda as alternativas como a observação participante (LAKATOS, MARCONI, 2004; VIANA, 2007; DEMO, 2008), observação não-estruturada (BECKER, 1993), história de vida, grupos focais e questionários, cada um com objetivos diversos.

A entrevista, assim como a observação torna-se, em seu curso, reflexiva (SZYMANSKI, org., 2010), onde a pessoa se vê de forma crítica, com efeitos identitários, e o próprio ambiente se altera gerando formas de arranjo qualitativamente diferentes da vida cotidiana, ordinária e executada de forma automática. Assim corresponde a uma forma de interação social (SZYMANSKI, org. 2010, p. 10 - 11) que permite a investigação de tópicos complexos e difíceis de serem padronizados através de instrumentos fechados, levando a emersão de singularidades de cunho subjetivo. Desta forma a entrevista torna-se uma via para a compreensão de significados que são, em si, compartilhados (GEERTZ, 2008) e permitem a compreensão do outro, de si mesmo e do outro especular que existe em cada pessoa.

Essa ocorrência também é apontada por Bleger (1993) e Cunha (1993), envolvendo a percepção de si, do outro, e o aspecto da intencionalidade. Esse recorte de experiências, em uma relação horizontal e ativa permite a interatividade que leva a construção de significados que por vezes nunca foram tocados, em nosso caso gerando a perplexidade de alguns participantes sobre o tema do lazer.

A entrevista suscita um processo de invasão sobre o cotidiano e a identidade, com aspectos que podem ter um cunho voyerista ou sádico (CUNHA, 1993) entre outros aspectos. Caso esta técnica não seja bem manejada ela pode levar a mecanismos de sedução e a fixação em aspectos que a princípio não seriam relevantes para a análise. Na entrevista, que é um processo que demanda atenção e concentração, deve ser levada em conta a afetividade, pelo fato da mesma suscitar processos contratransferenciais⁴⁹ intrincados, que podem gerar reações como sono, angústia, simpatias e empatias. Na pesquisa percebe-se que as entrevistas podem adquirir o caráter exploratório ou confirmatório, com o primeiro se constituindo o ideal da pesquisa qualitativa e o segundo como método de confirmação de hipóteses pré-configuradas em, busca de justificativas, com o risco do viés de excluir o que não for compatível com as ideias iniciais.

A opção pela entrevista semiestruturada decorreu da necessidade de limitação da informação em áreas específicas, concernentes ao campo de interesse (BLEGER, 1993; CUNHA, 1993; DENZIN, LINCOLN, 1994; SZYMANSKY, ALMEIDA, PRADINI, 2004). As questões serão restritas a uma demarcação da vida no momento, sem penetrar nas análises de histórias de vida ou de projetos individuais, até porque estes se fazem, de alguma forma, presentes no discurso. Esta técnica permite o acesso a dados que podem ser classificados em

⁴⁹ O processo contratransferencial, em psicologia, é oriundo dos estudos psicanalíticos sobre os efeitos que o paciente suscita em quem o assiste, remetendo a componentes afetivos, emocionais e intelectivos. Esse processo envolve, assim, a capacidade subjetiva de ter ciência sobre as reações que os entrevistados podem gerar nos entrevistadores (Cunha, 1993).

diversas categorias e direciona os relatos para a finalidade proposta, permitindo aflorar questões menos pertinentes, mas que podem se relacionar com as questões propostas e que permitem o retorno ao foco.

Foi aberta aos jovens a possibilidade de escutar as gravações, tanto após a entrevista em si, como a qualquer tempo que desejem durante a vigência da mesma, apontada como a conclusão da dissertação após a apresentação dos resultados da pesquisa e possíveis correções apontadas pela banca examinadora. Também foi oferecida a possibilidade de exclusão de trechos, desistência, e novas entrevistas, conforme os seus desejos e a pertinência dos mesmos. Essa oferta constitui parte do TCLE e deixou-os bastante a vontade, com claras demonstrações de certo relaxamento e a criação de um bom *raport* durante as entrevistas.

As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio com formato MP3 e após finalizadas foram transcritas na íntegra, com a marcação de elementos de comunicação não verbais como pausas, hesitações e correções.

Elas foram realizadas com a presença de uma estagiária da graduação do curso de Educação Física da EEFFTO – UFMG (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional), que incumbiu-se de auxiliar na gravação. Foi feito o uso de três gravadores digitais como forma de prevenir a perda de informações e para termos o arquivo em meios que permitissem identificar, em caso de ruídos, a informação obtida.

A presença de outra pessoa junto a entrevista permite que a mesma seja confirmada técnica e eticamente, possibilitando também que sejam trocadas impressões subjetivas, várias vezes com alguma carga afetiva. O uso de duas pessoas na entrevista não constitui nenhuma inovação, mas devem ser delimitados claramente os papéis, para que não ocorram interpolações desnecessárias, fato acordado previamente com a estagiária e que funcionou a contento.

Constitui uma grande preocupação o local de realização da entrevista, ou seu *setting*, elemento valorizado pelo modelo idealizado de consultórios particulares em atendimentos clínicos. O mesmo, idealmente, deveria ser arejado, iluminado, privativo, silencioso e confortável. Este modelo não se presta à pesquisas sociais e de campo, pelo fato de estarmos justamente no campo, que não é um ambiente asséptico, silencioso e controlado.

As entrevistas foram permeadas pelo meio, com intervenção de ruídos, algum grau de privacidade, facilmente rompível pela passagem do público da universidade e em ambientes improvisados. Estes ambientes foram constituídos apenas por um afastamento temporário do local de trabalho através do fechamento de alguma porta da sala, da saída para espaços públicos, nesse caso sem pessoas tão próximas a ponto de ouvir todo o conteúdo. As

gravações, mesmo com todo o cuidado, refletiram este aspecto do ambiente, especialmente em duas que foram realizadas em um local de trânsito do público externo, sem do uma em um local com mesas e churrasqueiras voltadas para a rua interna.

Falarmos em entrevista implica também em considerarmos a pré-entrevista e o momento subsequente, os quais se mostram plenos de informações, as quais Symanski (org., 2010), Bleger (1993) e Cunha (1993) denominam, respectivamente de primeiro contato ou aquecimento, onde se estabelece alguma informalidade e intimidade, garantindo um *rapport* de boa qualidade e a parte devolutiva da entrevista, onde é realizado o encerramento deste momento.

As entrevistas tiveram a duração média entre seis a quinze minutos, mas o momento prévio durou cerca do mesmo tempo, assim como o posterior, demandando assim cerca de trinta e cinco a quarenta minutos em cada encontro, além do contato prévio que teve a mesma duração média, onde explicamos aos jovens e chefias sobre a pesquisa, seu contexto, metodologia e prestamos os devidos esclarecimentos. Os registros dos momentos prévios e posteriores se encontram no caderno de campo, onde foram anotadas, além de descrições dos locais, impressões afetivas, relações estabelecidas, croquis da distribuição espacial e o trajeto até chegar aos jovens da pesquisa.

Todas as unidades em que obtivemos o aceite inicial dos jovens foram visitadas previamente, com a finalidade de entrega dos termos de consentimento e anuência, assim como a observação do local e as interações entre os espaços e as pessoas, o que permitiu-nos obter informações *in loco*. Estivemos, portanto, em sete unidades e em seis realizamos as entrevistas. No local – uma unidade – em que não foram efetivadas as entrevistas, ocorreram duas recusas e duas desistências ao irmos receber os termos assinados em data agendada anteriormente.

Quanto ao local de realização foi oferecida aos jovens a possibilidade de escolha por serem entrevistados na própria unidade de trabalho ou na sala do GESPE – Grupo de Estudos de Sociologia e Pedagogia do Esporte, situado no segundo andar da EEFFTO – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia ocupacional da UFMG. Todos optaram pela entrevista em sua unidade de trabalho.

Os termos escolhidos para as questões foram baseados nas análises de Szymanski (org. 2010), permitindo a busca de respostas descritivas e relações compreensivas, podendo ser adaptados conforme a situação da entrevista, onde esta aponta (SZYMANSKI, org., 2010, p. 33): “As partículas ‘o que’ e ‘qual’ também pedem uma descrição, o que não evita, entretanto, que as repostas venham carregadas de ‘teorias’ ou de articulações causalistas elaboradas pelos participantes”. Assim elaboramos as questões de maneira sintética, mas permitindo a abertura

a demais formas de articulação e tentando focar mais na descrição que na procura de explicações causais, que podem desembocar na procura de justificativas sobre demais aspectos da realidade dos jovens, as quais não poderiam ser dadas as articulações esperanças. Além disso tem-se que considerar o escopo do projeto aprovado pelo COEP - UFMG. O guia da entrevista encontra-se em anexo (apêndice A), mas demos ênfase a quatro aspectos: a compreensão do que seria lazer, se os jovens possuem tempo para o mesmo, quais seriam as atividades e, afinal, se eles teriam o lazer.

4.2.3 O campo

O trabalho de campo foi realizado logo após a aprovação do COEP. À época das entrevistas, entre julho e agosto de 2012, ocorreu a greve nas instituições federais de ensino, com grande adesão de docentes e técnico-administrativos, que impactou bastante a rotina destes locais.

Em maio foram feitos os contatos iniciais e um novo olhar foi lançado sobre o trabalho e os jovens. A observação se deu de maneira estruturada e não estruturada, com a atenção voltada para a relação entre os jovens e seu ambiente de trabalho, tanto dentro das unidades dos quais faziam parte, quanto nos locais de circulação geral da universidade, que possui uma vasta área construída e amplas áreas verdes, constituindo uma cidade universitária, com bancos, restaurantes, praças e demais espaços de serviço e convivência.

Tornou-se interessante a reação dos jovens e chefias imediatas ao serem informados que a pesquisa estava relacionada ao lazer, com um ar inicial de desdém e surpresa. Após as reações iniciais, devido a postura que foi de sincero interesse e pelo apoio prestado pela estagiária que acompanhou as visitas e entrevistas, as reações passaram a ser de curiosidade e preocupação com este aspecto da vida. Assim o estudo sobre o lazer trouxe para o ambiente laboral aspectos sobre a organização do trabalho e do tempo que aparentemente nunca foram tocados. A partir da surpresa inicial, com algumas brincadeiras jocosas, foi adquirido o respeito e a preocupação para que o meio de trabalho permitisse a consecução da entrevista.

Os locais onde os jovens se encontravam alocados era em sua maioria operacional, de serviços gerias ou de atendimento ao público interno, em especial os docentes. O local das entrevistas era em grande medida improvisado, utilizando áreas que permitiam alguma

privacidade através do fechamento de portas em almoxarifados e depósitos. Somente em dois locais foram disponibilizadas salas para as entrevistas, em um local uma sala da pós-graduação e em outro a sala de reuniões dos professores e congregação⁵⁰.

Para ser feito um trabalho de investigação com consistência foi necessário, durante o trabalho de campo, um esforço subjetivo de distanciamento da identidade de membro interno, como pesquisador e servidor da instituição, pois o contato com o público estudado era cotidiano em vários locais e situações, o que suscitou, junto à análise do lócus, várias críticas sobre a forma de lidar com este público.

Entre os fatores de relevo é marcante que o trabalho de campo em si demanda, em relação ao tempo da pesquisa, relativamente poucas horas, fato também apontado por Alami, Desjeux e Moussaoui-Garabau (2010), mas é um período extremamente intenso subjetiva e afetivamente, gerando outras tantas horas para elaborar as informações e interpreta-las de forma qualificada.

3.3 A análise de conteúdo

A análise de conteúdo (VALA, 1989; BARDIN, 1994; FRANCO, 2008) é a técnica que melhor se propôs a finalidade da pesquisa, consistindo no instrumento para a interpretação das entrevistas semiestruturadas. Esta técnica de tratamento da informação (SILVA, PINTO, 1989; DENZIM, LINCOLN, 1994) pode ser caracterizada como um recurso para compreender o processo de constituição das percepções, atitudes e representações de grupos específicos, com a vantagem de permitir uma comparação sistemática de dados, com ganhos em termos de padronização.

A Análise de Conteúdo, segundo Franco (2008) tem como ponto de partida a mensagem, que é imbuída de significado e sentido. A partir da mesma autora, dentre outros como GEERTZ (2008), vemos que o significado é social e compartilhado, definido por Franco (2008, p.13) como: “[...] compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu corpus de significação”. Por sua vez o sentido (ibidem, p.13) “[...] implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social

⁵⁰ Instância administrativa de cada Unidade Acadêmica, com características de colegiado, representações de vários segmentos da escola ou faculdade, com reuniões ordinárias previamente marcadas e extraordinárias para eventos específicos.

e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.” Assim as comunicações humanas podem ser analisadas, buscando-se inferências (BARDIN, apud FRANCO, 2008, p. 24) através da sistematização na busca de indicadores que permitam entender o *por quê* dos atos e práticas.

Como a Análise de Conteúdo é focada em princípios manifestos e explícitos (FRANCO, 2008, p.28), considera-se que ela vai ao encontro das nossas concepções sobre cultura, sociedade e pensamento, onde a vida é pública em si, fazendo-se presente nas inter-relações e somente acessível a partir da sua expressão. Fato este que não é novidade na psicologia social, considerando que não é possível adentrarmos em abstrações como mundo interno e outras categorias que seriam latentes, passíveis de projeções e especulações infundadas.

A análise das entrevistas dá-se em três momentos (FRANCO, 2008, p.29). O primeiro é o da descrição, que consiste na classificação das características do texto. No segundo momento, como procedimento intermediário, são feitas inferências que podem estar relacionadas a outros elementos como o meio, o entrevistado e enfim o contexto. O último momento é o da interpretação, que é a procura dos significados concedidos às características do texto em relação com as inferências que surgem.

Neste trabalho – de Análise de Conteúdo – Franco (2008, p.41) aponta que elaborados os objetivos, delimitado o referencial teórico e obtido o material, faz-se necessário o trabalho de definição de Unidades de Análise, que se subdividem em Unidades de Registro e Unidades de Contexto.

As de Registro constituem a menor parte e são relacionadas com as categorias obtidas na entrevista. Podem ser, conforme a ordem de abrangência a ser tratada: a Palavra, o Tema, o Personagem, e o Item. Todos com suas vantagens e desvantagens, podendo coexistir em diferentes níveis de análise. Optamos por trabalhar com o Tema por este constituir uma asserção sobre determinado assunto (FRANCO, 2008, p.42-43), incorporando aspectos racionais, ideológicos, afetivos e emocionais. Franco (2008, p.43) aponta a importância deste método no estudo de opiniões, expectativas, valores, atitudes e conceitos, ressaltando as dificuldades como o amplo espectro de fatos a se levar em consideração, da mesma forma que sua interseção com demais elementos na tarefa interpretativa.

As Unidades de Contexto são a parte mais ampla, onde investigamos sentidos e significados das Unidades de Registro através da caracterização analítica dos dados obtidos por meio de conjuntos de palavras, sentenças, histórias de vida e depoimentos pessoais, como os que registramos no caderno de campo, com a obtenção de informações prévias e posteriores às entrevistas gravadas.

A categorização da análise segundo Bardin (apud FRANCO, 2008, p. 59), pode ser sintática, léxica ou expressiva. Utilizamos o foco, principalmente, da categoria expressiva, sem exclusão da léxica pela sua possibilidade de classificar os dados segundo o seu sentido e em relação com sinonímias expressas pelos participantes da pesquisa.

Como nenhuma análise é iniciada sem referência a conhecimentos pré-existentes e baseado nas considerações propostas por Lobo (2006) e Marcelino (2008) dentre outros (DUMAZEDIER, 1973, 1976; PIMENTEL, 2010), temos que o lazer é marcado por três dimensões: tempo, atividade e experiência. Em Gomes (2004) a ocorrência do lazer se articula a partir de quatro elementos: tempo, ações, espaço-lugar e manifestações culturais.

Como a construção da entrevista envolveu os aspectos citados de tempo, atividades e compreensões sobre o lazer, conseqüentemente era de se esperar que surgissem, de maneira heurística, termos e unidades de registro referentes a estes aspectos, permitindo a construção do quadro interpretativo sobre esta juventude trabalhadora.

As categorias foram definidas em grupos. O primeiro abrangendo o significado do lazer, para isto foi feita a questão: “O que você entende por lazer?” com o objetivo de compreender como os jovens elaboram esta ocorrência. A segunda categoria envolve identificar as práticas, sendo definida na através da questão: “Quais atividades você têm de lazer” buscando as ações que marcam essa forma de uso do tempo.

A terceira questão remeteu a anterior e visou confirmar os atos citados de antemão, permitindo também observar as relações entre o lazer e demais necessidades como descanso, estudo fora da escola, e outras tarefas, para isto foi construída sob a forma “O que você faz fora da escola e do trabalho?”.

Essa terceira categoria permitiu avaliar, qualitativamente, se os jovens estão possuindo a oportunidade de utilizar o tempo de maneira satisfatória, conforme suas próprias avaliações, assim foi construída a pergunta: “Você acha que seu tempo disponível é suficiente para o lazer? Por quê?”.

Enfim é importante salientar que a Análise de Conteúdo constitui uma técnica que embasa a possibilidade de tratamento de dados obtidos, de forma que esses tenham sentido em um quadro de interpretação, não se tornando informações esparsas e desarticuladas, nem tampouco elementos que confirmem relações de caráter apriorístico.

5 O LAZER DOS JOVENS

Na análise e interpretação das entrevistas foi usado o modelo de Franco (2008), com a disposição das repostas obtidas por meio de tabelas que permitem a sistematização e organização das informações. Nesse primeiro momento, para manter o anonimato, foi utilizado o critério de composição para a designação dos jovens, que foram definidos, aleatoriamente, pela letra **J**, numerada de um a seis, sem distinções de gênero e etnia, em ordenação diversa da sequência em que foram realizadas.

As questões divididas em três categorias, *a posteriori*, a partir da compreensão de excertos da entrevista como Unidades Temáticas e as palavras recorrentes, mesmo que constituindo sinonímias, como Unidades de Registro, considerando as múltiplas possibilidades de significados que as permeiam. Após esse exercício foi constituída a interpretação, com referências à revisão teórica e construído o diálogo com as mesmas, sem perder de vista a singularidade da ótica desta população sobre o tema do lazer.

Na elaboração do corpo de análise se mostrou difícil tratar as questões de maneira estanque, visto que as mesmas foram marcadas pela recursividade e interpenetração, se emaranhando por vários momentos da entrevista às demais perguntas. Por isso foi feita a opção por não remeter as falas dos jovens às perguntas especificadas na guia de entrevista, assim foi analisado o conjunto dos dados em sua trama contextual.

5.1 O significado do lazer

O lazer, pelo que foi obtido, especialmente na primeira questão - construída como **O que você entende por lazer?** - esteve relacionado à capacidade de dispor do tempo como quiser. Envolveu momentos que possibilitavam, em certa medida, a fruição pela possibilidade da escolha de atividades, mesmo que nestas escolhas existisse certa tensão e mecanismos psicossociológicos de coerção. Foi realizado o esforço de entender o lazer a partir da ótica dos jovens, com os mesmos reportando variadas compreensões pessoais.

Percebemos ainda que o lazer remeteu a possibilidade de encontro, mas também de ficar a sós, descansando ou sem atividades. Surgiu de forma recorrente o uso das palavras diversão, distrair e formas de apropriação através do uso de pronomes pessoais. Aparece nitidamente que o lazer possui múltiplas compreensões e é usufruído subjetivamente, seja de maneira solitária ou em grupos.

Em Japiassú e Marcondes (2011, p. 252) significado possui, entre outras formas de compreensão, como a utilizado pelo estruturalismo, uma que tange aos objetivos propostos:

Outro aspecto da compreensão do significado diz respeito aos tipos de uso que uma expressão pode ter em contextos diferentes, e para objetivos diferentes, o que determina uma diferença de significado. A concepção de que ‘o significado é o uso’ é desenvolvida sobretudo a partir das teses de Wittgenstein. Autores como Quine indicam ainda a importância da consideração do significado [...] levando-se em conta a totalidade da linguagem, isto é, a rede de relações de significação na qual essa sentença ou expressão se inclui, seus pressupostos, suas implicações etc.

Para Geertz (p. 66-68) o significado traduz o *ethos* de um povo e sua visão de mundo, constituindo padrões culturais em sistemas complexos de símbolos, desta forma as considerações sobre o lazer representam aspectos da cultura juvenil e demonstram a compreensão de sociedade na qual estão inseridos.

O lazer, como termo, apresentou cinco ocorrências textuais junto aos excertos dessa categoria, demonstrou ter um caráter de fenômeno compreensivo e contextual (GOMES, 2008; MELO, 2010; PIMENTEL, 2010), conforme as respostas obtidas. Não é encontrada nenhuma conceituação definitiva e definida para o termo, mas significados atribuídos à sua ocorrência, fato mostrado pelos seguintes jovens:

J1: “lazer...oh! um tipo de diversão, tempo livre, entretenimento mesmo. Você pode distrair a mente.”; “Mas já sabia o significado. Só não o exato, exato da palavra. Mas eu sabia sim o significado”.

J1 relata que sabe o significado, porém não de maneira exata, oferecendo indícios de como esta vivência é constituinte da sua vida, porém sem saber a sua exatidão.

J2: “lazer pra mim não é só diversão. Lazer é um momento de você esfriar a cabeça, pensar, colocar as coisas nos lugares, fugir um pouco desse cotidiano”; “Mas, tipo assim, distrair, é pra distrair. Não é só divertir, jogar bola, brincar com os colegas, é mais um momento seu ali pra você esfriar a cabeça, pra você pensar, eu creio que lazer pra mim é isto. E, também tem

seus momentos de se distrair, divertir sim”; “Tem sim esses momentos, mas pra mim mais, eu gosto mais de me isolar, ficar quieto pensando nos meus atos, entendeu? Pra mim lazer é mais isto.”;

J3: “Pra mim tem várias partes: família, trabalho, aqui as pessoas que eu convivo, é ... só isso. Pra mim é família e trabalho, e os estudos também, os amigos”; “eu tenho que sentar pra me organizar, vê o que eu vou fazer”.

Por todos os relatos se vê a falta de uma demarcação exata do lazer junto às demais instâncias, com sua compreensão vista como um jogo entre ter seu espaço e poder conviver com demais pessoas:

J4: “lazer eu entendo que é ...é a área que ...onde tipo assim, questão de diversão, aquela hora que você tá fora do trabalho, em casa, cê assim têm tranquilidade de sair, se divertir, sair com colegas, namorar. Que eu entendo por lazer é isso”;

J5: “tempo que a gente tem para se divertir”; “procurar fazer uma coisa mais animada, ter seu tempo também”.

Com a análise das respostas é esboçada, também, a relação com a possibilidade de liberdade, tanto para se fazer algo, quanto para não o fazer, caracterizando que implica em escolhas entre várias opções.

J6: “Ah! Lazer para mim é, ali você ter como é que eu posso falar? Cê ter ali ah; a liberdade de poder fazer suas coisas, não ficar muito presa apenas no ambiente de trabalho, é você poder sair, é você poder... é ...se divertir”; “encontrar com os amigos”.

O lazer também se divide em formas diferentes de vivências, junto à família, ou junto a amigos, com pouca relação ao contato entre ambos. A luz das considerações de Dayrell (2005) e Magnani (2007) ocorre o contato com realidades distintas às domésticas o que permite que aflorem outras formas de identificação e conduta diferentes das que se dão no meio das famílias, nas quais os jovens se constituem como filhos, menores e dependentes, levando a confirmação que o lazer pode atuar como mecanismo que favorece as múltiplas possibilidades de constituições identitárias e, por extensão, de auto-representações que tangem aos jovens:

J1: “com a família é mais em casa. Com os amigos é mais fora de casa”;

J5: “relacionar com as pessoas, com os jovens da nossa idade”.

É crível apontar que existe um *ethos* jovem, com a busca, em todas as entrevistas, de contato com pessoas que partilhem essa característica. Há, evidentemente, o lugar da família, como exposto por J1 e J2, porém o lazer com a família foi colocado como à parte dos

outros e com uma ênfase menor. Pode ser deduzido, dessa maneira, que o lazer se coaduna com aspectos da juventude.

Encontramos em Marques (2005, s.d.), quando trata especificamente de processos de exclusão, amplas discussões sobre as problemáticas que permeiam a relação entre as identidades e práticas domésticas e na esfera pública, demonstrando como os comportamentos e atos nem sempre aparecem como um contínuo linear e congruente, onde os jovens que por vezes são considerados rebeldes, difíceis ou ainda delinquentes no espaço público podem ser extremamente dóceis e de fácil convívio em seu meio familiar, mesmo que não constitua uma família idealizada por pai e mãe biológicos e filhos perfeitamente ajustados ao ideário da conformidade. Dayrell (2005) também aponta este fator, que ilustra como as formas de relações sociais podem assumir várias configurações, como expões J3: “várias partes: família, trabalho”.

A partir de Ariès (1981), Del Priori (2000) e Ribeiro (2000) surge que considerar a rua enquanto espaço público e a casa enquanto privado, especialmente em Ariès, constitui uma experiência recente, pois na Europa, até o renascimento, não ocorria tal distinção. Este fato é tratado por Del Priore, no Brasil moderno, através do exemplo dos cortiços, marcadamente no início do século XX, ocupados por imigrantes e pobres de várias origens. Em Castro (2001) vemos que na contemporaneidade não é possível tal distinção esquemática, devido ao convívio de várias gerações, à precariedade de certos espaços públicos e as questões relativas às formas de habitação. Dessa maneira a distinção entre o público e o privado, ou entre a casa e a rua, tem de ser relativizada segundo as formas de convívio e o espaço geográfico. Não foram investigadas as diversas configurações familiares dos jovens, mas pela análise das publicações sobre a juventude, ao menos das classes populares, as famílias, dos dias atuais se organizam em formas de arranjo nem sempre marcadas pela consanguinidade e por instrumentos legais como as uniões oficiais.

Este fato surgiu nos momentos próximos às entrevistas, a partir do relato de quatro entrevistados que moram com sobrinhos, tios, avós e demais parentes. Entre os voluntários contatados uma não participou por alegar estar cuidando do filho, com cerca de seis meses, em processo de amamentação.

Nesta compreensão discorrermos sobre lazer, juventude e sociedade envolve compreensões mais interpretativas que normativas, com a abertura a incoerências, ambiguidades e certa flexibilidade que destoam das regras impostas pelo viés positivista. Este viés, em si, já suscita críticas como as que Aberastury e Knobel (1981), em uma visão elaborada pelo marco da psicanálise, tecem ao fato de encarar os jovens como entidades

idealizadas de maneira cristalizada, com identidades fixas, sem alteração nas formas de conduta em diferentes meios, que constitui um aspecto de quadros psicopatológicos.

Essa compreensão leva a resgatar que Dumazedier (1976) e Marcellino (1995, 2008) consideram que a rua e demais espaços, quando passam por um processo de apropriação, independentemente de estarem próximas ou distantes das habitações, as mesmas podem se tornar *locus* de lazer.

É significativa a característica dos meios menos favorecidos economicamente, aonde a falta de recursos e equipamentos urbanos considerados ideais pela organização urbana e estética das cidades, gera relações com o espaço e com as demais pessoas marcadas pela proximidade e pela interligação entre os membros destas comunidades. Essa observação é pontuada por Cassab (in CASTRO, 2001), Cunha *et al* (2008) e Noronha (2009) que elaboram uma visão contemporânea desse meio, marcado pela ocupação não planejada e tampouco oficializada pelo poder público.

De alguma maneira o lazer confirma-se como opção pessoal entre ter atividades e poder, ainda assim, não executa-las. A delimitação proposta por Dumazedier (1973, 1976) de lazers ativos ou passivos não é capaz de se confirmar, pois a fruição do tempo livre pode aparentar passividade, mas ser em si extremamente ativa em seu componente lúdico e significar, também, a necessidade de descanso e recobrimento biopsíquicos, conforme apontamentos de Munné (1980) e Dejours (1992), como nos aponta J2:

“Lazer é um momento de você esfriar a cabeça, pensar, colocar as coisas nos lugares, fugir um pouco [...]”; “[...] me isolar, ficar quieto pensando nos meus atos”.

Essa referência ao componente lúdico do lazer, marcado pelo autocentramento e algum grau de alienação da realidade, ocorre em vários discursos: (J4) “aquela hora que você tá fora do trabalho, em casa, cê tem tranquilidade”.

Como o lúdico constitui uma experiência de caráter inefável, de cunho extremamente subjetivo e particular, possivelmente guarda relações com a capacidade de recobrimento subjetivo e biopsíquico, como apontado por Dejours (1992) ao utilizar compreensões como devaneios, e é marcado, conforme Huizinga (1980) e Callois (1990) pela onipotência e ao mesmo tempo fragilidade da sua vivência.

A significação, em seu cunho pessoal, é percebida pelo recorrente uso de pronomes e termos pessoais:

J1: “já sabia o significado”;

J2 e J6: “lazer pra mim”;

J2 e J3: “já pra mim”; “hora para você”.

Além do significado pessoal ocorre a apropriação deste espaço e tempo por J4 “eu entendo que é” e J5: “um momento que é só da gente, e ninguém tira”.

Mostra-se então que o lazer é vivido de maneira individual, compatível com as observações propostas por Grazia (1966) e Gomes (2008, 2004), se tornando difícil atribuir-lhe a capacidade de planificação completa e talvez da generalização em seu planejamento.

O planejamento da recreação pode ser possível ao se ofertar equipamentos e atividades, mas a vivência dessa sociabilidade (ARIÈS, 1981; MAGNANI, 2007) é subjetiva. Seguindo o pensamento de Matta (1997) e Dayrell (2005), se configura o quadro em que os momentos de lazer permitem, em um processo ativo por parte do sujeito, que se aflore a individualidade, onde este possui direito a escolhas, amizades que se baseiam na escolha pelos relacionamentos, e não em obrigações oriundas do campo social, e é possível o exercício da liberdade. Por esses motivos vemos que o lazer pode, ser exercido no trabalho, com o sujeito se constituindo em uma unicidade (FRIEDMANN, 1983), como aponta J6:

“igual no serviço de vez em quando a gente tem um pouco de lazer”.

Um dos motivos do trabalho, além de suprir as necessidades básicas, é obter meios para fruir os fins de semana e descansos (BRUHNS, 2005), com a contradição⁵¹ do trabalho ser visto como necessário para legitimar a demarcação do lazer frente ao ócio e a ociosidade, criando espaço para o que se constitui no senso comum como descanso.

O lazer encontra-se associado com termos como divertir e diversão, tanto no sentido do verbo quanto substantivado:

J1: “divertir mesmo”;

J4: “questão de diversão”.

O lazer, associado à diversão, como o “tempo que a gente tem pra se divertir” (J5) leva a percepção condizente com Melo (2011, in Isayama, Silva, p. 65-80) que aponta relação entre essa ocorrência e as relações estabelecidas com “tudo que ocorre ao redor”

⁵¹ Segundo Chauí (2008) a contradição difere de oposição, pois ela existe na relação entre ao menos dois elementos que permitem a negação interna, onde, por exemplo (p. 40) A também não é A. Ela traz a tona a lógica dialética de Hegel, marcada pela demonstração da relação entre senhor e escravo, na qual ambos só existem na situação de relação interdependente. A contradição implica em negar e ao mesmo tempo afirmar (JAPIASSU, MARCONDES, 2011, p. 56), em um movimento de tese, antítese e síntese, característicos de um pensamento idealista, combatido por Marx (CHAUI, 2008; JAPIASSU, MARCONDES, 2011) que opõe ao pensamento dialético o seu materialismo histórico.

(MELO, p.76, obra citada), por isso estudar as formas de diversão, que remetem inerentemente às atividades na esfera pública, implica em estudar a cultura e a sociedade em seu viés menos normativo, mais informal, sem uma elaboração mais profunda como simplesmente “você poder... é... se divertir” (J6). Isto o torna, coerentemente, transgressor às normas que governam as pessoas no sentido atribuído por Matta (1997) às preocupações utilitaristas ou compensatórias (MARCELLINO, 1995) que caracterizam a sociedade.

A pesquisa da diversão, como mostra Rosa (in GOMES, 2004, p. 64-69), é extremamente desvalorizada por estar associada ao ócio e inutilidade. Este ato é marcado pela abordagem indireta nos estudos do lazer, pela via da demanda pela recuperação do esforço despendido no trabalho, em uma visão utilitarista que pode também ser encontrada em Magnani (1997). A diversão, segundo essa autora (obra citada) é um aspecto que em sua irracionalidade, se opõe a institucionalização e racionalidade do lazer, mostrando ainda que em sua etimologia, de origem latina, consiste em “divergir, afastar-se, ser diferente”, com a passagem do “útil para o inútil” (p. 67). Por extensão lazer significa ter outra visão, usufruir sem maior compromisso, e os jovens não reportaram a diversão como compensação ao trabalho ou escola, mas usaram em seu sentido original, como J1 e J4. Os jovens sentem essa dificuldade de falar da diversão em vários momentos (J2): “lazer pra mim não é só diversão”, “Mas, tipo assim, distrair, é pra distrair. Não é só divertir”.

Afora a questão da diversão o lazer foi tratado, como pleno de significados, referidos às atividades, especialmente em J5 que utiliza o termo “lazers” em resposta à primeira questão, que por sua vez é o mesmo termo utilizado por Friedmann (1983).

Possivelmente uma das interpretações para o lazer, considerando especialmente os estudos de Ariès (1981), Magnani (2007) e Melo (2010), passando pela antropologia da aprendizagem de Ingold (2003 a,b) é que o lazer, como aspecto da cultura (GOMES, 2004, 2008) refere-se, além do componente lúdico, com a possibilidade de criação de sociabilidades, como em J3 “aqui as pessoas que eu convivo” e J4 “sair com os colegas, namorar”.

Sociabilidade é compreendida em Ariès como a propensão ao encontro e a diferença, ótica partilhada por Magnani sobre este fenômeno. Esta propensão constitui, em Japiassú e Marcondes (2011, p.256), ao “caráter próprio do homem de viver naturalmente em sociedade”, advindo da raiz latina *socialis* significando feito para a sociedade. Este aspecto é relatado pelos jovens do seguinte modo:

J5: “assim, relacionar com as pessoas”;

J6: “encontrar com os amigos”.

Essa predisposição ao convívio pode ser encontrada, também em Medeiros (1975), por isso cabe pensar, ainda que de maneira inconclusiva, se Rojeck (in FORTINI *et al*, 2011) trata, em relação às formas obscuras de lazer, como a violência, se este seria um aspecto deste ou formas de satisfação marcadas pelo sadismo e anulação das diferenças, aonde o outro torna-se somente objeto de usufruto, em uma relação de poder assimétrica e hedonista, característica que nitidamente destoa de “encontrar com os amigos” (J6).

O risco apontado por Geertz (2001) quanto ao relativismo cultural, se aplica a essa compreensão do lazer, pois seríamos levados a tentar entender o uso de entorpecentes, o consumo desenfreado, brigas de torcidas organizadas e demais aspectos das práticas sociais como formas de lazer de maneira igualmente acrítica, desprezando os múltiplos espectros interpretativos que permeiam as diversas formas de convívio e relações, legitimando o *status quo* sem ações críticas, que são, conseqüentemente, transformadoras da realidade conforme Gomes e Elizalde (2012) ao analisar as produções sobre conhecimento em lazer.

O tempo disponível, nessa linha de pensamento, pode ser usado para o lazer ou para outras atividades como o citado uso de entorpecentes, que pode ter aspectos do lazer, mas também é marcado, no aspecto psicopatológico, pela compulsão, perda de controle e alheamento à realidade, levando a perda da capacidade de discernimento e se distinguindo do uso recreativo de drogas ilícitas e lícitas.

Emerge de fato a possibilidade de convivência em grupos livremente escolhidos e constituídos de maneiras diversas, demarcando o espaço dentro e fora de casa. Qualquer espaço pode se constituir como local de lazer, com a ressalva que nem sempre o local de trabalho é propício, como mostra J6 “igual no serviço de vez enquanto a gente tem um pouco de lazer”.

Portanto, o que os jovens compreendem sobre lazer abarca amplas formas de entendimento, marcadas pela contextualização, pela delimitação de locais e espaços, como fala J3: “É o que, aqui na escola?” e “Pra mim tem várias partes: família, trabalho, aqui as pessoas que eu convivo”, com a possibilidade de diversão e quebra da rotina, e também pela opção de descanso.

Confirmam-se as assertivas de Gomes (2004) e Pimentel (2010), marcando ainda certas ponderações de Friedmann (1983) quanto a unicidade do sujeito, que mesmo transitando por diversos meios mantém certo grau de coerência. A coerência subjetiva implica em flexibilidade, por isso atitudes díspares podem se constituir como indicadores de uma pessoa que se adapta às diversas situações e meios, justificando ver o lazer sob múltiplos

aspectos, tanto de ações em direção à convivência e deleite, quanto à se isolar, onde J2 situa que “gosto mais de me isolar”.

Para orientar a existência são necessários alguns arcabouços históricos, pois segundo Geertz (2008) sem suas memórias e experiências o ser humano se encontra perdido, porém as mesmas não cabem como gabaritos fixos e estáticos, sobre as formas de existência, em todos os locais e contextos. Essa visão é em parte a confirmação de premissas fenomenológicas e existencialistas, que não descartando os contextos sociais implicam na responsabilização do sujeito pela sua vida, abrangendo também na participação sobre os rumos sociais e na construção de uma historicidade pessoal em relação com a social. Esse fato ocorre em relatos como (J2): “eu não tô fazendo tanto que nem antes d’eu começar a trabalhar”, assim como em (J5) “é a opção que eu fiz, não é que a mãe obrigou, meu pai impôs isso pra mim, eu quis trabalhar, pra mim ter minha independência”, e (J6) “eu sempre fui de correr atrás das coisas que eu queria”.

Durante as entrevistas foi mostrada certa surpresa quanto a pergunta relacionada ao lazer, o que possibilita a interpretação que o fenômeno do lazer é algo que poucas vezes, ou talvez nunca, foi pensado de forma crítica e reflexiva, como as instâncias da educação e o do trabalho, como J6 que disse, ao ser perguntada se gostaria de acrescentar alguma informação: “[...]porque to meio sem ideia do que acrescentar.” e “é sim, é uma coisa nova sim[...]”. Cabe ser regatada, nessa análise, a resposta de J1 sobre se já havia pensado no assunto “ah, não nesse sentido assim. Mas já sabia o significado”. As instâncias de educação e trabalho são nitidamente ligados a controles externos e instituições tangíveis, impostos como obrigações, por sua vez o lazer surpreende por se ligar a formas autodeterminadas e satisfatórias de fruição, mesmo que não se reportem ao prazer em seu aspecto sensorial.

Pode-se afirmar que o lazer nunca foi algo pensado pelos jovens, talvez se remetendo de modo acrítico somente ao tempo liberado e disponível para as atividades que desejam realizar fora das esferas de vigilância do trabalho e da escolarização.

Ao avaliar as entrevistas a única vez que surge o termo adolescência ocorre com J5 “você perde boa parte da sua adolescência”, nenhum dos outros jovens apontou o termo. Podo ser interpretado que eles não se veem sob esta categoria, percebendo-se então como jovens, o que leva a pensar a situação de distância entre a visão desenvolvimentista dos discursos médicos e jurídicos, que delimitam a adolescência a marcos etários, em face à prática social dos mesmos. Pode ter ocorrido um mecanismo de indução a partir da proposta de pesquisar *os jovens*, mas na elaboração das questões da guia de entrevista o termo não foi utilizado em nenhuma pergunta.

O lazer, sob a ótica dos jovens, assim, não é passível de ser conceituado de forma categorial e impositiva, pois assume vários significados em diferentes contextos, se tornando um contra senso analisar esse fenômeno sem considerar as peculiaridades da população estudada em sua cultura situada em um tempo e espaço sociais.

5.2 Sobre as atividades de lazer

A segunda questão, proposta sob a forma: **Quais atividades você têm de lazer?** foi construída buscando demarcar o que seriam as atividades de lazer em distinção as demais. Porém foi constatado, principalmente através da entrevista, mas com grande influência da elaboração teórica, que quaisquer locais, espaços e atividades podem se constituir como formas de experiência do lazer. Essa se encadeou, no momento interpretativo, com a terceira questão construída através da pergunta **O que você faz fora da escola e do trabalho?**

J1: “ler, ver televisão, redes sociais, ir ao cinema, shows”; “jogos [...] eletrônicos, tabuleiro, baralho”; “eu vou no cinema, eu jogo com a família, é festinha. Mais isso mesmo, conversa, brincadeira. “fico mais junto com as pessoas”; “ Com a família é mais em casa. Com os amigos é mais fora de casa. Aí quando eu junto com os amigos e a gente sai, vai para a casa de um, vai no cinema, leva o jogo, vê um filme”; Geralmente é mais ali no centro, que eu vou muito ao Shopping Cidade [...] a gente marca, encontra lá todo mundo, a gente pega o mesmo ônibus e tudo”.

Se em um primeiro momento foi buscada a demarcação de atividades de lazer e de não lazer, no momento da construção da interpretação as mesmas se entrelaçam. Deve ser considerada que a distinção casa e espaço público, trabalho e lazer, escola e demais atividades, assumem conotações extremamente singulares conforme as pessoas, prevalecendo maneiras particulares de viver as atividades em seus diferentes locais e *ethos*.

J2: “[...] eu tenho uma banda, tem ensaio de banda, tenho que tocar na igreja também”; de vez em quando jogo uma bola com os amigos no final de semana e visito os meus avós que moram longe, muito difícil sair, entendeu? Mais em casa mesmo, rotina em casa, trabalho, trabalho, igreja, casa, escola”;

J6: “eu não tenho assim aquele lazer pelo fato de trabalhar e estudar né!?”; “eu mexo no Facebook, Orkut”; “Porque dia de final de semana a gente quer descansar, a gente não vai se preocupar muito em sair, esses negócios, a gente quer ficar mais em casa quieto.”; “vou na igreja, assim, às vezes eu

saio com meus amigos, fora daqui, saio com meus amigos, é... eu tenho ministério, esses negócios, as vezes eu vou ensaiar. Eu era do ministério de teatro, fazia teatro... é... que mais? Que eu... como que eu posso falar? Às vezes a gente marca de ir numa pizzaria”.

As atividades relatadas envolvem a participação em atividades religiosas, atos de consumo, partilhar a vida com a família e atividades no meio desta, fato compatível com esta etapa da vida.

J3: “assim, mais ou menos, prá... sei lá, sair com as amigas, final de semana. E, vou ao cinema, mas, nem sempre, é muita tarefa, é muita coisa.”; “eu tenho várias coisas prá fazer e ao mesmo tempo que eu to ali batendo papo, conversando, eu to com alguma coisa prá fazer”.

Chama atenção a frequência de atitudes como conversar, que ocorre tanto explicitamente, (J3) “eu to ali batendo papo, conversando”; quanto implicitamente (J4) “jogar uma bola”; “atividade como a de futebol. eu jogo assim, na rua”, (J5) “sexta feira a gente reuni com os amigos de noite, bate uma resenha, conversa, marca um jogo”. Debortoli (p. 145, *apud*, GOMES, 2004) relaciona o jogo em seu aspecto lúdico, como uma forma de comunicação, onde o jogo surge como uma das várias formas de linguagem, nem sempre marcadas pela lógica racional.

O uso de redes sociais também se constitui em novas formas de convivência e exercício da conversa: (J1) “redes sociais”; (J6) “acesso assim as redes sociais”.

A relação com a igreja surge em metade das entrevistas, “ia pra igreja” (J5), “tem igreja final de semana, tem... eu tenho uma banda, tem ensaio” (J2)⁵², mas não se dá com espectro devocional, mas como local de convívio e protagonismo como: “eu vou na igreja, saio com meus amigos, tenho ministério” e “vou ensaiar. Eu era do ministério de teatro, fazia teatro” (J6). Em De Grazia (1966) e Àries (1981) é feita a interpretação que a igreja católica, anteriormente, era a instituição que permitia as folgas e festas, demarcando os feriados e dias em que era vedado o trabalho. Atualmente é constatável que a igreja continua a ser um local de lazer, talvez a par do seu lugar de rito. Os jovens eram de tendências evangélicas e católicas, não relatando outros tipos de orientações religiosas.

É possível perceber, como citado anteriormente, que qualquer local, a princípio, pode ser transformado em equipamento e instrumento de lazer, como bem marcado por J5 que cita o uso da escola para jogar futebol.

Ocorre a prevalência de citar atividades como jogar futebol, na rua, por três em quatro jovens, essa tendência foi observada por Andrade e Marcellino (2011) e reforça a

⁵² Este jovem faz parte de uma banda de rock que toca na igreja que ele frequenta.

interpretação de Marques (s.d.) sobre a rua como local do *ethos* viril. O esporte associa-se, desta maneira e especificamente através do futebol, como uma atividade masculina. Conforme a pesquisa de Debortoli (2008, org.), comparando locais de moradia de baixa e alta renda na região metropolitana de Belo Horizonte, nas mais favorecidas economicamente não há o uso da rua como campo de jogos como o futebol como os jovens investigados a usam.

Relativo ao jogo, além das caracterizações de Huizinga (1980) e Callois (1990) focadas nos aspectos lúdicos, Munné (1989) aponta a questão do esporte como lazer a partir da sua vivência descompromissada com a procura de performances extremas e em seu aspecto de fruição e possibilidade de diversão.

Aflora a necessidade do descanso, função apontada por autores clássicos como Grazia (1966), modernos como Dumazedier (1973, 1976) e em seu caráter crítico como Munné (1980) e Gomes (2004, 2008 a):

J2: “penso que vou descansar, mas, nunca descanso, é sempre corrido também”; “momento de você esfriar a cabeça, pensar, colocar as coisas nos lugares”;

J6: “descansar”; “não vai preocupar muito em sair”; “ficar em casa”; “quieto”.

Apenas um jovem reportou ao tipo de lazer que Grazia (1966) mostra ser herdeiro da cultura grega, constituindo o lazer enquanto saída da cidade. Este autor se refere ao fato dos cidadãos gregos buscarem ter estâncias no campo para a vivência contemplativa e o afastamento do cotidiano atribulado da cidade. Em Corbain (2001), discorrendo sobre o tempo livre, é encontrada a mesma premissa, da mesma forma que em Ariès (1981), inclusive, tanto na Grécia antiga, quanto na Europa pós Revolução Industrial, recomendações médicas de afastamentos temporários das cidades; “fugir um pouco desse cotidiano, assim, bem urbano” (J2) explicita bem essa sua forma de lazer, devendo ser apontado que o mesmo possui parentes que moram na *roça*.

As atividades de lazer, desta forma, são bem variadas, mesmo que ocorram similaridades, se coadunam com disposições pessoais e recursos socioeconômicos, com a preponderante característica de servir como forma de encontro, em diversos lugares muitas vezes não planejados para estes fins, até mesmo como a rua, normalmente considerada o lugar de risco e de trânsito, como mostram as pesquisas de Marques (2005).

O surgimento de shoppings como espaços de lazer e o viés de consumo das diversões, envolvendo gastar dinheiro, surge em vários pontos, mesmo que sem maiores

preocupações com as consequências financeiras e sociais desta conduta, fato descrito por Fortini *et al* (2011) e Gomes (2004, 2008). O consumismo pode ser definido, segundo Japiassú e Marcondes (2011, p. 55) por:

Consumismo (do lat. *consummatio, consummare*: adicionar, somar) Estilo de vida e comportamento típico da chamada “sociedade de consumo” industrial-capitalista mediante o qual os indivíduos, além de serem pressionados a consumir os produtos ou pseudobens anunciados pela publicidade, são permanentemente encorajados, por sofisticadas técnicas psicológicas de marketing, a consumir bens supérfluos com o objetivo de aumentar os lucros do sistema capitalista e contribuir, assim, para sua reprodução.

Tais autores associam o mesmo ao hedonismo (obra citada, p. 127) onde: “[...] o hedonismo pode ser entendido como um pensamento egocêntrico e egoísta, preocupado apenas com os prazeres. O fenômeno atual do consumismo, frequentemente acompanhado de uma certa preguiça intelectual e moral ilustra esse modo de pensar”. Então pode-se afirmar que a associação entre consumo e prazer é clara. Como consequência, no senso comum, ocorre a ligação de prazer com o lazer. O prazer, como parte de várias facetas da vida e da cultura, remete a aspectos de cunhos sensoriais, estéticos e sociais, com sua análise podendo compor o lazer, mas ultrapassando o espectro da pesquisa, tornando necessários outros estudos para sua análise e para compreender essas relações.

O consumo aparece de forma explícita para dois jovens:

J5: “que eu quero o que eu tenho condições de comprar eu compro”; “ficar comprando algumas coisas pra mim, se eu quiser um tênis eu compro, se precisar de uma blusa eu compro, diariamente o que eu tiver precisando eu compro.”;

J6: “quando eu queria comprar algo que eu achei interessante, eu ia lá e comprava para mim”.

Os shoppings, se constituindo locais de lazer, são citados por três jovens, “eu vou muito ao Shopping Cidade” (J1), “vou em shoppings, em clubes” (J4) e “eu costumo ir mais aqui no Del Rey mesmo”, “lá no Minas Shopping” (J5). A ida a esses locais implica em atividades como cinema, que aparece com bastante frequência, envolvendo atividades culturais em certa medida massificadas e ditadas pela indústria cultural. Entretanto a massificação, sob o aspecto crítico apontado por Gomes (2008, 2011), não se dá somente pela da colonização cultural de maneira passiva, mas envolve a alteração dos conteúdos e apropriação contextualizada dos mesmos, fato também apontado por Dayrell (2005) onde o

rap e o *funk* não são simples reproduções das suas origens estadunidenses, mas formas de expor e criticar as realidades locais.

Mesmo com críticas a obra de Drucker (1999) e sua posição em defesa do liberalismo econômico sob a roupagem neoliberal, é interessante sua observação que o mundo contemporâneo é dominado pelas organizações capitalistas, onde os shoppings, como produto das mesmas, se tornam local de circulação no lugar de ruas, praças e demais espaços públicos.

A subversão dos elementos da *mass media* leva a recodificação de sua forma e conteúdo, consequentemente criando novas formas de analisar e interpretar o cotidiano. Especialmente em Geertz (2001)⁵³, surge que a cultura não é estática ou autônoma, sendo construída nas relações entre as diversas formas de sociedades, que implicam na possibilidade de reconhecendo a alteridade constituir a própria identidade comunitária e individual.

Analisando os shoppings como locais construídos para o consumo, surge que nos mesmos não são adquiridos os bens. Eles constituem locais de trânsito, aonde se vai ao cinema e é feito o encontro com colegas, não consistindo no acesso, ao menos prioritariamente, aos produtos ofertados. Essa observação foi realizada anteriormente por Andrade e Marcellino (2011) ao analisar o lazer dos jovens das áreas periféricas de São Paulo, onde citando Bousquat e Cohn (p.11) apontam:

O percentual de jovens que mencionou o shopping como espaço preferido de lazer pode indicar que esse popularizou-se por não estar, de fato, vinculado necessariamente com o consumo, mas por apresentar-se como possibilidade, mesmo para os mais excluídos, de simplesmente praticar o lazer, saindo com amigos, olhando vitrines ou paquerando, entre outras coisas.

Esse fato é percebido nos excertos a seguir que distinguem o cinema dos shoppings em que os mesmos se encontram:

J1: “ir ao cinema”;

J2: “ir no cinema com os amigos, no shopping”;

J3: “E, vou ao cinema”;

J5: “role com meus amigos no shopping, vou no cinema”.

O local aonde o lazer ocorre normalmente é restrito à área da cidade onde moram com o uso de equipamentos e instalações da zona norte de Belo Horizonte. Em um caso (J1),

⁵³ Fato que Geertz demonstra em vários momentos da sua obra, especialmente no terceiro capítulo, o *Anti anti-relativismo* (p. 47-67) e no décimo primeiro: *O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século* (p. 191-228), publicados em *Nova luz sobre a antropologia* (GEERTZ, 2001)

o acesso a equipamentos da região central, sendo citado o Shopping Cidade⁵⁴, construído para fins de consumo, mas consistindo de fato em um local de encontro que permite o acesso a bens culturais, como o cinemas, mesmo que em seu cunho da mass media. Essa localização próxima a região de habitação é apontada por Dayrell (2005) e pode permitir, de acordo com Cassab (in CASTRO, 2001) a apropriação de espaços públicos. Um dos jovens, J5, extremamente ativo e crítico, ao relatar sobre um novo shopping da zona norte, junto a Avenida Vilarinho⁵⁵, nos mostra a depreciação com que os espaços são vistos, com a consideração que parte dos estudos de Dayrell se situaram no mesmo *lócus*:

O dia que dê você desce lá prá você vê, nossa ficou muito bonito. Nem inaugurou o cinema ainda, ele é grandaço o shopping. Ninguém achou que ia ficar daquele jeito não, *quando eles começaram a construir achei que ia ser maior desvalorizado, igual o Shopping Norte*, mas não, ficou de primeira.

Visto que o gastar dinheiro não se mostrou preponderante nos mesmos, como explicita J5, que circula em vários locais da grande Belo Horizonte e consome em uma loja de Contagem, município contíguo a capital, “Eu costumo mais no Del Rey⁵⁶, eu gosto também de ir lá em Contagem, tem umas roupas bacana, lá no Só Marcas na Cidade Industrial, perto da Praça da Cemig.”. O local onde compra seus bens é um centro comercial destinado a *pontas de estoque*, que tem por objetivo vender a preços mais baixos o que não foi consumido nas lojas.

O jovem J6, por sua vez, relata que compra na sua região ou na da Venda Nova, situada na fronteira entre Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, marcada por uma ampla e variada rede de comércio.

Extrapolando as relações sobre a cultura, Gomes (2008, 2011; GOMES, ELIZALDE, 2012) demonstra, a partir do pensamento de Boaventura, o quanto o sistema capitalista é versátil e adaptável, construindo mecanismos que permitem a desova dos seus produtos em excesso por qualquer meio, como o local citado pelo jovem, que foi construído para eliminar as mercadorias fora de linha ou com defeitos que impliquem em questionamentos sobre a qualidade e a estética destes bens.

⁵⁴ Shopping localizado na região central de Belo Horizonte, com a característica de possuir um trânsito intenso de pessoas, tornando-se um local de passagem que liga várias vias da região e possuir acesso relativamente fácil considerando que na região central da cidade confluem várias linhas de transporte coletivo.

⁵⁵ Avenida que dá acesso a zona norte de Belo Horizonte, sendo uma das vias para Ribeirão das Neves.

⁵⁶ Shopping localizado em Belo Horizonte, próximo a UFMG, de frente a uma das grandes favelas da cidade. A divisão espacial ocorre por uma avenida de grande circulação de veículos, próxima também ao Anel Rodoviário, parte da BR 262, que tomou o aspecto e uso funcional de avenida urbana.

Observa-se que os jovens trabalhadores possuem certa autonomia sobre as atividades que vão escolher, possivelmente devido a possuírem recursos econômicos em certo sentido estáveis e o status social de trabalhadores, o que implica na condição de ter tempos delimitados ao recobrimento e diversão, caracterização realizada por Corbin (2001) e demais autores que delimitam o advento do lazer à revolução industrial.

É possível ver, então, que o trabalho que gera a obtenção de um salário fixo, pré-determinado e pago em dia, fato especialmente descrito por J6 ao relatar como obtinha recursos financeiros antes do ingresso no trabalho, é de certa forma fator protetivo aos jovens sob a ótica das relações com outras formas de trabalho:

Um dia que trabalhava, ganhava assim, não ganhava o suficiente ainda, eu tinha que, pra mim conseguir, por exemplo, juntar uns cem reais por mês, tinha que trabalhar vários dias, porque se não eu não conseguia, aqui pelo menos num mês a gente trabalha e recebe um salário normal, não é aquela coisa, aquele tanto, mas para a gente que tá começando agora, assim, é melhor, eu acho muito bom. É claro que a gente sempre pensa no futuro, quer receber mais e tal, pra mim agora tá bom, mas, pra quando eu tiver mais velha eu... claro que a gente sempre pensa mais alto, receber mais. Eu, eu acho assim.

Por todas as entrevistas surge o trabalho como influenciando as demais esferas como a escolarização e a possibilidade de lazer. Em todas o trabalho também é percebido como algo obrigatório, pouco prazeroso e desvinculado de outras instâncias em seu conteúdo e importância despontando como uma tarefa alienada. O termo trabalho possui a raiz no latim *tripalium*, instrumento de tortura (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2011). Na sua herança grega, como aponta Grazia (1966), Munné (1980) e Gomes (2004, 2008), junto a Japiassú e Marcondes, o trabalho era uma forma de degradação, considerando que os cidadãos, parcela restrita da população, não trabalhavam em seu sentido de produzir bens tangíveis, e se consideravam sua forma de vida o modelo de perfeição. Os latinos, em oposição à contemplação grega, valorizavam a atividade, com o uso, segundo Japiassú e Marcondes (2011, p. 269) de duas expressões distintas: *otium* em relação a atividades de lazer e intelectuais e *negotium* com o sentido de trabalho e negócio.

J2: “antes d’eu começar a trabalhar, eu e meu pai saía muito, pescar, sítio, mais interior assim”.

Essas compreensões perduram em nossa matriz linguística, obviamente influenciando o nosso entendimento sobre as atividades que são executadas no campo social. Assim existem as atividades de lazer e desenvolvimento e as demais, ou negócios como

derivado do termo acima. Essa assertiva - “Aí, tipo assim, eu queria ter... é, diversão como lazer e quando tiver mais velho, na hora que olhar pra trás ver que eu não perdi a minha juventude só trabalhando e estudando. Acho que o jovem aprendiz precisa de um pouco de lazer também” (J4), vai ao encontro de compreensões como a de Dumazedier (1973, 1976) e Marcellino (1995, 2008) de que o lazer teria também a função de desenvolvimento, como estudar e participar de atividades formativas, mas é possível compreender que as mesmas, para serem fruídas, devem ter o caráter de escolha individual e livre, mesmo que árdua.

A opção, ou necessidade, de trabalhar aparece relacionada a sacrifícios e um processo de afastamento do meio juvenil:

J5: “Eu acho que a gente perde muito, a gente trabalha, é a opção que eu fiz, não é que a mãe obrigou, meu pai impôs isso pra mim, eu quis trabalhar, pra mim ter minha independência financeira”; “É porque, se for prá você reparar assim, nossa você perde boa parte da sua adolescência por causa do seu trabalho, que o trabalho toma conta da sua vida praticamente”; “e eu já não tenho esse tempo, o tempo que eu tenho é o final de semana, aí eu já, fico até embaçado”.

Especificamente, o jovem acima expressa que “só de você ficar uns dias de atestado você para e pensa, você vê seus amigos, aí você fica vendo os caras faz tudo, sô! Os cara tem dinheiro prá tudo, os cara até enjoa as vezes” e “aí eu já, fico até embaçado”; apesar deste consistir em apenas um relato, é razoável deduzir que o trabalho, aqui, não implica na necessidade de sobrevivência, o que leva a crer que pode estar ocorrendo uma melhora nos quadros de pobreza extrema. Dentre os jovens entrevistados pouco tinham colegas que trabalhavam de maneira institucionalizada, o que junto aos relatos que não foram os pais que os obrigaram a trabalhar, gera um quadro bastante complexo.

Delineia-se um quadro em que o *ethos* juvenil, imposto por mecanismos socioculturais aparece incorporado aos jovens, permitindo que sejam situados como pessoas na sociedade, que como indivíduos incorporam, vivenciam e sofrem com essa situação de deslocamento entre ter tarefas adultas e em certa medida serem privados da possibilidade de usufruto de alguma liberdade para transito entre esses papéis sociais. Através de Elias e Schröter (1994) assim como Goffman (1974) as idealizações sociais se tornam o perfil ideal de forma de vida, onde como aponta Dayrell (2005) e Ariès (1981), as crianças brincam, os jovens se formam e os adultos trabalham, como se cada etapa da vida fosse excluída da outra, de acordo, também, com as observações de Castro (2001).

J6: “ah eu vou te falar uma coisa, eu já tô até me acostumando com está vida, eu tava até falando com minha mãe, eu já tô tanto me acostumando

acho que... não sei que é mais viver sem trabalhar e estudar, porque eu tô acostumando já, quando não tem, não tem... é, o... o serviço, tem escola, aí eu já estranho ou quando eu chego do serviço, aí eu não tenho aula, eu já estranho. Eu tô até acostumando com está vida já, por isso, que já não estou achando mais estranho mais não”.

A experiência de viver entre o que é prescrito e o que é efetivamente propiciado pelas condições de vida é uma tarefa que cinde o sujeito coercitivamente, levando-nos a concordar com Matta (1997) que em relação aos jovens, tanto subjetivamente, quanto no campo social, essa divisão é ambígua e em alguns termos sofrida de maneira resignada ou revoltada, com o sujeito se responsabilizando, individualmente, pelo seu sofrimento e escolhas, que por vezes podem ser incorporados através relações socialmente estabelecidas.

Como Geertz (2008) observa que não há uma cabeça que pense dividida da vida como um conjunto, tornando o pensamento, em seus atos, algo público, que ocorre na esfera também pública, se mostra difícil não concordar com Elias e Schröter (2004), assim como Dejours (1992) e Friedmann (1983) que os consensos, como pontua Geertz (2001) são incorporados junto as demais maneiras de visão de mundo. Assim se o *ethos* juvenil consensualmente é da fruição e formação, sua experiência como negação destes implica em uma visão de mundo que tenta justificar o fato destes jovens trabalharem, executando tarefas adultas, nesta etapa da vida.

Esses entendimentos consensuais são justamente o que Geertz põe como foco, pois se orientam a existência também permitem modifica-la e questionar sua validade, permitindo a transformação social. Ressaltarmos estes fatores que tangem ao trabalho trazem claras implicações para o lazer a partir do momento que ele se referencia ao primeiro e traz em seu bojo o cotidiano do mesmo. O trabalho, obviamente, leva a aprendizagem não só instrumental, mas também social, como mostra Ingold (2001) onde, seguindo a compreensão de Lave e Wenger (1991) sobre a Participação Periférica Legitimada, o trabalho se constitui como aprendizagem a partir do momento que permite a incorporação em um determinado grupo através das práticas cotidianas no mesmo, com o início em tarefas pouco complexas, mas de suma importância quanto a execução das propostas, pois se as mesmas falham todo o processo é perdido.

Portanto as atividades dos jovens trabalhadores são diversas, mesmo que partilhem dos mesmos meios para circulação, cada um utiliza-o de forma diferente para cada finalidade. O ponto marcante é a característica da possibilidade de encontro e convivência, seja por meio da conversa, da diversão, do consumo e do jogo.

Este fato guarda relações com o lazer, pois o trabalho decente (COSTANZI, 2009) apregoado pela OIT e executado, ao menos em sua aparência mais explícita, pela instituição pesquisada, permite a criação de um local de trabalho em certa medida seguro quanto a violências físicas e situações degradantes. A prerrogativa do trabalho formal de delimitar tempos disponíveis nos fins de semana, férias e feriados constitui um ganho na humanização relativa ao trato com este público, mesmo que a preocupação com o trabalho se imponha como visto abaixo:

J5: “Eu trabalhei no McDonalds, eu tenho até mais uma certa experiência do que alguns outros da Cruz Vermelha, não tanto como já alguns que tem bastante tempo, mas, daqui do prédio eu tenho até uma certa experiência. Igual no McDonalds, eu sei que não tem nada a ver com isso, mas, que eu trabalhava lá, lá só tem uma folga na semana, aí minha folga era na quinta feira, o que que você vai fazer na quinta feira? Que role que você dá? Você não faz nada na quinta feira. Trabalhava sábado, trabalhava domingo, cê tinha um domingo no mês, sempre caía no domingo mais paí, domingo seu dinheiro já tinha ido embora a muito tempo, aí a gente ficava dentro de casa, fazia quase nada”.

Mas além da proteção aos jovens, constitutiva das políticas do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lista TIP, o trabalho se apresenta como mecanismo de controle, com suas tarefas adentrando junto ao tempo disponível dos jovens, fato marcado por J6 durante o contato da entrevista e por J3 nas gravações transcritas:

J3: “Aí, eu começo a estudar, aí eu já penso no amanhã, tenho edital pra fazer, no, que o concurso tá aí, tem dois concursos juntos, aí fica aquela coisa, sabe? Não tenho cabeça pra sair e não ficar pensando em estudos”.

Em Dejours (1992) tem-se a constatação que a rotina laboral cria uma instância interna de controle denominada condicionamento produtivo, que leva a ocorrências como levantar cedo, mesmo que sem necessidade, procurando manter fora do trabalho a rotina do mesmo.

O trabalho permite, ambigualmente, o acesso ao mundo adulto, mas também a bens que geram a possibilidade da vivência da juventude, como a compra de roupas e acessórios, saída com amigos e o trânsito por locais diversos, fato bem marcado por alguns jovens:

J6: “quando eu queria sair, eu não pedia dinheiro meu pai, eu pegava e saía, quando eu queria comprar algo que eu achei interessante, eu ia lá e comprava para mim, porque eu nunca fiquei assim, o pai me dá tanto que eu tô precisando, ô mãe, me dá tanto... eu nunca fiquei fazendo isso, desde onze anos de idade”;

J5: “pra mim ter minha independência financeira pra mim, igual, o que eu quero o que eu tenho condições de comprar eu compro, não precisa ficar pedindo meu pai, minha mãe, assim pra ficar comprando algumas coisas pra mim, se eu quiser um tênis eu compro, se precisar de uma blusa eu compro, diariamente o que eu tiver precisando eu compro, depois que eu comecei a trabalhar”.

As duas mulheres que participaram na pesquisa demonstraram a preocupação com o futuro como “então não tem tempo mais, tenho que me dedicar aos estudos e tanto é que tenho que fazer vestibular, o ENEM, e aí é só os estudos mesmo. Não tenho cabeça pra outra coisa” (J3) e “que nem eu pretendo fazer faculdade, então, sempre minha vida vai ter , é ... esse encontro de escola com serviço”, “não vou largar os estudos para trabalhar e também não vou largar o trabalho para estudar”. Somente um homem situou de maneira mais vaga que elas (J4) “questão de estudo, assim, não faço nada. [...] agora nesse semestre que vem eu vou dar início ao meu curso de inglês, né? Vai ser no sábado. De inglês e informática”, “alguns tá dando início... como é que chama? No ENEM”. Em nossa amostra os jovens do sexo masculino não reportam, exceto pelo jovem citado, maiores ambições escolares ou planos profissionais, caracterizando uma vida vivida no tempo presente.

Pudemos notar que estes jovens acima sentem a necessidade de certa abdicação do lazer para o alcance de determinados objetivos, em especial o de prestar o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. O homem que cita o estudo relaciona-o principalmente à aprendizagem instrumental por meio de computação e inglês, que ocorrem aos sábados, implicando num tipo de ocupação do tempo que estaria disponível.

Pensar que, com a finalidade de alcançar algum objetivo que demande esforço, implique na abdicação ou restrição do lazer, vai ao encontro da visão de Lobo (2006) que pondera a necessidade de manter um equilíbrio dinâmico entre o lazer e o trabalho, onde em certas etapas da vida faz-se imprescindível certo sacrifício do tempo disponível. Criticamente é compreensível esta necessidade, com a ressalva que para manter a integridade da pessoa este sacrifício requer planejamento e algum grau de clareza quanto aos objetivos, senão pode se tornar mais um mecanismo alienante, com perda do tempo disponível e do lazer sem uma realização compatível a idealizada.

A valorização do estudo de forma abstrata, com os entrevistados mostrando amplos leques de possíveis cursos universitários em muitas áreas diversas, com pouco planejamento concreto e delimitado de maneira objetiva. A característica da juventude de poder escolher entre várias possibilidades demonstra que existem, ao menos nessa etapa, múltiplas escolhas que permitem o trânsito em diversas formas de identificação.

J6: “sempre minha vida vai ter , é [...] esse encontro de escola com serviço. Sempre vai, os dois vai tá em pé de igualdade, porque eu preciso de trabalhar, mas também eu preciso de estudar . E eu vou lá, não vou largar os estudos para trabalhar e também não vou largar o trabalho para estudar, então os dois tem que andar juntos, então minha vida toda, eu imagino que minha vida toda vai ser isso, porque a cada dia vou tá aprendendo alguma coisa nova, então, não vai ser muito diferente para mim não, aí eu já vou acostumando também”; “É claro que a gente sempre pensa no futuro, quer receber mais e tal, pra mim agora tá bom, mas, pra quando eu tiver mais velha eu... claro que a gente sempre pensa mais alto, receber mais”.

As mulheres também foram as que remeteram a um valor qualitativo e subjetivo de estudar:

J3: “Ah, sem estudo a gente não é ninguém e eu sou mais de me dedicar aos estudos do que lá na frente eu ter que, sei lá, enfrentar alguma coisa.”;

J6: “sempre minha vida vai ter , é [...] esse encontro de escola com serviço. Sempre vai, os dois vai tá em pé de igualdade, porque eu preciso de trabalhar, mas também eu preciso de estudar.”; “É claro que a gente sempre pensa no futuro, quer receber mais e tal, pra mim agora tá bom, mas, pra quando eu tiver mais velha eu [...] claro que a gente sempre pensa mais alto, receber mais”.

Nas entrevistas realizadas é constatado o fato do maior peso do trabalho sobre o cotidiano do que o valor atribuído a educação. Não ocorre um planejamento de vida a médio e longo prazos, com a existência focada no tempo presente, mesmo com a noção do contrato de trabalho possuir um período determinado, sem garantias futuras ou possibilidades concretas de desenvolvimento na instituição. Para Dejours (1992) ocorre o processo de condicionamento produtivo, com o cotidiano externo ao ambiente de trabalho se tornando regulador das atividades e da conduta dos sujeitos, fato encontrado nos discursos como:

J1: “penso que vou descansar, mas, nunca descanso, é sempre corrido também”; “Chega em casa janta, toma banho, vai para a escola. Da escola volta e vai dormir. Acordo e vou para o trabalho”

J3: “é muita tarefa, é muita coisa. Aí, eu começo a estudar, aí eu já penso no amanhã, tenho edital pra fazer, no, que o concurso tá aí, tem dois concursos juntos, aí fica aquela coisa, sabe?”;

J5: “gente sai sábado e domingo levanta quebradão, aí trabalha morto na segunda e assim vai.”;

J6: “quero sair domingo a noite não pode, porque, aí na segunda feira você tem que está acordando cedo e pra tá vindo trabalhar” e “vai ter alguma coisa no meio da semana, cê não pode ir ou a noite, entendeu? Ah, vai acabar muito tarde, você tem que trabalhar no outro dia”.

O trabalho, em sua rotina e afazeres se imbrica, desta maneira, as tarefas cotidianas de forma pouco consciente, podendo caracterizar a ocupação de espaços e tempos que poderiam ser utilizados para atividades de lazer:

J2: “final de semana também tô estudando”.

Em J2 podemos perceber que uma das formas de lazer, o ensaio de sua banda de rock, pode se tornar um hábito e se incorporar a rotina sob a ótica de obrigação e produção, perdendo algumas características da vivência do lazer: “aí faço curso também, aí eu chego do curso, vou pro ensaio da banda, do ensaio da banda volto, vai pra igreja, volto pra casa, aí eu fico descansando pra sair com meu pai e minha mãe”; “domingo de novo a mesma coisa de manhã igreja, volto pra casa, almoço, vou pro ensaio da banda de novo”.

O tempo disponível se torna uma vivência com caráter de culpa ao quebrar a rotina produtiva e utilitarista:

J3: “Não tenho cabeça pra sair e não ficar pensando em estudos. Eu tenho que sentar me organizar, vê o quê que eu vou fazer, e é isso, eu só to tendo cabeça pra aqui e pro estudo”; “Eu me acho a toa. Assim, eu tenho várias coisas prá fazer e ao mesmo tempo que eu to ali batendo papo”.

Não é demarcado onde se situaria o lugar do lazer (J6) “não vou largar os estudos para trabalhar e também não vou largar o trabalho para estudar, então os dois tem que andar juntos” em meio a rotina corrida (J4): “costumo chegar em casa umas seis e meia, e volto umas dez, dez e meia pra casa, porque já vou direto pra escola, ou se não costumo, as vezes que é [...] na realidade, chego em casa tomo café, tomo um banho pra ir pra escola. Mais [...] é assim mesmo, saio do serviço, vou direto pra escola”.

Como não é delimitado o espaço do lazer junto aos jovens, o mesmo pode ser visto como depreciado ao lado das demais tarefas rotineiras que ocupam o cotidiano. A rotina implica em determinado grau de automatismo, característico de quadros de alienação (J5) “saíndo daqui eu já vou direto prá escola”; “eu já vou direto” “chego da escola”; “chego tarde, e é a conta de jantar, tomar um banho, dormir, pra acordar cedo no outro dia”.

Considerando que o espaço de lazer, enquanto fenômeno que permeia todas as etapas da vida, mesmo que em distintas formas e interesses (LOBO, NIEPOTH, 2005; MELO, 2010) é um constituinte do bem estar e integridade do sujeito, se percebe que ao não permitir essa ocorrência leva à quadros de perda de autonomia e da citada alienação, danosa não só em seu cunho pessoal, mas também enquanto mecanismo para a manutenção social.

O ideário social da contemporaneidade, criticado por Castro (2001) e Campos (2010), onde a infância e juventude são momentos de formação e brincadeiras, não é aplicável as classes menos favorecidas economicamente. Essa etapa para estes jovens é também de trabalho e procura por obter recursos financeiros, que auxiliam a família em sua subsistência direta e indiretamente, permitindo que possam comprar os bens que os responsáveis por vezes não podem oferecer.

A opção, ou necessidade, de trabalhar aparece relacionada a sacrifícios e um processo de afastamento do meio juvenil, como explicitado pelos seguintes jovens:

J2: “antes d’eu começar a trabalhar, eu e meu pai saía muito, pescar, sítio, mais interior assim”;

J4: “Aí, tipo assim, eu queria ter... é, diversão como lazer e quando tiver mais velho, na hora que olhar pra trás ver que eu não perdi a minha juventude só trabalhando e estudando. Acho que o jovem aprendiz precisa de um pouco de lazer também.”;

J5: “Eu acho que a gente perde muito, a gente trabalha, é a opção que eu fiz, não é que a mãe obrigou, meu pai impôs isso pra mim, eu quis trabalhar, pra mim ter minha independência financeira”; “É porque, se for prá você reparar assim, nossa você perde boa parte da sua adolescência por causa do seu trabalho, que o trabalho toma conta da sua vida praticamente”; “só de você ficar uns dias de atestado você para e pensa, você vê seus amigos, aí você fica vendo os caras faz tudo, sô! Os cara tem dinheiro prá tudo, os cara até enjoe as vezes, e eu já não tenho esse tempo, o tempo que eu tenho é o final de semana, aí eu já, fico até embaçado”.

Essas ocorrências demonstram a visão ideológica, apontada por Ariès (1981) e Dayrell (2005) em que aos jovens cabe se formar, com essa etapa da vida marcada por um projeto de futuro, como preparação à entrada na vida adulta. É vista a interpretação destes autores sobre a existência marcada pela lógica ternária, em que as crianças brincam, os jovens se formam e os adultos trabalham.

J6: “ah eu vou te falar uma coisa, eu já tô até me acostumando com está vida, eu tava até falando com minha mãe, eu já tô tanto me acostumando acho que... não sei que é mais viver sem trabalhar e estudar, porque eu tô acostumando já, quando não tem, não tem... é, o... o serviço, tem escola, aí eu já estranho ou quando eu chego do serviço, aí eu não tenho aula, eu já estranho. Eu tô até acostumando com está vida já, por isso, que já não estou achando mais estranho mais não”.

Em relação ao jogo, três dos quatro homens apontaram jogar futebol, com somente um não relatando essa forma de atividade. As mulheres participantes não indicaram nenhuma forma de atividade com este caráter. Esse ponto se coaduna com as observações de

Andrade e Marcellino (2011) que encontraram a mesma configuração em São Paulo, com a prevalência de atividades esportivas e físicas entre homens jovens.

Quanto a hipótese inicial que os jovens que trabalham ficariam em conflito no contato com as outras formas de juventude da universidade, especificamente os discentes, não foi relatada nenhuma ocorrência nem sinalizado nenhum embate subjetivo, o que permite interpretar que há uma clivagem entre o trabalho e a educação, possivelmente considerados como espaços-tempos diferentes, com a instituição mantendo locais distintos para ambas as tarefas, reforçando as diferenças de acesso aos recursos que permitem a formação qualificada.

5.3 O lazer e o tempo disponível

A questão delineadora dessa categoria foi construída como: **Você acha que seu tempo disponível é suficiente para o lazer? Por quê?** Avaliarmos a noção do tempo disponível para os jovens trabalhadores por conta da extensa rotina de trabalho, de quarenta horas semanais. Nas entrevistas foi constatado que o tempo gasto para o deslocamento entre a UFMG, a escola e a casa é muito grande, consistindo em trajetos de uma hora a uma hora e meia para ir e o mesmo tempo na volta.

J6: ‘Olha, eu gasto em média lá da minha casa até aqui, eu gasto uma hora, uma hora. E quando, assim, o trânsito tá ruim, eu tenho que sair mais cedo, aí eu gasto uma hora e meia à duas horas prá chegar aqui. Agora que o trânsito tá bom, em média uma hora, tranquilo chega aqui, quando o trânsito tá ruim, uma hora é impossível tá aqui, pelo fato de onde eu moro.’

Isto ilustra como as distâncias geográficas também são distâncias sociais, que mantém uma organização de espaços que pelas dificuldades de deslocamento leva ao difícil acesso ao lazer e ao tempo disponível:

J5: “eu pegava o serviço duas horas lá na Afonso Pena, lá no Mangabeiras, lá em cima, saía nove e meia, imagina que horas que eu chegava em casa, meia noite, meia noite e quinze”.

A problemática do tempo amiúde surge nas pesquisas sobre o lazer, especificamente para os autores que situam a criação do lazer junto à revolução industrial. Como é visto em Munné (1980), o tempo disponível é passível de ser utilizado para o lazer ou

outras atividades e, em Gomes (2004, p. 125), o tempo para o lazer é entendido como conquistado pelo grupo social ou sujeito.

A partir de Gomes podem ser derivadas duas compreensões, onde a conquista do grupo social é legitimada por instrumentos jurídicos como a delimitação da jornada de trabalho e o repouso remunerado, consistindo os mesmos em tradições culturais e consensos, aonde o sábado e o domingo são os exemplos mais visíveis (BRUHNS, 2005). O tempo conquistado pelo sujeito, por sua vez, envolve a capacidade de organizar seu trabalho e rotina de forma que obtenha brechas para experiências realizadas de maneira livre em meio ao que é prescrito institucional e socialmente:

J1: “porque fim de semana a gente tem tempo e tudo”; “já no fim de semana a gente tem tempo pra divertir mesmo”;

J2: “Num tem muito, como se diz assim, muito lazer pra cometer nesses pequenos espaços que eu tenho livre”;

J4: “eu só tenho sábado e domingo em horário de lazer né!”;

J6: “tento curtir o final de sábado e tenho o domingo pra mim”.

A demarcação claramente localizada nos fins de semana, demonstra que os valores relativos às normas de organização do tempo levam à incorporação dos mesmos no discurso dos jovens (J1): “Mas, a única oportunidade de lazer que você tem é só no sábado e no domingo, e às vezes no feriado”.

Foi abordado por todos os jovens que o tempo para o lazer, não é suficiente e se mostra limitado: J1 “Ah, eu acho que não. Gostaria de ter mais tempo durante a semana”; J2 “Não. Eu acho que não”; J3 “não tem tempo mais”; J4 “eu acho que a gente quer um pouco mais”, “Acho que o jovem aprendiz precisa de um pouco de lazer também.”, “eu acho que todo mundo que trabalha como jovem aprendiz na, no programa da Cruz Vermelha, acho que deveria ter um pouco mais de lazer”, “Muitos não tempo pro lazer”; (J5) “Não. Ah, é muito pouco.”; (J6) “Não é o suficiente”.

Percebe-se que os jovens trabalhadores consideram o tempo disponível insuficiente para o lazer principalmente durante os dias úteis (J1): “Gostaria de ter mais tempo durante a semana, porque o fim de semana a gente tem tempo e tudo”; “durante a semana a gente raramente tem tempo para fazer alguma coisa” e:

J6: “Porque aí cê pensa no, que nem às vezes no domingo, ah, quero sair domingo a noite não pode, porque, aí na segunda feira você tem que está acordando cedo e pra tá vindo trabalhar. E às vezes cê, ah vai ter alguma coisa no meio da semana, cê não pode ir ou a noite, entendeu? Ah, vai

acabar muito tarde, você tem que trabalhar no outro dia, então foi muito isso”.

Como destacado por Friedman (1983), Dejours (1992) e Gomes (2008) é percebido que a influência que o trabalho exerce vai além do seu espaço formalizado, penetrando nas outras instâncias da vida, e afetando até mesmo os momentos que deveriam ser marcados pela liberdade e pela autodeterminação.

J2: “Porque quase não dá, que vai a hora livre mesmo que eu tenho ali, que eu não tô fazendo nada é em torno de três, quatro horas que é a parte da noite, em torno de oito às dez horas, aí dez horas eu durmo no sábado, domingo acordo cedo, no sábado também acordo cedo, tenho curso, escola, negócio de escola, trabalho[...]”; “não tem muito tempo prá lazer não.”; “Muito pouco, é muito corrido, você acaba ficando muito cansado, aí cê... a hora que cê tem pra lazer cê acaba não tendo mais fôlego, força, cê tá muito cansado, você acaba querendo descansar, aí não tem nada.”.

A invasão do cotidiano pela lógica do trabalho é percebida na organização da rotina dos jovens, marcada pela relação entre as atividades e o tempo disponível, vivido de forma corrida e permeado por atividades necessárias a ações como escolarização e necessidades como descanso, alimentação e higiene, que se constituem como básicas segundo a compreensão de Munné (1980) e Gomes (2008). A rotina é considerada opressora, com o tempo restrito, servindo de justificativa perante as explicações sobre a falta de tempo, conforme abaixo:

J1: “Muito difícil mesmo, que saio daqui, já vai pra escola. Durante a semana não tenho tempo para nada, praticamente. Só pra ficar aqui e escola, aqui e escola”; “Muito corrido. Chega em casa janta, toma banho, vai para a escola. Da escola volta e vai dormir. Acordo e vou para o trabalho. É muito corrido.”;

J2: “aí dez horas eu durmo no sábado, domingo acordo cedo, no sábado também acordo cedo, tenho curso, escola, negócio de escola, trabalho... aí faço curso também, aí eu chego do curso, vou pro ensaio da banda, do ensaio da banda volto, vai pra igreja, volto pra casa, aí eu fico descansando pra sair com meu pai e minha mãe, domingo de novo a mesma coisa, de manhã igreja, volto pra casa, almoço, vou pro ensaio da banda de novo[...]”.

Essa vida corrida também envolve a necessidade de escolarização, fato que é pré-requisito para a entrada no programa, assim como a permanência na escola:

J3: “Aí, eu começo a estudar, aí eu já penso no amanhã, tenho edital pra fazer, no, que o concurso tá aí, tem dois concursos juntos, aí fica aquela coisa, sabe? Não tenho cabeça pra sair e não ficar pensando em estudos. Eu tenho que sentar me organizar, vê o quê que eu vou fazer, e é isso, eu só to tendo cabeça pra aqui e pro estudo, mesmo.”;

J5: “Eu posso dizer assim que saindo daqui eu já vou direto prá escola, eu já vou direto. Eu trago a mochila e vou pra escola, aí no meio da semana assim eu nem tenho praticamente lazer, que eu chego, chego da escola, chego tarde, e é a conta de jantar, tomar um banho, dormir, pra acordar cedo no outro dia”.

J4: “costumo chegar em casa umas seis e meia, e volto umas dez, dez e meia pra casa, porque já vou direto pra escola”.

Tratar a rotina dos jovens de maneira ingênua pode ser um erro, pois eles obtêm algumas brechas que surgem em meio à coerência do discurso, algo patente quando J4 assume que não vai de forma *tão direta* a escola: “ou se não costumo, as vezes que é [...] na realidade, chego em casa tomo café, tomo um banho pra ir pra escola. Mas [...] é assim mesmo, saio do serviço, vou direto pra escola, saindo daqui eu já vou direto prá escola”. Ao final deste trecho se percebe que de fato a rotina é opressiva, porque após a ida a sua casa, voltando da escola, relata que “chego tarde, e é a conta de jantar, tomar um banho, dormir, pra acordar cedo no outro dia.”.

Os jovens J5 e J6, já possuíam experiências anteriores de trabalho, um deles de maneira institucionalizada, cabendo ressaltar que o trabalho institucionalizado era do jovem do sexo masculino:

J5: “Igual no McDonalds, eu sei que não tem nada a ver com isso, mas, que eu trabalhava lá, lá só tem uma folga na semana, aí minha folga era na quinta feira, o que que você vai fazer na quinta feira? Que role que você dá? Você não faz nada na quinta feira. Trabalhava sábado, trabalhava domingo, cê tinha um domingo no mês, sempre caía no domingo mais paí, domingo seu dinheiro já tinha ido embora a muito tempo, aí a gente ficava dentro de casa, fazia quase nada”;

J6: “Um dia que trabalhava, ganhava assim, não ganhava o suficiente ainda, eu tinha que, pra mim conseguir, por exemplo, juntar uns cem reais por mês, tinha que trabalhar vários dias, porque se não eu não conseguia”.

Acreditamos que se confirmam as concepções de Costanzi (2009), Marques (2010) e outros (CUNHA, SILVA, GIOVANNETTI, 2008) sobre os lugares atribuídos aos homens e mulheres no mercado de trabalho, aonde às mulheres cabem as tarefas domésticas e aos homens a participação no mercado produtivo.

Provavelmente essa relação também se aplica ao lazer, considerando, segundo Marques, a esfera pública como espaço do *ethos* viril. Durante o levantamento dos dados para a entrevista foi observado que maior parte dos jovens trabalhadores é do sexo masculino,

mesmo que em ambos os sexos tenham as mesmas condições de renda, educação e moradia. Apenas um jovem do sexo masculino, J5, relatou que em seu tempo disponível:

“eu tento ajudar a minha mãe arrumar a casa, porque mora eu minha mãe e minha irmã, aí eu tenho que ajudar a minha no que eu posso, o que eu consigo fazer pra ela eu faço”.

Quanto ao tempo que o trabalho ocupa, que nas falas foi sentido como um relato carregado de sofrimento e pesar. A seguir temos as amostras desta experiência:

J2: “Olha, normalmente, depois que eu comecei a trabalhar, eu não tô fazendo tanto que nem antes d’eu começar a trabalhar, eu e meu pai saía muito, pescar, sítio, mais interior assim. E, como o trabalho não tá permitindo, porque a gente tá sempre aqui de segunda à sexta, então não tá dando, aí fica meio pendente essas atitudes que eu cometia, fazia antes, né?”;

J3: “Assim, antes até d’eu entrar aqui, só dedicava aos estudos, eu saía, viajava, mas agora as coisas estão [...] então não tem tempo mais, tenho que me dedicar aos estudos e tanto é que tenho que fazer vestibular, o ENEM, e aí é só os estudos mesmo. Não tenho cabeça pra outra coisa”.

Notamos pelas falas acima que o trabalho introduziu uma quebra nas atividades desejadas e das quais os jovens gostavam de fazer, um rompimento que no conteúdo afetivo dos relatos transpareceu ter sido abrupto.

J4: “eu acho que todo mundo que trabalha como jovem aprendiz na, no programa da Cruz Vermelha, acho que deveria ter um pouco mais de lazer, tipo assim, cê trabalha e estuda, trabalha e estuda...”; “quando tiver mais velho, na hora que olhar pra trás ver que eu não perdi a minha juventude só trabalhando e estudando. Acho que o jovem aprendiz precisa de um pouco de lazer também”.

A perda da juventude é muito ligada a perda do lazer, como J5 que ficou adoecido durante a licença médica, ao entrar em contato com os colegas do bairro durante um dia útil ficou deslocado

J5: “É porque, se for prá você reparar assim, nossa você perde boa parte da sua adolescência por causa do seu trabalho, que o trabalho toma conta da sua vida praticamente, igual esse tempo que teve, semana passada foi meu aniversário, aí só que, foi na semana retrasada, dia 25, aí eu tava até passando mal, aí eu passei mal, aí eu fiquei uns dias de atestado, mas só de você ficar uns dias de atestado você para e pensa, você vê seus amigos, aí você fica vendo os caras faz tudo, sô!”; “eu já não tenho esse tempo, o tempo que eu tenho é o final de semana, aí eu já, fico até embaçado”;

Entre as mulheres foi percebida uma posição de resignação, mais explícita que nos homens:

J6: “mas, ah, eu vou te falar uma coisa, eu já tô até me acostumando com está vida, eu tava até falando com minha mãe, eu já tô tanto me acostumando acho que... não sei que é mais viver sem trabalhar e estudar, porque eu tô acostumando já, quando não tem, não tem... é, o... o serviço, tem escola, aí eu já estranho ou quando eu chego do serviço, aí eu não tenho aula, eu já estranho. Eu tô até acostumando com está vida já, por isso, que já não estou achando mais estranho mais não”.

Pode ser compreendido que a moratória social concedida aos jovens, à luz das ideias de Abramo e Léon (2005), não é pertinente ao tratar com jovens de camadas econômicas menos favorecidas quando inseridas no mercado de trabalho formal, pois junto a necessidade financeira é relatado por J5 acerca dos seus amigos que não trabalham “os caras faz tudo, sô! Os cara tem dinheiro prá tudo, os cara até enjoa as vezes”.

A diminuição da pobreza, que leva os amigos que não trabalham a ter “dinheiro prá tudo” (J5), pode ser um indício que o trabalho juvenil não é tão fundamental, ao menos em situações que não sejam de extrema penúria, à manutenção familiar. Este dado nos deixa em uma posição complexa, pois como os jovens que não possuem fontes de renda conseguem *fazer tudo* enquanto os da pesquisa tem que trabalhar para realizar seus desejos.

Uma análise possível é que o trabalho dos jovens permite que obtenham a renda imediata, não inserida em projetos de vida a longo prazo, em uma lógica que o sujeito trabalha e o mesmo trabalho consome a renda obtida com a compra da sua mão de obra. O exemplo claro está na necessidade que gastem para se alimentar na universidade, pois mesmo a alimentação sendo subsidiada, envolve um gasto mensal constante. Este mecanismo ambivalente do trabalho possibilita o acesso ao *ethos* juvenil, mas ao mesmo tempo o usurpa ao retirar o resultado tangível do trabalho para a manutenção das necessidades básicas como alimentação, higiene e até a locomoção.

Na metade dos relatos foi descrito o cansaço onde o tempo para lazer, se transforma na necessidade de recobrimento biopsíquico, mantendo uma estrutura de vida alienada, da mesma forma que o trabalho.

J2: “você acaba ficando muito cansado, aí cê... a hora que cê tem pra lazer você acaba não tendo mais fôlego, força, cê tá muito cansado, você acaba querendo descansar, aí não têm nada”;

J6: “dia de final de semana a gente quer descansar, a gente não vai se preocupar muito em sair, esses negócios”.

É encontrada, dessa maneira, um tempo opressor, marcado pelo abandono da possibilidade de tornar-se indivíduo devido as obrigações impostas pelo trabalho de se

relacionar com pessoas as quais não escolheram de maneira livre. Nesse caso ser jovem é em certa medida ser um indivíduo, capaz de se autodeterminar em meio à sua rede de relacionamentos, com nítidos limites sociais e culturais, enquanto o meio adulto se caracteriza pelo uso de certas convenções que implicam em tomar o lugar de pessoa atribuído por Matta (1997) e reforçado pelas compreensões de Japiassú e Marcondes (2011).

O trabalho é vivenciado como uma obrigação e o lazer como algo desejado, mas inacessível em meio a rotina, em certo ponto, como explicitado por J4 “que olhar pra trás ver que eu não perdi a minha juventude só trabalhando e estudando” e J5 “você perde boa parte da sua adolescência por causa do trabalho”, implicando na perda da juventude, que ocorre sob uma vivência afetiva e intelectual de desprazer e sacrifício.

Ainda assim esses jovens descobrem e constroem brechas, especialmente no local de trabalho, como J6 e J3, do sexo feminino que citam que as vezes consideram que tem lazer nos mesmos.

J3: “aqui as pessoas que eu convivo”;

J6: “igual no serviço, de vez em quando a gente tem um pouco de lazer”.

Pelo que foi relatado é possível confirmar as elaborações de Gomes (2004, 2008) quanto ao tempo/espço conquistado, pois se qualquer espaço pode se constituir como de lazer, qualquer tempo também, com a subversão do tempo destinado ao trabalho pelo uso da internet:

J6 “pela internet a agente tem um pouco de acesso às redes sociais”, “eu mexo no Facebook, Orkut, algumas coisas assim entendeu”.

A dificuldade de conciliar esse fato do lazer ocupar o tempo do trabalho, a par deste mesmo tempo ser comprado pela instituição demonstra que o lazer, provavelmente têm a capacidade de subverter as ações consideradas sérias, podendo na perspectiva utilitarista servir como compensação.

Entretanto só a visão utilitarista é restrita, porque o contexto institucional onde os jovens atuam é típico do setor terciário, relativo à prestação de serviços, que pode ser caracterizado pelo uso extensivo de recursos tecnológicos, dessa maneira o tempo que a universidade compra dos jovens não é totalmente ocupado pelas tarefas, algo que permite cogitar se a extensão da jornada de trabalho, de quarenta horas semanais, é compatível com as tarefas efetivamente realizadas. Esse quadro leva a criação de um tempo que não é de

trabalho, tampouco é caracterizado como disponível, por conta da obrigação de permanecer no local.

Essa pode ser uma das formas de interpretar essa configuração multifacetada, que remete aos primórdios das críticas marxistas em relação ao tempo que o trabalho necessita para a produção e a criação da mais-valia que é a marca da exploração (CHAUÍ, 2008; JAPIASSÚ, MARCONDES, 2011). Assim a organização do trabalho cria uma espécie de vazio no tempo, que pode ser usado para a auto aceleração da produção (DEJOURS, 1992), que compõe uma das características do sistema fabril, ou utilizado para o lazer, mesmo que em sua maneira fragmentada e por vezes disfarçada, como ao escrever um ofício no computador manter aplicativos de jogos ou redes sociais em funcionamento, como J5: “fica na internet vendo notícia” ao relatar que acompanha as informações sobre seu time de futebol, e J6: “de vez em quando a gente tem um pouco de lazer, pela internet”, “um pouco de acesso às redes sociais, alguma coisa assim”.

Chama a atenção, constituindo um fator relevante, o fato da precariedade dos equipamentos destinados ao lazer e ao tempo liberado da cidade de Ribeirão das Neves, fato apontado por Noronha (2009) ao mapear os mesmos. O lazer é vivido, então, em casa e na região norte de Belo Horizonte, como relatam quase todos os jovens. Como consideramos que todos os espaços e tempos, em certa medida, podem se tornar instrumentos e chances de lazer, surge a questão lógica de como conciliar esse fato com a falta de locais.

Essa contradição é, simultaneamente, aparente e estrutural, constituindo-se aparente pelo discurso acima poder encobrir conflitos sociais inerentes à sociedade e estrutural por demonstrar que o lazer, mesmo que juridicamente garantido, está algo distante do planejamento e do ordenamento sócio-espacial. A falta de locais e equipamentos que possibilitem o lazer, mesmo não garantindo-o, caracteriza uma estrutura de relações em que os jovens, ao léu, tem que procurar formas de ocupar o espaço por si mesmos e conforme a precariedade de recursos disponibilizados.

A falta de planejamento implica na consequente vivência fragmentária dessa possibilidade, com os jovens sujeitos à encontros transitórios, que nem sempre criam oportunidades de projetos coletivos. Ocupar um espaço com lazer, nessa compreensão, não implica no apropriar-se do mesmo, mas só estar no local, fato compatível com as interpretações de Gomes (2004, 2008) e Medeiros (1977) sobre o lazer como fenômeno ontologicamente humano, mas que necessita de algum nível de insumos que gerem condições para seu usufruto, o qual J5 pondera sobre a relação atual com a ida aos jogos de futebol:

“sempre eu tenho tempo para acompanhar meu time né, o Galo. É, agora ficou mais fácil ainda no independência, já vai de metrô, rapidão tá lá”,
 “mais um ponto pro meu lazer. Ir no estádio”.

Sobre o planejamento do tempo e o acesso aos equipamentos que podem se constituir como de lazer, suscita a preocupação contemporânea com a necessidade da educação para o lazer, perspectiva defendida por Fortini *et al* (2011), pois nas informações obtidas, muitas vezes, os jovens não sabem o que fazer no seu tempo disponível, mesmo que este implique em recuperação do trabalho através do descanso e na necessidade, essencial, de encontro e criação de sociabilidades:

J3: “Eu tenho que sentar, me organizar, vê o quê que eu vou fazer, e é isso”;
 “eu tenho várias coisas prá fazer e ao mesmo tempo estou ali batendo papo”
 “eu fico assim desinquieta”.

O trabalho, enquanto fonte de renda, traz em si a ambiguidade de afastar os jovens da sua juventude, com o distanciamento das possibilidades de criação de projetos de vida a longo prazo pelas necessidades urgentes e cotidianas do trabalho. Ao mesmo tempo permite o acesso à circulação e bens que caracterizam a juventude, como roupas, tênis e demais acessórios. Entretanto, em J5 se percebe que os jovens que não trabalham também estão possuindo acesso aos mesmos, o que cria, ao menos para esse jovem, um conflito que o deixa “*embaçado*”⁵⁷.

Analizando este fato é possível avaliar que as políticas de trabalho juvenil não consideram o lazer enquanto forma de construção identitária e espaço de formação em seu sentido amplo, mantendo a lógica utilitarista que se insere no tempo disponível para esta vivência.

Portanto a garantia do direito de desenvolvimento dos jovens não passa somente pela compreensão instrumental e fragmentada executada no trabalho e na escola, mas pela consideração de suas necessidades, dentre essas o tempo para o acesso ao lazer, à diversão e também ao ócio a partir de opções pessoais, autodeterminadas e consequentes.

O lazer nesse ponto apresenta-se como a possibilidade de crítica à alienação, possibilitando a criação de mecanismos que evitem o afastamento dos sujeitos a partir da construção de categorias e classes diferentes de atividades, de modos de vida e de possibilidades de circulação nos espaços e tempos disponíveis. Na defesa da perspectiva do

⁵⁷ Palavra utilizada pelo jovem.

lazer se encontra a chance, mesmo que não a única e sem a idealização do mesmo, de abertura ao convívio, a alteridade e a construção de novas realidades.

Analisando que o trabalho permite que se tornem pessoas, o lazer libera para a individualidade, sob a ótica da diferença e da possibilidade de escolhas, mesmo que sujeita a limites sociais, temporais, econômicos e culturais.

Enfim, o tempo dos jovens trabalhadores não é considerado suficiente para o lazer, mas a disponibilidade de tempo liberado não se relaciona de forma automática ao lazer. Na década de setenta do último século Dumazedier (1976) constatava que a diminuição da jornada de trabalho ocorrida na França implicou, em vários casos de efetivo aumento de tempo despendido para o mesmo, pois profissionais competentes começaram a utilizar esse tempo conquistado para acumular outros trabalhos, com aumento da jornada efetiva. Desta forma a ampliação do tempo liberado, respeitadas as aspirações e interesses do sujeito, perpassa a oferta de opções sobre o que realizar no mesmo.

5.4 Termos e suas ocorrências

Ao fim da análise das categorias foi realizada uma investigação a partir do software Tagcrowd⁵⁸ sobre a frequência dos termos que obtivemos nas entrevistas. Foram selecionadas trinta palavras com sete ou mais ocorrências, com a exclusão dos termos: “ah”; “de”; “né”; “pra”; “sô”; “só”; “tá”; “to” e “vou”.

As palavras pertenciam somente ao corpo de respostas dos jovens, com a retirada das intervenções e perguntas do entrevistador. O resultado encontrado, com a quantidade de vezes em que a palavra aparece entre parênteses e ao lado direito de cada termo foi:

⁵⁸ Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.tagcrowd.com>> com última verificação em 02 de março de 2012.

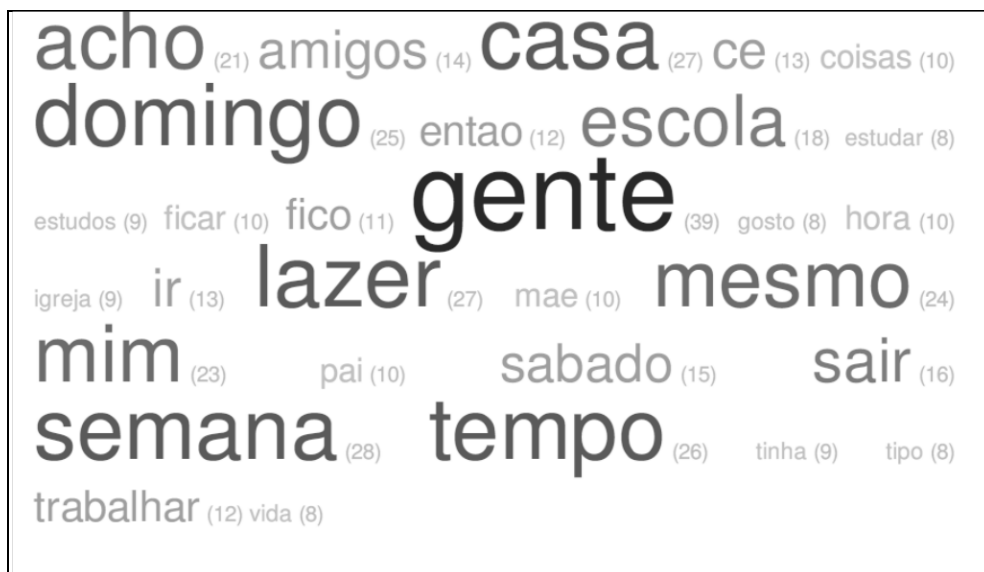


FIGURA 3: Avaliação das respostas às entrevistas por meio de software.

Diante do quadro exposto, acreditamos que se confirmam as interpretações, as quais destacam que o lazer implica na possibilidade de convívio, com grande relevância à palavra *gente*. Constitui uma experiência subjetiva, onde o *acho*, *mesmo*, *ce*, *mim* demonstram a apropriação dessa vivência. Ocorre em relação ao *tempo* e à *semana* e principalmente ligado ao *domingo*. Quanto à *escola*, pode ser inferido que está destacada dos *estudos* e de *estudar* e que a *casa*, que Marcellino (2008) aponta como um dos equipamentos de lazer nos dias atuais, deve ser avaliada na sua relação com a necessidade de descanso e a rotina da semana, além de ser o local de moradia e passagem entre o trabalho e a escola, com a mesma quantidade de citações que *lazer* (vinte sete).

Essa avaliação, ao fim do tratamento das informações, buscou confirmar a partir de ferramentas de análise de textos *em nuvens*, o que foi observado na Análise de conteúdo e corrobora que a investigação do lazer como aspecto da cultura não se atém somente às atividades em si, mas também ao contexto em que estão inseridas e aos sentidos atribuídos pelo sujeito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada percebeu-se que o lazer deve ser tratado como uma ocorrência que guarda relações complexas com outros fatores como o acesso ao trabalho, aos bens culturais, e ainda ao tempo disponível.

O início da pesquisa ocorreu com a delimitação de referenciais teóricos, marcado pela característica qualitativa, onde se mostrou pertinente o uso da análise pela via da antropologia cultural. Foram utilizados referenciais de distintas matrizes epistemológicas, com ênfase sobre práticas que permitissem aflorar interpretações sobre as diferenças e formas de experimentar o fenômeno do lazer. É possível afirmar que qualquer estudo se encontra permeado pelo contexto sócio-histórico, bem como pelo olhar do pesquisador, assim a pesquisa foi marcada pelo viés crítico e o uso de recursos que permitiram questionar as certezas e inscrever historicamente as forma de percepção e usufruto do lazer à luz destes jovens.

A partir desta delimitação trilhou-se um percurso em que foram encontradas mais singularidades do que constantes universais e generalizadoras. Por esse motivo foi necessária a construção de marcos conceituais sobre os temas da juventude e adolescência, do lazer e do trabalho.

Os conceitos de juventude e adolescência trabalhados permitiram desvelar conteúdos ideológicos que perpassam o uso dos termos de maneira aparentemente neutra e naturalizada. Encontramos que tais termos devem ser tratados no seu plural, afinal existem juventudes e adolescências vividas de maneiras diferentes, se tornando simplista a delimitação por idades, culturas e classes sociais. Dessa maneira é questionável a visão estratigráfica que busca marcos gerais que delimitaram esses conceitos sob os aspectos biológicos, sociológicos e jurídicos. O estatuto de jovem é contextual e polissêmico, podendo ser aplicado de maneira adjetivada à vários aspectos da vida, em vários espaços e conforme a época.

É constatável que o discurso que justifica esses termos é marcado pela ideologia de quem o aplica, onde o seu uso permite inferir a forma de trato com esse público. Assim o adolescente é submetido à demarcação etária, por vezes independente de características individuais e com a exclusão de participação em determinadas atividades pelo seu status ser construído pelo viés da imaturidade, da preparação para a vida adulta e do conflito intrapsíquico e com as normas sociais expectáveis. Esse discurso legitima o sistema

excludente, que aparta as pessoas em categorias conforme regras gerais de funcionamento social, tomadas como infalíveis e naturalmente construídas.

A juventude, por seu viés polissêmico, traduz a ambição da sociedade atual na sua procura incansável por novidades, pelo viril, pelo belo, entretanto também se relaciona com algum grau de descompromisso, hedonismo e despeito à historicidade. A juventude, nessa compreensão, permeia aspectos variados da vida, visíveis tanto no aspecto individual, quanto de consumo, dando suporte a discursos efêmeros e talvez deslocados das realidades possíveis. Portanto é necessário entender, em cada contexto específico, o uso deste termo, de modo que não se constitua mais um mecanismo de alienação.

Classicamente, como justificativa à ideologia que aparta as pessoas em fases, a vida é demarcada pela tríplice divisão, onde crianças se divertem, brincam e jogam; jovens se formam e os adultos trabalham. Esse quadro compõe a visão das classes economicamente favorecidas, embasadas em uma justificação médica e jurídica, que delimita, de forma artificial, o que tange a cada etapa da vida, de forma descontínua e artificial. Vimos que, ao menos nas classes populares, as crianças trabalham, obtém renda e brincam, os adultos participam da diversão, e os jovens não estão tão preocupados com a formação na sua acepção de projeto de vida, basicamente focando sua atenção no trabalho e na possibilidade de lazer e os adultos nem sempre trabalham.

Durante a trajetória da pesquisa não foram encontradas grandes crises de desenvolvimento, tradicionalmente apontadas como características da adolescência. Não há o relato de lutos pela perda da identidade infantil, ou desafios quanto às posturas adultas, mas sim a queixa pelas dificuldades de encontrar com amigos e poder usufruir uma etapa da vida na qual é tolerada a experimentação de papéis socialmente menos estáveis e normativos.

Os jovens, desta forma, se divertem, trabalham e se formam, simultaneamente, mesmo que seja levada em consideração as queixas relativas ao cansaço com a rotina laboral e de estudos.

O local onde foi realizada a pesquisa possui aspectos diferentes de outras instituições de ensino públicas e privadas, tanto pelo tamanho, como pelo volume de pessoas, da mesma forma que pela visibilidade espacial, cultural e científica. Esse aspecto não foi relacionado pelos jovens, que encaram o mesmo como lugar somente de trabalho, desvinculado da formação escolar e da aprendizagem social, podendo esta ocorrência ser lida como a manutenção do trabalho alienado, desvinculado de um projeto que possibilite o desenvolvimento individual e a inserção social menos precária, entendida como o acesso a bens culturais e econômicos.

Aos dezoito anos é realizado o desligamento, fato que produz o retorno do jovem à aspectos da infância e juventude, pela perda da renda que o levam a situação de retorno à dependência econômica e a um tempo liberado de forma imposta. Assim a exigência de comportamentos e posturas adultas se esvai, aonde, devido à demissão, que pode ter uma forma de rito social, um projeto de cunho social leva os jovens à experimentar o modo de vida adulto, que num rompimento abrupto o joga de maneira circular num sistema de dependência. Mantêm-se dessa maneira os jovens como *outsiders* junto à instituição e, em uma visão expandida, junto à sociedade.

Essa mesma sociedade que, por sua vez, inclui em uma organização reconhecida como de ponta, os jovens que passam no vestibular na posição de estudantes, em que mesmo considerando o mérito pessoal, abrange em sua maioria, as classes mais abastadas. Esse palco social é permeado então pela diferenciação entre os jovens e adultos, mas mais ainda entre os próprios jovens, por conta que alguns trabalham e os demais se formam, com os últimos possuindo acesso à leques amplos de possibilidades profissionais. A compreensão desta dinâmica não foi citada pelos jovens, possibilitando a interpretação que a ideologia é imbricada em seu *ethos* de trabalhador.

A caracterização da pobreza como moradora de áreas periféricas constitui, assim, simultaneamente, justificativa e subterfúgio para a perpetuação das diferenças socioculturais, pois a questão envolve o acesso não só ao capital tangível, visto que as cidades com menores índices de desenvolvimento são as que possuem os menores quadros junto a esta força de trabalho na universidade, assim como a cidade de Ribeirão das Neves não se apresenta como a mais pobre da grande Belo Horizonte. Esse quadro ambivalente suscita maiores análises, mas é compatível com as observações tecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, aonde somente o fator renda não é determinante na qualidade de vida.

Com a delimitação e escolha de pesquisar à luz da juventude, fez-se necessário tratar a questão da cultura e do lazer. A cultura, compreendida de maneira simplista, pode abranger tudo, tornando essa forma de análise relativista. Principalmente pelos referenciais usados, a cultura não constitui todo o fazer humano, mas sim os que se perpetuam e são transmitidos por meio da aprendizagem social.

A cultura é perene por ser uma característica do ser humano como entidade gregária e simbólica, permitindo a criação de consensos e gabaritos de ação que permitem a orientação junto aos outros, ao mundo e a si mesmo. Desta forma o jovem constitui um *ethos* e uma compreensão de mundo que são construídas em arranjos contextuais situados historicamente. Nessa interpretação o jovem da década de setenta, do século XVIII, ou nos

dias atuais, trazem esta denominação através de atitudes diversas, que se descontextualizadas são compreendidas de forma equivocada e anacrônica. A cultura, nessa análise, também não abarca tudo que existe, nem tampouco algo abstrato, mas as forma de se ajustar às necessidades e relações inerentemente humanas, como a de convívio social.

O lazer como aspecto da cultura marcado pelo componente lúdico, foi absorvido nessa pesquisa e recorrentemente usado, o que implicou no tratamento do lúdico como uma experiência subjetiva, de cunho inefável e talvez para especificar o componente mais livre e irracional das condutas, escapando a lógica utilitarista.

Considerando o lazer por essa perspectiva somos levados a pensar na dualidade humana, onde por vezes pode se encarar as relações como advindas de uma pessoa ou de um indivíduo. Essa dualidade se torna aparente, pois o que se constata é que o ser humano é uma entidade única, dotada de uma singularidade que têm que se adaptar a diferentes demandas, permitindo em alguns espaços-lugares que aflore sua individualidade, marcada pela liberdade e certa autonomia e em outros momentos seja necessário se submeter a relações de poder permeadas pela necessidade de obediência às normas manifestas e tácitas em um contexto assimétrico. Os jovens, nesta pesquisa, não apontaram conflitos em relação à esta característica, transitando razoavelmente bem entre as imposições do trabalho e a capacidade de usufruto de sua liberdade nos tempos disponíveis conquistados.

Foi buscado o entendimento do lazer como uma ocorrência situada, que foge de conceitos categóricos. Esse fato é confirmado pelas entrevistas, especificamente quanto ao ser abordada a compreensão de lazer. O lazer também foi referido a diversas formas de atividade, o que permite que seja situado como um fenômeno concreto e social, ainda que vivido subjetivamente.

Quanto a proposta de demarcar atividades de lazer junto às demais, se mostrou impossível tal delimitação, pois a vida se mostrou unívoca, mesmo sendo multifacetada. A partir dos dados obtidos é possível inferir que os jovens, mesmo cumprindo uma rotina opressiva, se apoderam de espaços e tempos disponíveis, e obtém lazer. O lazer, conforme as informações, tem os seus sentidos atribuídos de forma subjetiva e é referido a atividades escolhidas de maneira autônoma.

O trabalho, vivido como um fenômeno opressivo, também se insere nos tempos disponíveis, tanto diretamente com a preocupação com o mesmo, quanto indiretamente ao implicar na necessidade de descanso e recobrimento. O trabalho, impõe a necessidade de uma rotina, aonde o tempo utilizado para o mesmo e além do mesmo, é sentido como corrido e restrito. Desvinculado de um objetivo maior que o cotidiano, o trabalho se mostra

fragmentado e sem sentido além das tarefas operacionais, o lazer desta forma também é vivido de maneira fragmentada, suscitando a questão da necessidade de educação para o lazer, pois em algumas entrevistas é possível notar que os jovens, embebido da lógica do tempo do trabalho, não sabem o que fazer em seus tempos disponíveis.

Ao contrário de uma educação pelo lazer, com seu caráter utilitário e seguindo a organização do sistema produtivo, a educação para o lazer implica no reconhecimento desse espaço e na capacidade de fazer opções individuais entre as várias possibilidades existentes, incluindo-se o ócio. Como a juventude, o lazer também se mostrou polissêmico, envolvendo aspectos como a fruição, a autodeterminação e a transgressão das lógicas utilitaristas que permitam recodificar e transformar as relações sociais.

O lazer foi nitidamente percebido como consistindo da chance de ter diversão e da possibilidade de encontro, com a prevalência de procurar o convívio com outros jovens, aonde a família se constitui como um aspecto do lazer marcado por relações obrigatórias. A rotina foi um aspecto marcante, pois a sua quebra, a partir dos dados obtidos nas entrevistas e da elaboração teórica, constitui um caráter fundamental do lazer.

Os objetivos iniciais foram alcançados, pois foi possível trabalhar a compreensão do lazer, as atividades e a questão do tempo disponível. As categorias suscitadas foram analisadas confirmando algumas ideias iniciais e gerando várias outras dúvidas e questionamentos.

É pertinente apontar que não há uma preocupação com o lazer dos jovens, com o mesmo sendo considerado uma maneira de compensação pelo esforço e sacrifício dos mesmos, sem levar em conta a sua possibilidade enquanto instância de constituição identitária, de crítica social e de transformação cultural. Também não é considerado o seu aspecto subjetivo, que inclui o lúdico e a possibilidade de diversão, que vai de encontro à lógica de funcionamento utilitarista e produtiva da sociedade atual.

A partir dessa observação deve ser pensado que conceito de formação é oferecido aos jovens, pois a imersão da sua singularidade numa política anacrônica, baseada em um estatuto de menorização e na organização do trabalho sob o molde fabril, mantém um relacionamento social que se reflete na ocupação de posições fixas de dependência e exclusão, sem projetos de vida pessoais e coletivos. Assim a formação de maneira integrada deve permitir a articulação do trabalho, da escolarização e do lazer, com o objetivo de possibilitar, a quem o deseje, a chance de criar trajetórias que levem a autonomia, a responsabilização e possam desconstruir a ambição que permeia as instituições, mesmo que sem consciência e sob

a roupagem assistencialista, de se tornarem organizações totais, acríticas e mantenedoras legitimadas socialmente.

Deve se pensar em políticas de trabalho que levem em seu planejamento tempos e espaços que também permitam a escolarização de qualidade, o lazer com ou sem compromisso, e o acesso aos bens culturais, pois em nosso entendimento o ser humano pode aprender em todos estes espaços, e a formação não deve estar atada a objetivos idealizados em um devir de forma extrínseca.

Os jovens, portanto, não estão possuindo tempos para usufruir o lazer, justamente quando é possível que experimentem formas diversas de existência e convívio com as várias opções disponíveis, incluindo a chance de ter diversão. Esta compreensão leva a necessidade de se reavaliar as tarefas atribuídas aos jovens, as relações de poder construídas na organização e rever a organização da jornada de trabalho, articulada junto a da escola e em relação à localização geográfica que impacta no deslocamento entre os locais de moradia, trabalho e estudo. Também é pertinente afirmar que é necessário, no trato com os jovens, avaliar os discursos que justificam a utilização do seu trabalho, ou seja, a perspectiva ideológica que legitima o uso dessa mão de obra, da mesma forma que o despeito com o lazer e demais necessidades humanas.

Após esse trajeto é possível recomendar, à luz dos dados obtidos, que o trabalho dos jovens deve ser articulado com tarefas que permitam a construção de sujeitos críticos e criativos, ofertando a chance de poderem experimentar as várias formas de atividades e convívios, especialmente ao estarem inseridos em uma instituição que visa a formação.

Sugerimos, então, que o trabalho possua espaços demarcados e claros para o acesso a esportes, artes, formação técnica e reflexiva dentro da sua jornada e local, como maneiras de possibilitar que o sujeito vivencie realidades às quais por vezes não teve antes de entrar na instituição, e talvez não possua ao sair já inserido na maioria. Devem ser pensadas práticas de outros esportes que por vezes não conheçam, como basquete, ginástica e outras. Pensadas também formas de criação e produção artísticas, como escultura e mídias que envolvam a tecnologia da informação. Cabe neste raciocínio que o acesso não deve ser compulsório, mas permitido e incentivado, pois o trabalho juvenil não deve ser pautado somente no uso da mão de obra de maneira utilitarista e desvinculada de um projeto de vida individual inserido em um contexto social, econômico e político.

Convém ainda ser realizada a avaliação quanto à forma de escolha dos jovens, repensando os parâmetros de admissão, de forma que o programa de trabalho contemple de

maneira explícita os critérios para escolha, como sexo, necessidade de trabalho junto à renda da família e seu contexto, situação de moradia e objetivos ao participar do trabalho.

A revisão do programa que contemple esses aspectos impacta efetivamente na formação e permite dar sentido ao trabalho utilizado, com a ponderação que o mesmo seja articulado em rede de atenção e monitoramento, sob o risco da UFMG adquirir o caráter de instituição total, danosa ao sujeito e a ela mesma.

Enfim, esta pesquisa guarda a expectativa de contribuir na criação de novas realidades que considerem o desejo dos jovens e a necessidade, cultural e social, de análise crítica à uma ordenação que implica na perda da capacidade de auto determinação. Algumas concepções e ideias podem ser refutadas, no entanto essa é a marca das ciências, especialmente as que se propõe à interpretar e entender a realidade presente e ordinária de maneira desnaturalizada, estranhando um cotidiano que aparentemente é imutável.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.

ABRAMO, Helena Wendel . O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia (org). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-35.

AJURIAGUERRA. J. **Manual de psiquiatria infantil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Masson do Brasil, 1980.

ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique; MOUSSAOUI-GARABUAU, Isabelle. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ANDRADE, Carolina Paes; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer, a periferia da metrópole e os jovens: algumas relações. **Licere**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.1-17, jun/2011. Disponível em < http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N02_ar1.pdf> último acesso em 01 de fevereiro de 2013.

AQUINO, Cássio A. B.; MARTINS, José C. O. *Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho*. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza v.7, n.2, set./2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BLEGER, José. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BUTLER, Udi Mandel; PRINCESWAL, Marcelo. Cultures of participation: young people's engagement in the public sphere in Brazil. In: **Community Development Journal**, Vol 45, Nº 3, July 2010, p. 335 - 345

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Último acesso em 06 de abril de 2011.

BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Último acesso em 06 de abril de 2011.

BRUHNS, Heloisa Turini. Sobre o fim de semana. **Licere**, Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação,. Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 65-78, Jun.2005.

CALLOIS, Roger. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMPOS, Túlio. **Pequenos trabalhadores nos sinais e suas experiências no cotidiano da rua**: entre o “espetáculo” do malabares e as brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado. [manuscrito] 144 f., Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2010.

CARVALHO, Orlando. Por uma teoria da pessoa humana. In: PEREIRA, M. B. **O homem e o tempo**. Porto: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1999.

CASTRO, Lúcia Rabello (org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a historia da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. 10º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

CORBIN, Alain. **História dos Tempos Livres**, o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. **Psicologia da Educação, um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos voltado para a educação**: ênfase nas abordagens interacionistas. 9ª edição. Belo Horizonte, LÊ, 2001.

CUENCA, Manuel; AGUILAR, Eduardo; ORTEGA, Cristina. Ocio para innovar. **Documentos de Estudios de ocio**, Bilbao, n. 42, 2010.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnostico-R**. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CUNHA, Edite da Penha; SILVA, Eduardo Moreira; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil**: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DAYRELL, Juarez. **A Música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. O Rap e o funk na socialização da juventude. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, V. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun.2002.

_____. Juventude, escolarização e poder local. **Relatório da primeira fase da pesquisa: políticas públicas de juventude na região metropolitana de Belo Horizonte, maio de 2005**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/rel_mg.pdf>. Último acesso em 15 de outubro de 2008.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio (org.). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo e ocio**. Madri: Tecnos, 1966.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez-obaré, 1992.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 2º ed. São Paulo: contexto, 2000.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2º edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; São Paulo, Publifolha: 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, Norbert; SCHRÖTER, Michael. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FERREIRA, Acácio. **Lazer operário: um estudo da organização social das cidades**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

FONSECA, João César de Freitas. **Adolescência e trabalho**. São Paulo: Summus, 2003.

FORTINI, Janice Lúce Martins; GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. **Desafios e perspectivas da educação para o lazer**. Belo Horizonte: Editorial SESC/Otium, 2011.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3º ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia (org). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas: especialização e lazeres**. São Paulo: Ed. Perspectiva (Debates), 1983.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

GOMES, Christianne; OSORIO, Esperanza; PINTO, Leila; ELIZALDE, Rodrigo (orgs). **Lazer na América Latina / Tiempo Libre, ocio y recreación em Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Lazer e descanso. SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p.1-15. Disponível em: <<http://www.uspleste.usp.br/eventos/lazerdebate/anais-christianne.pdf>>. Acesso em 07/08/11.

_____. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____, Christianne Luce. Estudos do Lazer e Geopolítica do Conhecimento. **Lícere**, Belo Horizonte, V. 14, n.3, set/2011.

GOULART, Iris Barbosa; SAMPAIO, Jäder dos Reis. **Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

INGOLD, Tim. From the transmission of representations to the education of attention. In: -----. **The Debated mind: evolutionary psychology versus ethnography**. Oxford: Harvey Whitehouse, 2001.

_____. Introduction to culture. In: **COMPANION Encyclopedia of Anthropology**. p. 329 - 348. Taylor & Francis -library: London; New York, 2003 a.

_____. Introduction to social life. In: **COMPANION Encyclopedia of Anthropology**. p. 737-755. Taylor & Francis e-library: London; New York, 2003 b.

_____. Beyond biology and Culture: the meaning of evolution in a relational world. In: **Social Anthropology**, 12, 2, p. 209-221, 2004

ISAYAMA, Hélder F.; SILVA, Silvio R. (orgs.). **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ISAYAMA, Hélder F. *et al.* (org). **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

JASPERS, Karl. **Psicopatologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia**. 8.ed. São Paulo: Atheneu, 1999.

JERSILD, Arthur Thomas. **Psicologia da adolescência**. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LAFARGE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1999.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley. (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LAPASSADE, Georges. **As microsociologias**. Brasília: Liber Livro, 2005.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Aprendizage situado:** participación periférica legítima. México, Iztacala: Ed. Universidad Nacional Autonoma de México, 1991.

LEON, Oscar Davila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (org). **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. P. 9-18. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LOBO, F. *The work-leisure paradigm: The stresses and stains of maintaining a balanced lifestyle.* **World Leisure**, v.48, n.3, 2006., p. 22-32.

LOBO, F.; NIEPOTH W. Play and recreation in childhood and adolescence: an international perspective. **Recreation and youth development.** In (Eds. P. Witt and L. Caldwell) Venture, PA. p. 51-80. 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. 2 ed. São Paulo: UNESP; HUCITEC, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese (org.). **Jovens na metrópole:** etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidades. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **Lazer e educação.** 3ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. (org.). **Lazer e sociedade:** múltiplas relações. Campinas: Alínea, 2008.

_____. Contribuições dos autores clássicos modernos e contemporâneos para os estudos do lazer. **Lícere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, dez./2010.

_____. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, Vol. 1, nº 2, mai.2007/set.2007. Disponível em <<http://www.lazer.eefd.ufrrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac201.pdf>>, último acesso em 05 de maio de 2011.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. Juventude, Redes Sociais e Políticas Públicas. In: **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 2, nº3, p. 67-77, jan-jun, 2005.

_____. **Amizade bandida:** juventude, violência e masculinidade. s.d.

_____. Rua, virilidade e violência: crianças e jovens em situação de extrema vulnerabilidade social e pessoal. In: MORAIS, Normanda Araújo; NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. **Endereço desconhecido:** crianças e adolescentes em situação de rua. p. 381-402. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MELO, Victor Andrade. **Lazer:** olhares multidisciplinares. Campinas: Alínea, 2010.

MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia cultural:** iniciação, teorias, temas. 6 edição. Petrópolis: vozes, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou Complementaridade. In: **Cadernos de Saúde Pública**, p. 239-262, Rio de Janeiro, v.9, n.3., jul/sep, 1993.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Edgar. **Coleção Grandes Educadores.** Direção: Paulo Aspis. Apresentação: Edgar de Assis Carvalho. Participação Especial de Edgar Morin. Atta mídia e educação São Paulo: Paulus, 2006. DVD (49 min.), color., som, legendado.

MORIN, Edgar; PENA-VEJA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar. **O pensar complexo:** Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MUNNÉ, Frederic. **Psicosociologia del tiempo libre:** un enfoque crítico. México: Trillas, 1980.

_____, Frederic. Tres aspectos del deporte como forma de ocio. p. 7-16. In: **Anuario de Psicología**, Núm. 40, , 1989.

MUSSEN, Paul Henry; CONGER, John Janeway; KAGAN, Jerome; HUSTON, Aletha Carol. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. 3.ed. São Paulo: Harbra, 1995.

NORONHA, Vânia (org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora, 2009.

ONU, **Declaração dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: < www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php > , acessado em 07 de abril de 2011.

OLIVEIRA, Roberval Araújo. Complexidade: conceitos, origens, afiliações e evoluções. In PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira; NASCIMENTO, Milton; org. P. 13- 34. **Sistemas adaptativos complexos**: língua(gem) e aprendizagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PATRICÍO, Manuel. A Escola axiológica. In: PATRÍCIO, Manuel (org.). **A escola cultural e os valores**, p. 21 -37. Porto: Porto Editora, 1997.

PEREIRA, Ana Luísa; COSTA, António; GARCIA, Rui Proença (orgs.). **O desporto entre lugares**: o lugar das ciências humanas para a compreensão do desporto. Porto: Universidade do Porto, 2006.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (org.). **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem, 2010.

PINTO, Leila M. S. M.; RODRIGUES, Rejane Penha. **Rede Latino Americana de lazer, esporte e educação integrada**. Brasília/DF: Editora Gráfica Supernova, 2011.

ONU. PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. Edição do 20º Aniversário. A Verdadeira Riqueza das Nações**: vias para o desenvolvimento humano. Portugal, IPAD, 2010.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REY, Fernando G. **Problemas epistemológicos de la psicologia**. La Habana: Editorial Academia, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

RODRIGUES, Maria L.; LIMENA, Maria Margarida C. **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Liber Livro, 2006.

RUSSEL, Bertrand. **Elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Geovania Lúcia; JUNIOR, Luiz Carlos Felizardo; UDE, Walter (orgs.). **Escola, violência e redes sociais**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SZYMANSKI, Heloisa (org.); ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. V. 4. Brasília: Liber Livro, 2010.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects – The 2002 Revision Volume III: Analytical Report (ST/ESA/SER.A/233)**. New York: Department of Economic and Social Affairs – Population Division – United Nations, 2004.

VIANA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília, DF: Liber Livros, 2007.

VALA, Jorge. Análise de Conteúdo. In: SILVA, Augusto S.; PINTO, José M. **Metodologia das Ciências Sociais**, p.101-128. 3 ed. Porto: Afrontamento, 1989.

WILLIG, Carla; STANTON-ROGERS, Wendy. **The Sage handbook of qualitative research in psychology**. Los Angeles, CA: Sage Publications, 2008.

APÊNDICE A – GUIA DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1 - O que você entende por lazer?

2 - Quais atividades você têm de lazer?

3 - O que você faz fora da escola e do trabalho?

4 - Você acha que seu tempo disponível é suficiente para o lazer? Por quê?

ANEXO A – TCLE – JOVENS TRABALHADORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: O lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais

PESQUISADOR: ANDRÉ DE CARVALHO BANDEIRA MENDES

O Lazer faz parte da vida do ser humano no tempo livre. Os jovens trabalhadores também têm seu tempo de lazer. Esta pesquisa tem por objetivo: estudar o lazer dos jovens que trabalham na Universidade Federal de Minas Gerais pelo convênio com a Cruz Vermelha Brasileira. A pesquisa será desenvolvida utilizando um guia de entrevista semiestruturada.

Você é convidado a participar voluntariamente desta pesquisa, realizada pelo pesquisador ANDRÉ DE CARVALHO BANDEIRA MENDES e orientado pela Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – UFMG - visando investigar o lazer dos jovens que trabalham na Universidade Federal de Minas Gerais pelo convênio com a Cruz Vermelha Brasileira.

Você será convidado a se encontrar com o pesquisador conforme sua disponibilidade e agendamento prévio para que possa responder à entrevista que será gravada em formato de áudio (mp3, através de equipamento de gravação digital)..

A partir da leitura deste termo, da sua compreensão e do seu esclarecimento de todos os procedimentos que envolvem esta pesquisa, ficou claro que não há riscos. Foi-me informado que posso me recusar a participar deste estudo ou que posso abandoná-lo a qualquer momento, sem precisar me justificar e sem qualquer constrangimento.

Quanto a sua participação será garantido o anonimato e os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa pelos pesquisadores.

Por meio deste também é consentido que ao final do estudo os resultados sejam publicados em forma de uma dissertação e também artigos acadêmicos, sem que o/a jovem seja identificado (a).

Foi-me informado que não está prevista qualquer forma de remuneração e que todas as despesas relacionadas com o estudo são de responsabilidade do pesquisador.

Todas as dúvidas foram previamente esclarecidas, mas se durante o andamento da pesquisa, novas dúvidas surgirem, tenho total liberdade para esclarecê-las com a equipe responsável.

Portanto, concordo com o que foi exposto acima e dou o meu consentimento.

Belo Horizonte, ____ de _____ 20__ .

Assinatura do (a) voluntário (a): _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Telefone do pesquisador: 3409 4492. Comitê de Ética em Pesquisa (UFMG). Av. Antonio Carlos, nº.6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG CEP: 31.270-901.Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005. Telefone: 3409-4592.

ANEXO B – TCLE – RESPONSÁVEL PELO (A) JOVEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: O lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais

PESQUISADOR: ANDRÉ DE CARVALHO BANDEIRA MENDES

O Lazer faz parte da vida do ser humano no tempo livre. Os jovens trabalhadores também têm seu tempo de lazer. Esta pesquisa tem por objetivo: estudar o lazer dos jovens que trabalham na Universidade Federal de Minas Gerais pelo convênio com a Cruz Vermelha Brasileira. A pesquisa será desenvolvida utilizando um guia de entrevista semiestruturada.

Você é convidado a autorizar a participação voluntária do menor, sob sua responsabilidade, nesta pesquisa, realizada pelo PESQUISADOR: ANDRÉ DE CARVALHO BANDEIRA MENDES aluno do mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – UFMG - visando investigar o lazer dos jovens que trabalham na Universidade Federal de Minas Gerais pelo convênio com a Cruz Vermelha Brasileira.

O menor sob sua responsabilidade será convidado a se encontrar com o pesquisador conforme sua disponibilidade e agendamento prévio para que possa responder à entrevista que será gravada em formato de áudio (mp3, através de equipamento de gravação digital).

A partir da leitura deste termo, da sua compreensão e do seu esclarecimento de todos os procedimentos que envolvem esta pesquisa, deverá ficar claro que não há riscos. Foi-me informado que o menor sob minha responsabilidade pode se recusar a participar deste estudo ou que pode abandoná-lo a qualquer momento, sem precisar se justificar e sem qualquer constrangimento.

Quanto a participação do menor sob minha responsabilidade será garantido o anonimato e os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa pela pesquisadora.

Foi-me informado que não está prevista qualquer forma de remuneração e que todas as despesas relacionadas com o estudo são de responsabilidade do pesquisador.

Todas as dúvidas foram previamente esclarecidas, mas se durante o andamento da pesquisa, novas dúvidas surgirem, tenho total liberdade para esclarecê-las com a equipe responsável. Por meio deste documento, é permitida a participação do mesmo no seu horário de trabalho. Fica dada a autorização para que ao final do estudo os resultados sejam publicados em forma de uma dissertação e também artigos acadêmicos, sem que o/a adolescente seja identificado (a).

Portanto, concordo com o que foi exposto acima e dou o meu consentimento.

Belo Horizonte, ____ de _____ 20__ .

Responsável: _____

Telefone do pesquisador: 3409 4492. Comitê de Ética em Pesquisa (UFMG). Av. Antonio Carlos, nº.6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG CEP: 31.270-901.Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005. Telefone: 3409-4592.

ANEXO C – ANUENCIA DA CHEFIA DIRETA DOS JOVENS TRABALHADORES

TERMO DE ANUÊNCIA À CHEFIA DOS JOVENS

Pesquisa: O lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais

PESQUISADOR: ANDRÉ DE CARVALHO BANDEIRA MENDES

O Lazer faz parte da vida do ser humano no tempo livre. Os jovens trabalhadores também têm seu tempo de lazer. Esta pesquisa tem por objetivo: estudar o lazer dos jovens que trabalham na Universidade Federal de Minas Gerais pelo convênio com a Cruz Vermelha Brasileira. A pesquisa será desenvolvida utilizando um guia de entrevista semiestruturada.

Convido-o a liberar o adolescente trabalhador sob sua responsabilidade, das suas atividades profissionais, em data previamente agendada, para que o mesmo possa participar como voluntário do projeto de pesquisa que tem como objetivo estudar o lazer dos jovens que trabalham na UFMG através do convênio com a Cruz Vermelha Brasileira.

Esperamos que este estudo contribua com a discussão de questões relacionadas aos jovens trabalhadores, ajudando a refletir sobre as suas opções de lazer.

Pesquisadores poderão conhecer o conteúdo para discutir os resultados, mas sempre submetidos às normas do sigilo profissional. A pesquisa não oferece riscos ao voluntário e pode ser abandonada a qualquer momento que ele desejar.

Todas as dúvidas foram previamente esclarecidas, mas se durante o andamento da pesquisa, novas dúvidas surgirem, tenho total liberdade para esclarecê-las com a equipe responsável.

Portanto, concordo com o que foi exposto acima e dou ciência da liberação para participação na pesquisa.

Belo Horizonte, _____ de _____ 20 .

Chefia: _____

Telefone do pesquisador: 3409 4492. Comitê de Ética em Pesquisa (UFMG). Av. Antonio Carlos, nº.6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG CEP: 31.270-901. Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005. Telefone: 3409-4592.

ANEXO D – CONVÊNIO VIGENTE ENTRE A CVB E A UFMG

CONVÊNIO nº 237/2009 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS E A CRUZ
VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, sediada na Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, CNPJ nº 17.217.985/0001-4, doravante denominada UFMG e representada por seu Reitor, Ronaldo Tadeu Pena, e Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de Minas Gerais, sediada na Alameda Ezequiel Dias, 427, na Cidade de Belo Horizonte, MG, CNPJ nº 06.974.176/0001-20, neste ato representada por seu presidente Délzio de Moura Bicalho, doravante denominada Cruz Vermelha, resolvem firmar o presente Convênio, sujeitando-se, os partícipes, às normas do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 e suas alterações, bem como do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e a Portaria Interministerial nº 127 de 29 de maio de 2008 (art. 29 XXI) e no que couber a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnica entre a UFMG e a Cruz Vermelha com vistas à Reformulação do Programa de Proteção e Orientação ao Trabalhador Adolescente – PORTA –, ação de caráter sócio-educativo voltada para a profissionalização de adolescentes, nas condições e duração permitidas por Lei.

Parágrafo Primeiro - Para alcançar o objetivo ora pactuado, os partícipes cumprirão:

I - O Plano de Trabalho, elaborado pela Cruz Vermelha de acordo com o disposto no § 1º, do art. 166, da Lei 8.666/93 e no art. 21, da Portaria Interministerial nº 127/08;

II – A cada ano será revisado o Plano de Trabalho no que se refere aos valores apresentados referentes ao salário mínimo, vale-transporte e despesa administrativa para alterações necessárias;

III - O anexo Projeto, intitulado Programa de Proteção e Orientação ao Trabalhador Adolescente – PORTA, incluindo os projetos de Acompanhamento, Treinamento Introdutório e Avaliação Sócio-econômica, também são partes integrantes desse convênio.

Parágrafo Segundo - Todas as proposições integrantes nesse documento são balizadas pela Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial o estabelecido nos artigos 60 a 69 e nos moldes do Item 72 da lista TIP do Decreto 6.481/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS

Parágrafo Primeiro – A UFMG se compromete a:

I - A UFMG repassará à Cruz Vermelha, por menor alocado nas suas Unidades/Órgãos, o salário mínimo vigente, acrescido de 39,87% (trinta e nove reais vírgula oitenta e sete por cento) para cobertura de encargos sociais, além de reembolsar à Cruz Vermelha o valor correspondente ao fornecimento de vale-transporte;

II - A UFMG ao solicitar o desligamento imediato de algum dos menores colocados a seu serviço (inclusive os casos de limite de idade), deverá reembolsar à Cruz Vermelha, o valor correspondente ao aviso-prévio pago ao mesmo;

III - Dentro do prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da documentação mencionada na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, Inciso I, a UFMG deverá realizar o crédito correspondente na conta bancária em estabelecimento indicado pela Cruz Vermelha;

IV - Prover as condições necessárias à realização das atividades de acompanhamento do objeto pactuado, conforme o Plano de Trabalho e a metodologia estabelecida no instrumento, programando visitas ao local da execução com tal finalidade que, caso não ocorram, deverão ser devidamente justificadas. (art. 50);

VII - Registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto (art. 53 § 1º);

VIII - Incluir no SICONV relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução do convênio (art. 53 § 3º);

X -Registrar no SICONV (art.64);

XI - A UFMG se compromete a cumprir o disposto no inciso VII, do art. 30, da Portaria Interministerial nº 127/08.

Parágrafo Segundo – Constituem compromissos da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Estado de Minas Gerais:

I - A Cruz Vermelha só poderá colocar a serviço do Programa, menores carentes na faixa etária de 15 anos e 4 meses a 16 anos e 3 meses e que não tenham completado 18 (dezoito) anos, com responsável legal, sendo que este deverá dar o seu de acordo por escrito;

II – A Cruz Vermelha se compromete a proceder ao desligamento do menor que atingir a idade de 18 (dezoito) anos, sem nenhum ônus adicional para a UFMG;

III – A Cruz Vermelha se responsabilizará por todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos menores envolvidos neste Programa, isentando desde já a UFMG de quaisquer responsabilidades quanto às mesmas;

IV – Para fins de reembolso das despesas com a execução do Convênio, a Cruz Vermelha deverá apresentar à UFMG, ofício contendo demonstrativo detalhado, nos termos previstos nos incisos I e II, desta Cláusula, até o 25 (vinte e cinco) de cada mês;

V – manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio em instituição financeira controlada pela União (art. 30 XVIII);

VI – facilitar o livre acesso dos servidores da Universidade e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes a este convênio (art. 30 XVI);

VII – incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial, mantendo-o atualizado (art. 30 X);

VIII – prestar contas dos recursos recebidos no SICONV (art. 30 XXIV);

XIX – responder pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio (art. 51);

X – devolver os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, à Universidade (art. 57).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS VEDAÇÕES

O presente convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho;

V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela Universidade e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e

IX - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO LIMITE DE CONTRATAÇÕES

O limite de contratações a serem efetuadas pelo presente Convênio será definido anualmente, através de planejamento específico que considere a disponibilidade de recursos financeiros e a capacidade das instituições participantes de oferecer o devido acompanhamento aos adolescentes trabalhadores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução das atividades decorrentes do presente Convênio estão estimados na Planilha abaixo (Plano de Trabalho Resumido nº 002269; Programa de Trabalho nº 12364107340090031) de forma a dar cumprimento ao que dispõe o art 8º c/c o & 3º, do art. 24 da Portaria Interministerial nº 127/08.

	2010 Base Salário: R\$506,85	2011 Base Salário: R\$ 539,21	2012 Base Salário: R\$ 571,56*	2013 Base Salário: R\$605,85*
Salários 200 adolescentes	R\$ 101.370,00	R\$ 107.842,00	R\$ 114.312,00	R\$121.170,00
Encargos Sociais 39,87%	R\$ 40.416,21	R\$ 42.996,60	R\$ 45.576,19	R\$ 48.310,47
Despesas Administrativas	R\$ 14.178,62	R\$ 15.083,86	R\$ 15.988,81	R\$ 16.948,04
Repasse de Vale-Transporte**	R\$ 16.784,01	R\$ 18.126,73	R\$ 19.576,86	R\$ 21.143,00
Total Geral 12 meses	R\$ 2.072.986,08	R\$ 2.208.590,28	R\$ 2.345.446,32	R\$ 2.490.858,12
Total Geral 48 meses – 04 (quatro) Anos	R\$ 9.117.880,80			

*Índice de Reajuste estimado de 6%

** Índice de Reajuste estimado de 8%

Parágrafo Primeiro – Os recursos deste convênio, desembolsados pela UFMG e pela Cruz Vermelha, serão depositados e geridos na conta bancária específica do convênio (Banco: Caixa Econômica Federal – Agência: 0094 Op. 003 C/C 501955-6) e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

II - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Segundo - Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo Terceiro – As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Estado de Minas Gerais (art. 42).

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Cruz Vermelha prestará contas da boa e regular aplicação no prazo máximo de trinta dias contados do término da vigência do convênio ou do último pagamento efetuado, caso este ocorra em data anterior ao encerramento da vigência.

A prestação de contas será composta do seguinte:

I – relatório de cumprimento do objeto;

II – declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

III – comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

IV – termo de compromisso por meio do qual a Cruz Vermelha se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio (art. 58).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre os partícipes, mediante termo aditivo.

Parágrafo Primeiro – A Universidade compromete-se a prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado (Art. 30 VI).

CLÁUSULA OITAVA – DA COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

De forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, o presente convênio será coordenado e fiscalizado pela Profa. Elizabeth Spangler Andrade Moreira, Pró-Reitora de Recursos Humanos da UFMG e por Cármen Regina Maia, Pró-Reitora Adjunta de Recursos Humanos da UFMG.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA / RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, desde que haja comunicação prévia de, no mínimo, 90 (noventa) dias ou rescindido no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, especialmente quando constadas a seguintes situações:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

III - a verificação que qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DECIMA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração deste convênio será feita mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Caberá à UFMG proceder à publicação do extrato do presente Convênio na Imprensa Oficial, no prazo estabelecido no Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

O Foro competente para dirimir dúvidas ou litígios oriundos deste instrumento é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, nos termos do Inciso I, do art. 109, da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, ----- de ----- de 2010.

Ronaldo Tadeu Pena

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Délzio de Moura Bicalho

Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Estado de Minas Gerais

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____